

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ÍNDICE

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório de Gestão Consolidado **1**

Demonstrações Orçamentais Consolidadas **51**

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 53

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza 55

Demonstrações Financeiras Consolidadas **57**

Balanço Consolidado 59

Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada 61

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 63

Demonstração das Alterações do Património Líquido 65

Anexos **67**

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 69

Processo E-REDES 99

Processos judiciais em curso (CMC) 101

Relatório de Gestão Consolidado

1. O GRUPO MUNICIPAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2025, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, consequentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

Nos termos do disposto na Resolução n.º 06/2025 - 2.ª S do Tribunal de Contas, os municípios estão sujeitos ao dever de elaborar e prestar contas (artigo 51.º, n.º 1, alínea m), da LOPTC, conjugado com o artigo 2.º da mesma Lei). Para além da obrigação de apresentar contas individuais, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, as quais são remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com a redação atual, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

O SNC-AP (Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, SNC-AP.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

Identificação do Grupo Municipal 2025

Unid.: euro

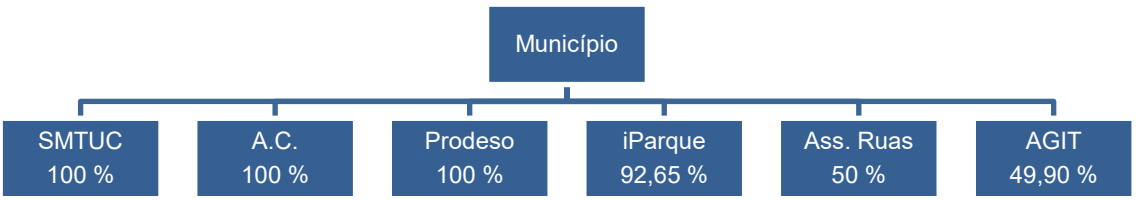
Designação Entidade	NIF	Sede	% Participação Capital	Valor da participação (de acordo com o custo de aquisição)
SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra	680015965	Guarda Inglesa - Coimbra	100,00%	----------
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, nº 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	Rotunda da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	248 300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, nº 54 - Aveiro	0,85%	174 270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte/Quinta das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, nº 21 B - Coimbra	6,93%	282 325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	Rua Rodrigues de Gusmão, nº 21 - Coimbra	14,00%	150 500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A. *	506787729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%	2 423 979
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	23,61%	4 371 619
RUAS - Associação UNIVER(SC)IDADE	510119948	Colégio de S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		72,58%	6 612 089
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
AGIT-Agência p/Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M., S.A.	518084981	Praça 8 de Maio, n.º 38 - Coimbra	49,90%	581 632
	Total			**57 470 237,69**

*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010.

Tendo por base o art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e o disposto na NCP 22, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) -** NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);
4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M.**, **S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65%* de participação no capital da empresa municipal) (*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).
7. **AGIT-Agência p/Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M., S.A. -** NIPC 518084981 – método de consolidação de Equivalência Patrimonial (MEP).

Organograma do grupo municipal para efeitos de consolidação



Com exceção dos SMTUC e da AGIT, o método de consolidação integral é o utilizado uma vez que o Município de Coimbra é detentor de uma percentagem de controlo maior ou igual a 50% em todas as entidades participadas que compõem o perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.

Recursos Humanos

Em 2025, verificou-se um aumento do número de efetivos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e uma diminuição do número de efetivos com relação jurídica de emprego público constituída por mobilidade, a termo resolutivo e em comissão de serviço, traduzindo-se numa variação total positiva de 1,59%, no número total de trabalhadores do Município em efetivo exercício de funções, perfazendo um total de 2.108 trabalhadores a 31 de dezembro de 2025.

O número de trabalhadores que integra o grupo municipal, a 31 de dezembro de 2025, ascende a 2.871, distribuídos conforme o quadro infra:

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Número de Trabalhadores em 31.12.2025
Município de Coimbra	**2.108**
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	**458**
AC, Águas de Coimbra, E.M.	**283**
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	**18**
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	**3**
RUAS - Associacão Univer(SC)idade	**0**
AGIT, EIM, SA	**1**
Totais	**2.871**

Visão Global – Indicadores Financeiros por Entidade

Unid.: euros

Rubricas	CMC	SMTUC	AC, Águas de Coimbra, E.M.	PRODESO	COIMBRA I PARQUE	RUAS	AGIT
Capital Próprio	652 023 204,82	10 211 036,81	62 291 896,97	-22 208,68	5 184 340,00	113 881,69	1 165 594,00
Ativo não corrente	763 748 634,10	12 929 310,13	66 183 522,51	32 373,69	6 905 383,00	0,00	275 763,91
Ativo Corrente	55 005 233,74	4 180 000,98	11 207 963,67	1 013 657,99	1 621 504,00	113 881,69	984 488,88
Passivo Total	166 730 663,02	6 898 274,30	15 099 589,21	1 068 240,36	3 342 547,00	0,00	73 736,59
Passivo Não Corrente	125 473 187,86	3 947 142,14	2 397 917,40	0,00	1 711 818,00	0,00	0,00
Passivo Corrente	41 257 475,16	2 951 132,16	12 701 671,81	1 068 240,36	1 630 729,00	0,00	73 736,59
Rendimentos Totais	161 338 799,14	17 916 733,00	34 330 354,31	797 393,09	795 739,00	50 000,00	215 185,02
Transferências/Subsídios de Exploração	59 330 635,77	12 064 468,63	181 200,81	783 250,79	376 807,00	0,00	0,00
Gastos Totais	149 565 261,03	18 781 365,00	32 745 980,86	1 019 716,08	733 658,00	25 772,79	189 831,64
Gastos com Pessoal	54 248 297,29	11 936 060,66	9 566 842,97	503 233,38	94 926,00	0,00	18 856,96
RAI (Resultados Antes Impostos)	11 773 538,11	-864 631,98	1 584 373,45	-222 322,99	62 080,00	24 129,57	25 353,38
RL (Resultado Líquido do Período)	11 773 538,11	-864 631,98	1 249 119,40	-222 448,74	35 537,00	24 129,57	20 922,20

Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação

1.1. Entidade "mãe" - Câmara Municipal

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de 29 de abril de 2026.

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um "Corpo Executivo" constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais, para a consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

Atividade

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, e alterações subsequentes, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto e Juventude, Educação, Saúde, Mobilidade, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

Resultados

No final do exercício económico de 2025 o ativo do Município de Coimbra atingiu os 818,8 milhões de euros (2024: 782,4 milhões) mais 36,3 milhões de euros (4,64 %) em relação ao ano anterior.

Para o aumento do total do ativo contribuiu o aumento do ativo não corrente em 41 milhões de euros (5,66%), influenciado pelo aumento dos "Ativos Fixos Tangíveis", "Ativos Intangíveis" e "Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis".

Os ativos fixos tangíveis representaram 82,9% do ativo total e registaram uma subida de 29,2 milhões de euros em resultado, essencialmente, do efeito conjugado das adições do período, no valor de 42 milhões de euros, deduzido das depreciações do exercício no valor de 9,6 milhões de euros.

No que se refere às adições ocorridas em 2025 salienta-se:

- Empreitadas:
  - "Quinta das Bicas - Conceção - Construções de 268 Fogos" - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (PRR) - 1.º Direito, no valor de 16,1 milhões de euros;

- "Reabilitação de 33 habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro" - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (PRR) - 1.º Direito, no valor de 2,6 milhões de euros;
- Construção de novas redes de drenagem pluvial, no valor de 1,5 milhões de euros;
- "Escola Básica Eugénio de Castro – Beneficiação e requalificação", no valor de 6 milhões de euros;
- "Bairros Comerciais Digitais", no valor de 1,1 milhão de euros.

– Aquisição de dois imóveis, denominados como Casa Medieval, sito na Rua de Sargento Mor n.º 2, e Adro de Cima, n.º 13, e Rua de Sargento Mor n.º 4 e 6, no valor de 170 mil euros;

– Compra de imóvel designado de "Cinema Sousa Bastos de Coimbra", sito na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 36, pelo valor de 133,9 mil euros, em regime de copropriedade;

– Cedências de terrenos para o domínio público e privado do Município, no âmbito de processos de alvarás de loteamento, no valor de 1,1 milhão de euros.

A rubrica "Ativos intangíveis" teve um acréscimo de 9,2 milhões de euros, representando um aumento de 89,7% relativamente ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado das adições do período, no valor de 9,7 milhões de euros, deduzido das depreciações do exercício no valor de 407 mil euros. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, à assinatura do acordo de transferência, para o Município, das competências de gestão sobre a imóvel propriedade do Estado, denominado "Antigo Hospital Pediátrico de Coimbra", avaliado pelo valor de 9.550.000 €.

O saldo da rubrica "Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis" do ativo não corrente ascende a 4,36 milhões de euros (2024: 2,47 milhões de euros), tendo aumentado 1,89 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este aumento ficou a dever-se à contabilização do pedido de desembolso nº 1 do empréstimo de médio e longo prazo "2024 - Plano de renovação dos SMTUC".

No ativo corrente a rubrica "devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis" apresenta, no final de 2025, um saldo de 175 mil euros (2024:165 mil euros), que dizem respeito à amortização do empréstimo "Promoção da eficiência energética da Frota SMTUC II" (exigível de curto prazo).

A rubrica "estado e outros entes públicos" no final de 2025 totaliza 220 mil euros (2024: 151 mil euros), mais 68 mil euros que no ano anterior, resultante do aumento do valor de IVA a recuperar.

As "Outras Contas a receber" realizáveis a menos de um ano representam 4,9 % do ativo total e tiveram um aumento de 4,83%.

O saldo da rubrica "outras contas a receber" cifrou-se em 39,7 milhões de euros (2024: 37,9 milhões) e inclui 38,2 milhões de euros de "impostos imputados ao período" e "devedores por acréscimos de rendimentos" (2024: 36,3 milhões) e 1,5 milhões de "outros devedores curto prazo" (2024: 1,6 milhões), dos quais 964 mil euros se referem à venda de terrenos à sociedade IParque - Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., SA.

O saldo da conta "diferimentos" ascendeu a 119 mil euros (2024: 415 mil euros) que correspondem, na sua maioria, a encargos já assumidos e que se referem a gastos de anos seguintes, nomeadamente com os seguros e contratos de prestação de serviços com conclusão em 2026.

A rubrica “caixa e depósitos” no final de 2025 totalizava 13,6 milhões de euros (2024: 19,1 milhões de euros), menos 5,5 milhões de euros que no ano anterior.

A 31 de Dezembro de 2025 a Autarquia apresentava um passivo no valor de 166,7 milhões de euros (2024: 154,8 milhões), sendo constituído em 75,26% por passivo não corrente (2024: 75,06%) e 24,74% por passivo corrente (2024: 24,94%).

Comparando os dois períodos (2024 e 2025), verifica-se um aumento do valor global do passivo, na ordem dos 12 milhões de euros, para o que contribuiu o aumento do passivo não corrente em 9,3 milhões de euros e o aumento do passivo corrente em 2,7 milhões de euros.

Em relação ao passivo não corrente, a rubrica “provisões” aumentou 2,8 milhões de euros, decorrente do reforço da provisão em cerca de 4,3 milhões de euros e utilização de 1,4 milhões de euros. Relativamente ao reforço, foi constituída provisão para os seguintes processos:

- Processo n.º 250/25.7BECBR – Autor: Aero Clube de Coimbra. Processo respeitante à impugnação da Deliberação da CMC de 10/03/2025, que aprovou a não renovação do Protocolo celebrado a 19/05/1996. Estimativa de encargos financeiros: 3.853.220,80 €;
- Processo n.º 2195/23.6T8CBR – Autor: Isabel Supico Pinto da Cunha de Eça e outros. Pagamento de indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 respeitante a um terreno sito em Coselhas, no montante de 387.749,14€;

Ainda no passivo não corrente, os “financiamentos obtidos” diminuíram 1,2 milhões de euros de euros, em resultado do efeito conjugado da contratação de um novo empréstimo de médio e longo prazo “2024 - Plano de renovação dos SMTUC” com valor utilizado de 2.240.000 € e do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

Também os “diferimentos” aumentaram 7,7 milhões de euros e respeitam a rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses, após a data de relato. Inclui 25,4 milhões (2024: 25,9 milhões) relativos ao diferimento do valor da concessão de direito de superfície sobre terreno à Aplicação Urbana VI pelo prazo contratado e 57,6 milhões de euros (2024: 49,3 milhões) de subsídios ao investimento, recebidos no âmbito de projetos cofinanciados, cujas obras ainda não se encontram completamente executadas.

Relativamente ao passivo corrente:

A dívida a fornecedores representa 8,01% do passivo em 2025 (4,17% de fornecedores C/c e 3,84% de fornecedores de investimentos), tendo, na globalidade, aumentado 2,8 milhões de euros, em resultado da contabilização de faturas respeitantes à construção de novas redes de águas pluviais e das empreitadas “Quinta das Bicas - Conceção - Construções de 268 Fogos” e “Escola Básica Eugénio de Castro – Beneficiação e requalificação”.

A rubrica “outras contas a pagar” cifrou-se em 19,7 milhões de euros (2024: 21,7 milhões de euros) e inclui 17,2 milhões de euros de acréscimos de gastos (2024: 18,7 milhões de euros).

Os diferimentos, no final de 2025, totalizam 2,7 milhões de euros (2024: 954 mil euros), mais 1,8 milhões euros que no ano anterior, que inclui 1 milhão de euros respeitante à contabilização, em diferimentos, do valor pago pelo Turismo de Portugal, IP, no âmbito da bienal Nómada de Arte Contemporânea – Manifesta, a realizar em 2028, para fazer face aos encargos com direitos de acolhimento da Manifesta 17 Coimbra 2028.

No final de 2025, o património líquido da autarquia totalizava 652 milhões de euros, mais 24,4 milhões de euros que no ano anterior, em resultado do aumento do "Resultado Líquido do Exercício" e do aumento da rubrica "outras variações no património líquido".

Para o aumento da rubrica "outras variações no património líquido" contribuiu essencialmente o registo de transferências e subsídios ao investimento, cujas condições de atribuição se encontram cumpridas, a cedência de terrenos para o domínio público e privado do Município, no âmbito de Alvarás de Loteamento e a transferência, para o Município, das competências de gestão sobre a imóvel propriedade do Estado, denominado "Antigo Hospital Pediátrico de Coimbra", avaliado pelo valor de 9.550.000 €.

O resultado líquido foi de 11,8 milhões de euros, mais 3 milhões que no ano anterior, e resulta das variações de gastos e rendimentos que a seguir se discriminam.

Os rendimentos em 2025 foram de 161,3 milhões de euros, para um nível de gastos de 149,6 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento dos rendimentos de 13,95%, superior ao aumento dos gastos que foi de 12,58%.

Efetuando uma análise aos gastos de 2025, verificamos que houve um aumento de 16,7 milhões de euros face ao ano anterior.

Na estrutura de gastos, as rubricas com maior peso são os gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios correntes concedidos e gastos em depreciações e amortizações.

Os gastos com pessoal aumentaram 4,7 milhões de euros (9,41%), os fornecimentos e serviços externos aumentaram 3,9 milhões de euros (9,89%) e as transferências e subsídios correntes concedidos, 3,6 milhões de euros (12,77%).

O aumento dos gastos com pessoal decorreu do aumento da tabela remuneratória e do aumento do número de efetivos, associados a outras atualizações salariais decorrentes da lei.

Os fornecimentos e serviços externos foram de 43,6 milhões de euros, mais 3,9 milhões de euros do que no ano anterior, para o que contribuíram os aumentos nas seguintes rubricas:

- Aumento dos gastos no tratamento de RSU's no montante de 1,5 milhões de euros, pelo aumento das quantidades tratadas;
- Aumento dos gastos na rubrica "projetos e serviços de informática" em 887 mil euros, devido essencialmente à renovação de licenças;
- As rubricas da eletricidade sofreram um aumento de 678 mil euros;
- Aumento dos gastos em vigilância e segurança, no valor de 208 mil euros, decorrente do processo de descentralização, conservação e reparação de ativos fixos, no montante de 396 mil euros e comissões de cobrança de impostos, no montante de 170 mil euros.

A rubrica "transferências e subsídios concedidos" aumentou 3,6 milhões de euros e inclui:

- A transferência, para os agrupamentos de escolas, dos montantes respeitantes aos contratos de delegação de competência no domínio da educação, no montante de 2,5 milhões de euros, tendo um aumento de 1,2 milhões de euros, relativamente ao ano anterior;
- A concretização da transferência de competências do município para as freguesias, nos termos da Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no montante de 8,4 milhões de euros, mais 1 milhão de euros que no ano anterior;
- O financiamento e compensações atribuídas aos SMTUC no âmbito do programa de apoio à redução tarifária, aumento da oferta dos serviços de transportes públicos (PART) e financiamento de reforço aos serviços de transporte público (PROTransP), assim como as transferências no âmbito da Portaria nº 7-A de 2024 de 5 de janeiro (passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP), que aumentaram em cerca de 885 mil euros. O valor destes gastos foi integralmente financiado e encontra-se refletido na conta de transferências e subsídios recebidos.
- Aumento do apoio a Instituições sem fins lucrativos para o montante de 5,7 milhões de euros, mais 400 mil euros do que no ano 2024.
- Aumento na rubrica “Sociedades e quase sociedades não financeiras” no montante de 663 mil euros. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, à transferência efetuada para os Parceiros, nos termos do Acordo de Parceria assinado no âmbito do projeto “EUI02-188-COIMBRA Sustainable Tourism LLM - EUI-Innovative Actions European Urban Inititative (FEDER)”. O valor destes gastos foi integralmente financiado e encontra-se refletido na conta “transferências e subsídios correntes obtidos”.

A rubrica “imparidades de dívidas a receber” apresenta um aumento de 1,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior, resultado do reforço da imparidade para dívidas de clientes e outros devedores.

O montante registado na rubrica “Provisões” teve um reforço de 4,8 milhões de euros refletindo a constituição de novas provisões para processos judiciais em curso.

Os gastos com depreciação e amortização representam também uma forte componente dos gastos globais do Município, atingindo os 10 milhões de euros, 6,72% do total.

Os rendimentos totalizaram 161,3 milhões de euros, mais 19,8 milhões (13,95%) do que no ano anterior. Este aumento deveu-se aos valores registados em “Impostos, contribuições e taxas“ (+11 milhões €), “Prestações de serviços e concessões” (+ 2,4 milhões €), “Transferências e subsídios correntes obtidos” (+ 3,8 milhões €) e “Outros rendimentos” (+ 2,7 milhões €) que, no seu total, representaram um aumento de 19,8 milhões de euros, por comparação com 2024.

A rubrica “Prestações de serviços e concessões” foi a que apresentou um maior aumento relativo, no total dos rendimentos (26,37%), seguida de “Outros rendimentos” (23,49%).

Contudo, a rubrica que mais contribuiu para o aumento dos rendimentos, em valor absoluto, foi a rubrica “Impostos, contribuições e taxas”, com um aumento de 11.015.570,22 €.

A rubrica “Impostos, contribuições e taxas” representou, em 2025, 46,60% da totalidade dos rendimentos do Município. Os 75,2 milhões de euros desta rubrica (2024: 64,2 milhões de euros), encontram-se distribuídos da seguinte forma: impostos diretos com 38,7 milhões de euros (51,45%), impostos indiretos com 28,4 milhões de euros (37,78%) e taxas, multas e outras penalidades com 8,1 milhões de euros (10,77%).

Os impostos diretos aumentaram, praticamente, 3 milhões de euros (8,40%), totalizando 38,7 milhões de euros. Este impulso resulta, essencialmente, do aumento de 2,5 milhões de euros no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Apesar do aumento da receita de IMI, o Município de Coimbra manteve os benefícios fiscais atribuídos no ano anterior: atribuição de uma redução da taxa de IMI às famílias com filhos e o prolongamento da isenção por mais 2 anos nos casos de habitação própria e permanente.

Os rendimentos de IMI respeitam ao imposto do ano a que dizem respeito, sendo reconhecidos por estimativa no exercício, dado que a respetiva liquidação e cobrança apenas ocorrem no ano subsequente.

Em 2025, verificou-se um aumento de 5,8 milhões de euros (+25,64%) na cobrança de imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis (IMT) face ao ano anterior, em resultado do dinamismo do mercado imobiliário. Foi, claramente, o imposto que mais contribui para o aumento da rubrica "Impostos, contribuições e taxas".

A rubrica Taxas apresentou uma subida significativa face a 2024, de quase 2 milhões de euros (+36,70%), totalizando 7,2 milhões de euros.

Os "Loteamentos e obras" contribuíram fortemente para a variação positiva da referida rubrica, com um acréscimo de 86,38% (1,5 milhões de euros), quase duplicando a sua receita face a 2024.

A taxa municipal turística, apresentou um ligeiro aumento, quer em valor absoluto quer em percentagem, de 92 mil euros e de 14,56%, respetivamente. Contribuiu, assim, para a referida subida, juntamente com a "ocupação da via pública" (+ 145,6 mil euros) e a "taxa de gestão de resíduos" (+ 178,2 mil euros).

O aumento da rubrica "Taxa Municipal Turística" resulta da alteração do período de incidência da taxa, na sequência da alteração do respetivo Regulamento em abril de 2024, que fez com que a taxa passasse a incidir sobre todos os meses do ano de 2025. Note-se que, apesar do período da abrangência da taxa já ter sido maior em 2024, a mesma não incluía a totalidade dos meses do ano.

Os "Mercados e Feiras" e a "Publicidade" contribuíram negativamente para o desempenho da rubrica Taxas, ainda que tenham apresentado decréscimos poucos expressivos, face a 2024: -2,51 % (-2,2 mil euros) e -0,58% (2,1 mil euros), respetivamente.

A rubrica "multas e outras penalidades" apresentou uma forte subida, de 47,91%, cifrando-se em 849 mil euros (em 2024 – 574 mil euros).

Em suma, pode afirmar-se que a rubrica "Impostos, contribuições e taxas", em valor, registou um aumento robusto, atendendo à grandeza do valor, com uma variação de + 17,17%, em relação ao ano de 2024, tendo o aumento da sua receita sido impulsionado, essencialmente, pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis (IMT) e pelos "Loteamentos e Obras".

Os rendimentos registados na conta "prestações de serviços e concessões" atingiram um montante de 11,6 milhões de euros (em 2024: 9,2 milhões), ou seja, aumentaram 2,4 milhões de euros (+ 26,4%) por comparação com o ano anterior. A "Tarifa de Resíduos Sólidos" mantém-se como a rubrica com maior peso relativo, com um montante de 9,1 milhões de euros (2024: 6,8 milhões) e a responsável pelo aumento global da rubrica "prestações de serviços e concessões".

A rubrica "Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos" incluía, em 2024, 385 mil euros relativos à distribuição de dividendos de exercícios anteriores a 2023 das

participadas Águas do Centro Litoral, Lusitaniagás e ERSUC, deliberadas em 2024, o que justifica a redução verificada nesta rubrica em 2025.

A rubrica "transferências e subsídios correntes obtidos" representou, em 2025, 36,8% do total dos rendimentos. Cifrou-se em 59,3 milhões de euros (2024: 55,5 milhões de euros), com um aumento de 3,8 milhões de euros (6,9%) relativamente ao ano de 2024. O aumento registado nesta rubrica decorre essencialmente do aumento das transferências do orçamento do estado (FEF, FSM e percentagem de IRS).

A rubrica “outros rendimentos” foi de 14,4 milhões de euros em 2025 (2024:11,6 milhões), registando um aumento na ordem dos 2,7 milhões de euros.

Esse valor inclui “rendas de propriedades de investimento”, no montante de 4,9 milhões de euros (em 2024: 4,6 milhões) e “imputação a rendimentos de subsídios e transferências para investimentos”, no montante de € 2,0 milhões de euros (em 2024: 1,9 milhões). Inclui, ainda, o acerto contabilístico da estimativa realizada em 2024, relativa à receita de IMI, bem como outras regularizações com impacto positivo nos rendimentos, originadas em processos de despesa.

Indicadores:

Os Meios Libertos Líquidos aumentaram 8,9 milhões euros para o que contribuiu o aumento do resultado líquido gerado no exercício, das imparidades de dívidas a receber e das provisões para processos judiciais em curso.

Os indicadores de liquidez geral e reduzida ultrapassaram largamente os 100%, embora, o indicador de liquidez imediata tenha diminuído cerca de 16% em 2025, na sequência da diminuição das disponibilidades.

Relativamente aos indicadores de atividade, realça-se a diminuição do prazo médio de recebimentos em cerca de 13 dias, sendo também de salientar uma diminuição significativa de 18 dias no prazo médio de pagamentos a fornecedores.

Os indicadores de estrutura financeira apresentados, evidenciam a confirmação da estabilidade financeira do Município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio longo prazo.

Merece destaque a forte evolução positiva do Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros, que confirma a forte capacidade da Autarquia para gerar resultados que permitem cobrir os gastos de natureza financeira.

1.2. Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal, na reunião ordinária de 29 de abril de 2026.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

Atividade

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) disponibiliza uma rede de transporte público coletivo de passageiros, constituída por 110 linhas regulares e 1.537 pontos de paragem, abrangendo uma extensão de 657,8 km de rede viária. Em quatro destas linhas (Linhas Vermelha e Verde da ECOVIA, Linha Azul e Linha Botânico) são utilizadas exclusivamente viaturas 100% elétricas ou híbridas. Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o Transporte a Pedido | Serviço de Transporte Especial, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, o Elevador do Mercado D. Pedro V e, no âmbito do Projeto Seamless Shared Mobility (SUM), o Transporte Flexível a Pedido, na zona de Cernache.

Em 2025 a Administração dos SMTUC prosseguiu o seu objetivo de melhoria orgânica e funcional, iniciado em 2024, concretizando (ou consolidando) importantes alterações e melhorias em muitos aspetos do seu funcionamento, embora com fortes condicionantes orçamentais e financeiras.

Do ponto de vista interno e organizacional destaca-se a consolidação da nova estrutura orgânica, com a conclusão de vários processos de contratação, com particular destaque para os Chefes de Divisão nas áreas de Equipamentos e Manutenção, Serviços Financeiros e Recursos Humanos.

O trabalho desenvolvido ao nível de processual permitiu também a compra de 30 novos autocarros elétricos, sendo que esta aquisição deve ser sublinhada como a maior de sempre dos SMTUC, tendo sido ainda complementada com a compra de 17 carregadores elétricos e a contratação da empreitada para a infraestruturação das instalações elétricas para o efeito, tudo isto em linha com a estratégia de renovação e descarbonização da frota, com significativa cobertura financeira do PRR/FA.

Também o parque das viaturas de apoio foi objeto de atenção especial, tendo-se concretizado a aquisição de 3 novas viaturas elétricas, tendo esta medida contribuído para a modernização e descarbonização da frota de apoio.

Ao nível das infraestruturas, foi possível concluir o procedimento para a renovação das instalações sanitárias da Guarda Inglesa.

Ao nível da melhoria do serviço prestado, dentro dos recursos disponíveis, foram operacionalizadas várias alterações no serviço, nos horários e nos trajetos das linhas, bem como melhorado o funcionamento da App, implementada a alteração da imagem das paragens, bem como o alargamento do horário do Serviço de Apoio ao Cliente.

Merecem ainda referência alguns desenvolvimentos inerentes à melhoria do serviço, que embora não tenham sido concluídos em 2025, deixaram importantes bases para a sua conclusão, tais como pagamento do bilhete de bordo por MBWAY, pagamento de passes e bilhetes pré-comprados com recurso ao smartphone (tecnologia Pop Up) e o desenvolvimento da bilhética para a solução da intermodalidade.

Em 2025, a atividade ficou marcada pela assinalável diminuição da procura em 6,1% (752 000 passageiros) face a 2024, justificada pelo aumento em mais de 200% de dias de absentismo por greve, bem como pela entrada em serviço do Sistema do Metro Mondego no último quadrimestre do ano de 2025 (inicialmente de forma experimental e gratuita) e à dispensa de um significativo número de trabalhadores com funções de Agente Único (cerca de 60) para candidatura às eleições autárquicas de outubro de 2025, que obrigou a ajustamentos na oferta.

O final do ano de 2025 ficou igualmente marcado pelo arranque da intermodalidade de títulos de transporte sob a égide da Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra (AGIT).

Resultados

Demonstração de Resultados

Em termos globais, os Rendimentos Operacionais diminuíram 4,5% face a 2024, e os Gastos Operacionais antes de financiamento diminuíram 5,5%. Ainda assim mantendo-se os Gastos superiores aos Rendimentos traduziu-se num Resultado Operacional negativo (antes de resultados financeiros) de 809,32 milhares de euros. Tendo em conta que os Rendimentos Operacionais (sem subsídios) apenas cobriram 31,3% dos Gastos Operacionais antes de financiamento, constata-se que os rendimentos provenientes das Transferências e Subsídios Correntes não foram suficientes para cobrir os Gastos.

Detalhe dos Rendimentos Operacionais:

- A Prestação de Serviços com o Transporte de Passageiros representou 18,6% dos Rendimentos Operacionais, registando um decréscimo de 15,4% face ao ano anterior, no valor de 606,62 milhares de

euros. Nos termos da Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro, os valores recebidos para efeitos de compensação financeira pelo passe gratuito jovem, foram contabilizados como Transferências e Subsídios Obtidos, pelo que o aumento da procura não se refletiu no Transporte de Passageiros, explicando assim a quebra anteriormente referida.

- Os Impostos, contribuições e taxas, que incluem na sua maioria as taxas cobradas nas zonas de estacionamento de duração limitada (controladas por parcómetros) diminuíram 8,2%, no montante de 61,46 milhares euros, em resultado de algumas zonas de estacionamento terem sido desativadas, e/ou da supressão de lugares de estacionamento que correu por força das obras para a implementação do Sistema do Metro Mondego e de se registarem taxas significativas de fraude por falta de pagamento.
- Os rendimentos com os Parques de Estacionamento cresceram 1,7%, uma variação positiva no valor de 5,80 milhares euros.
- Os rendimentos provenientes de Transferências e Subsídios Correntes obtidos ascenderam a 12.064,47 milhares euros, tendo crescido 5,7% (653,46 milhares euros) e incluem
  - Subsídio à Exploração da CMC para comparticipação financeira no custo social do transporte: 1.866,40 milhares euros;
  - Verbas provenientes do Incentiva +TP: 5.568,99 milhares euros;
  - Compensação financeira nos termos da Portaria 7/2024, de 5 de janeiro: 4.592,71 milhares euros;
  - Verbas provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e do Programa de Apoio à Densificação da Oferta (PROTransp): 36,38 milhares euros.

Quanto aos Gastos Operacionais:

- Os Gastos com Pessoal representam 63,7% do total dos Gastos Operacionais, apresentando um crescimento de 5,9% face ao ano anterior;
- As Depreciações/Amortizações do Exercício diminuíram 46,7%, e representam 8,93% dos Gastos Operacionais;
- As Provisões do Exercício aumentaram 85,3% e referem-se ao reconhecimento de responsabilidades futuras com as pensões vitalícias de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que os SMTUC estão obrigados a pagar aos respetivos beneficiários através da Caixa Geral de Aposentações;
- O Custo das Existências Consumidas representa 2,9% do total dos Gastos Operacionais e diminuiu 0,3% face ao ano anterior;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que atingiram o valor de 4.499,68 milhares euros, representam 24% do total dos Gastos Operacionais e registaram uma diminuição de 5,2% face ao ano anterior;
- Para este desagravamento contribuiu a diminuição dos gastos na rubrica de combustíveis e lubrificantes a qual representa em 2025 47,3% dos encargos com FSE.

Os gastos totais diminuíram 5,6% (- 1.115,99 milhares de euros) face ao ano de 2024 em resultado essencialmente da:

- Diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos de 5,2% (-245,15 milhares de euros);
- Diminuição dos Gastos com Depreciações e Amortizações de 46,7% (-1.471,70 milhares de euros);

Quanto aos rendimentos totais diminuíram 4,5% (-847,05 milhares de euros) face ao período homólogo.

A evolução dos Gastos e dos Rendimentos durante o ano de 2025, traduziu-se num Resultado antes de depreciações e resultados financeiros no valor 868,49 milhares de euros, contra os 2.107,03 milhares de euros em 2024.

O Resultado Operacional (antes de resultados financeiros), negativo, no valor de 809,33 milhares de euros, enquanto no ano de 2024, se situou nos 1.042,49 milhares euros negativos.

O Resultado Líquido do Período, negativo, ascendeu a 864,63 milhares de euros, refletindo uma recuperação de 23,7% face o período homólogo, em que o resultado foi no valor de 1.133,39 milhares de euros negativos.

Relativamente às taxas de cobertura, constatou-se que evoluíram favoravelmente as seguintes:

- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos Operacionais;
- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Subsídios à Exploração;
- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos Totais.

evoluíram desfavoravelmente

- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pelo Transporte de Passageiros;
- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pela Prestação de Serviços + Taxas;
- Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos Operacionais sem Transferências e subsídios correntes obtidos.

Análise financeira

Balanço

O Ativo total dos SMTUC situava-se no final do exercício económico de 2025 nos 17.109,31 milhares de euros, o que representa uma descida de 6,6% relativamente ao ano anterior (18.320,55 milhares de euros).

O Ativo não Corrente diminuiu 1.056,12 milhares de euros (-7,6%), em consequência do reduzido investimento em 2025.

O Ativo Corrente, com diferimentos, registou uma variação negativa de 155,12 milhares de euros (-3,6%), destacando-se as seguintes situações:

- Aumento da rubrica de Caixa e Depósitos em 1.202,35 milhares de euros;
- Diminuição do saldo da rubrica Outras Contas a receber no valor de 1.374,97 milhares de euros;
- Diminuição em Inventários no valor de 80,85 milhares de euros.

O Património Líquido (Capitais Próprios) totaliza 10.211,04 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 16% face ao ano transato.

A rubrica Património/capital, no valor de 719,94 milhares de euros não apresentou alterações face ao ano anterior, enquanto as Outras Variações no Património Líquido no valor de 8.390,92 milhares de euros, registaram uma diminuição de 11,4% (-1.074,20 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2025, o Passivo Total com diferimentos, registou um aumento de 11,8% face ao ano transato, cifrando-se em 6.898,27 milhares de euros.

O aumento do passivo não corrente resulta, de forma predominante, da variação registada na rubrica outras contas a pagar – cauções recebidas de terceiros exigíveis a mais de 12 meses, a qual apresentou um crescimento de 285,7% face ao período homólogo.

O Passivo Corrente representa 2.951,13 milhares de euros no final do ano de 2025, registando um aumento de 405,03 milhares de euros (+15,9%), face ao período homólogo. Esta variação resulta, essencialmente, do aumento registado na rubrica fornecedores de investimento, que constitui o principal determinante da evolução desta categoria de passivos.

As Dívidas a Fornecedores ascendem a de 713,19 milhares de euros e as Outras Contas a Pagar, no valor de 1.384,13 milhares de euros, incluem remunerações a liquidar por conta de férias, subsídios de férias e respetivos encargos.

A evolução registada ao nível da estrutura do balanço teve efeitos desfavoráveis sobre os indicadores financeiros:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 66,3% para 59,7%;
- O indicador de Solvabilidade passou de 2,0 para 1,5;
- O indicador de Liquidez Geral reduziu de 170,3% para 141,6%;
- O indicador de Liquidez Reduzida passou de 150,04% para 127,2%.

Donde se conclui que os SMTUC têm dificuldades em financiar os seus ativos e de solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

1.3. AC, Águas de Coimbra, E.M.

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 31 de março de 2026.

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto a prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: As Águas de Coimbra tem por missão assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: Ambicionam ser uma das referências nacionais ao nível das Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, em baixa, através da prestação de serviços de excelência aos clientes e da criação de sinergias com as instituições do saber e do fazer.

Linhas estratégicas de atuação

Para cumprir a missão e alcançar a visão da Águas de Coimbra, entendem adotar as seguintes linhas de atuação estratégica:

- Prestar serviços de excelência aos clientes: disponibilizar água de qualidade com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expetativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo;
- Desenvolver práticas inovadoras: criar e desenvolver melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização;
- Garantir a sustentabilidade da empresa: aumentar o volume de negócios pela diversificação de serviços e aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

Atividade

Ao nível da prestação dos serviços públicos essenciais, a empresa municipal mantém uma cobertura de 100%, no abastecimento de água, a servir 88.348 clientes; e de 98,7%, na drenagem de águas residuais, a abranger 86.548 clientes.

No plano do investimento, manteve-se o enfoque estratégico na expansão da rede de saneamento, na instalação de sistemas de drenagem de águas pluviais e na modernização das infraestruturas de abastecimento e drenagem, assegurando maior resiliência, fiabilidade e eficiência dos sistemas.

Merece igualmente especial destaque o desempenho alcançado na redução das perdas de água. Em 2025, a Águas de Coimbra registou um valor de água não faturada de 15,67%, o melhor resultado de sempre da empresa, refletindo o efeito de uma gestão rigorosa, de investimento continuado e de uma atuação tecnicamente qualificada na otimização da rede.

É neste quadro de solidez e sustentabilidade que se projetam os desafios e as oportunidades do futuro, designadamente o aumento do número de clientes, o reforço da capacidade de manutenção e expansão dos sistemas e a continuidade do investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico.

No que respeita ao controlo da qualidade da água, a Águas de Coimbra mantém um desempenho de excelência, com um indicador de água segura de 99,78%, tendo sido novamente distinguida com o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

A inovação nos serviços prestados continua, igualmente, a assumir carácter prioritário, destacando-se a cobertura de praticamente 100% do parque de contadores com sistemas de telemetria, reforçando a capacidade de monitorização e de gestão eficiente dos consumos.

A melhoria da relação com os clientes permanece, do mesmo modo, como um eixo central de atuação. O Balcão Digital foi reforçado com novas funcionalidades, proporcionando um acesso mais simples, rápido e permanente aos serviços, disponível 24 horas por dia. Destaca-se, neste âmbito, a introdução de funcionalidades de alarmística, permitindo aos clientes ativar notificações por SMS em situações de consumos anómalos face ao seu perfil de consumo, aumentando a transparência e a capacidade de controlo por parte do utilizador. Esta evolução foi acompanhada por iniciativas de comunicação orientadas para a promoção da sua utilização.

O reconhecimento externo da qualidade do serviço prestado manteve-se igualmente, tendo a Águas de Coimbra alcançado o segundo lugar no estudo Best European Customer Experience (BECX), desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto Português da Qualidade.

No decurso de 2025, a A.C., Águas de Coimbra E.M., concentrou a sua atuação no reforço da fiabilidade do sistema de medição, na consolidação da cobertura de telemetria e na melhoria contínua dos processos associados à gestão comercial.

Durante o primeiro semestre, foi promovida a aquisição externa de serviços para substituição de contadores, iniciativa em articulação estreita com o Setor Comercial e, de forma particularmente direta, com a Equipa de Contadores. No âmbito desta prestação externa foram substituídos 10.347 contadores, intervenção que permitiu acelerar de forma decisiva a renovação do parque de medição, sem prejuízo da continuidade do trabalho regular desenvolvido pelas equipas próprias da Águas de Coimbra, que asseguraram as substituições correntes associadas à gestão operacional do serviço.

Esta intervenção foi decisiva para que, no final de 2025, fosse atingida uma cobertura superior a 99% de telemetria no universo de clientes com contrato ativo, o que representa um marco histórico na evolução tecnológica da empresa, uma referência para o Setor em Portugal e a criação de condições para uma gestão mais rigorosa, eficiente e baseada em dados reais e fiáveis.

Ao nível da gestão da informação, ficou igualmente assegurada uma cobertura superior a 70% em todas as Zonas de Medição e Controlo (ZMC), permitindo uma análise mais fina e consistente dos volumes de água perdidos e a consequente implementação de medidas direcionadas no combate à redução de fugas e perdas reais em cada zona.

Com a cobertura de telemetria praticamente total, o modelo de trabalho associado às leituras foi reajustado. Em cumprimento do Regulamento aplicável e como mecanismo adicional de controlo e validação, passaram a ser asseguradas leituras presenciais bisanuais, permitindo identificar eventuais discrepâncias de registo de leituras, decorrentes de erros de carregamento de leitura inicial em sistema, anomalias no mecanismo gerador de impulsos ou outras inconformidades técnicas. Esta abordagem reforçou a fiabilidade da informação de consumo e a robustez do sistema de faturação.

No domínio da faturação, o ano de 2025 revelou-se particularmente exigente ao nível da gestão de recursos humanos, devido à rotatividade registada na equipa. Tal circunstância implicou um esforço contínuo de formação e integração de novos colaboradores, bem como o reforço da capacitação no domínio do sistema comercial. Apesar deste contexto, foi sempre assegurada a continuidade do serviço e a manutenção dos níveis de desempenho operacional.

No decorrer de 2025, foram emitidos 1.091.616 documentos de faturação, dos quais 442.159 em formato eletrónico e 649.457 enviados por correio. No âmbito da prevenção de incumprimento e da melhoria da comunicação com os clientes, foram enviados 111.374 SMS de alerta, contribuindo para a mitigação de situações de atraso de pagamento e para a redução de interrupções do fornecimento por incumprimento dos utilizadores.

A adesão a meios de pagamento e comunicação digitais manteve tendência crescente, registando-se, no final do ano que:

- 50.381 clientes utilizam o pagamento por débito direto (+ 1.022 clientes, + 2,07% face ao ano anterior);
- 37.897 clientes optam pela modalidade de envio de fatura eletrónica (+ 2.839 clientes, + 8,10% face ao ano anterior).

O número de clientes abastecidos pela rede pública de água ascendeu a 88.348, representando um crescimento de 0,80% (+ 697 clientes) face ao ano anterior. A rede de drenagem de águas residuais passou a servir 86.548 utilizadores, abrangendo cerca de 98% dos clientes de água.

Relativamente aos volumes faturados, apresentados no quadro infra, o volume de água faturada atingiu 10 382 215 m³, o que corresponde a um aumento de 1,64% face a 2024 (mais 167 961 m3), contribuindo para a obtenção do melhor resultado histórico da empresa no indicador de água não faturada desde o início da sua monitorização. O volume de águas residuais faturado totalizou 9 906 135 m³, o que representa um crescimento de 0,81% (mais 79 243 m3).

Dando continuidade à estratégia de expansão da tecnologia de telemetria a todos os clientes do concelho de Coimbra, em 2025, foram reforçadas as medidas destinadas a assegurar uma gestão eficiente do parque de contadores e a responder de forma célere às solicitações de movimentação e intervenção sobre aparelhos de medição.

Para além do esforço extraordinário associado à prestação externa de serviços de substituição massiva de contadores, manteve-se a atuação regular das equipas próprias da Águas de Coimbra, assegurando

substituições decorrentes de avarias, anomalias técnicas, adequação de calibres, movimentações solicitadas pelos clientes ou necessidades operacionais internas.

Prosseguiu-se igualmente à otimização do parque de contadores, quer no cumprimento dos prazos legais aplicáveis, quer na melhoria da adequação técnica dos equipamentos instalados, promovendo intervenções articuladas com outras ordens de serviço, sempre que possível, com o objetivo de reduzir deslocações e otimizar recursos no terreno.

A renovação do parque permitiu ainda uma redução muito significativa do número de contadores mais antigos. Foram substituídos 2.165 contadores instalados antes de 2014, solucionando situações pendentes relacionadas com inacessibilidade, canalizações prediais degradadas ou outras condicionantes operacionais. Em resultado desta intervenção, o número de contadores com data de instalação anterior a 2014 reduziu-se de 2.419, em 2024, para apenas 254 no final de 2025.

A coordenação contínua com as equipas do Serviço de Manutenção da Águas de Coimbra manteve-se como fator crítico de sucesso, permitindo a resolução progressiva de ordens de serviço pendentes e a otimização da intervenção em situações que aguardavam regularização.

A consolidação da cobertura de telemetria — superior a 99% do parque de contadores no final do ano - teve impacto transversal no desempenho da empresa. A sua implementação praticamente total permitiu:

- Reduzir significativamente o recurso a faturação por estimativa;
- Diminuir o número de deslocações para leituras e intervenções não programadas;
- Reforçar a eficácia das ações de fiscalização;
- Melhorar a qualidade da informação disponível para o balanço hídrico mensal;
- Mitigar perdas aparentes e apoiar tecnicamente a gestão de perdas reais.

Globalmente, 2025 caracterizou-se pela consolidação de uma cobertura quase integral de telemetria, pela renovação acelerada do parque de contadores e pelo reforço da robustez da informação comercial. Estes fatores constituem pilares essenciais para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, para a melhoria contínua do serviço prestado e, não menos importante, para o fortalecimento da relação de confiança com os clientes.

Resultados

Rendimentos, Gastos, Resultado antes de impostos e Resultados Transitados

As demonstrações financeiras evidenciam melhorias consistentes, a empresa está a conseguir transformar a sua atividade operacional em valor.

O aumento percentual dos rendimentos em 2025, face ao ano anterior, é de 1,17%, mas, inferior ao crescimento de gastos que foi de 3,51%. Em valor, a variação positiva dos rendimentos totais é de 396 471,09 € e a dos gastos totais de 1.111.751,69 €.

Assim,

- Os rendimentos gerados totalizam 34.330.354,31 €.

- Os gastos ocorridos atingem 32.745.980,86 €.
- O resultado antes de impostos é positivo, no valor de 1.584.373,45 €.
- Os gastos de financiamento ascendem a 39.186,34 €.

Saldo de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e depósitos bancários ascende a 2.397.349,82 €, assim determinado:

- Saldo transitado de 2024 é de 2.126.142,63 €
- Variação de Caixa, gerada em 2025, é positiva e ascende a 271.207,19 €.

Investimento

O investimento em ativos fixos tangíveis soma 7.753.923,56 €.

Esse montante resulta de:

- Execução do plano de investimentos, no montante de 7.521.423,69 € que corresponde a uma taxa de execução anual de 66,37%;
- Construção de ramais e prolongamentos de rede por administração direta no valor de 69.547,87 €;
- Transferência do Município, a título oneroso, de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, valorizada em 162.952 €.

O investimento em ativos intangíveis é de 10.806,16 €.

Apresentam-se alguns indicadores económicos, de produtividade e financeiros:

Indicadores Económicos e de Produtividade

- A rentabilidade das vendas e prestações de serviços passa a ser de 3,80 %;
- O cash flow operacional - EBITDA regista agora o valor de 6.234.134 €;
- O indicador volume de negócios/ nº médio de trabalhadores é de 114.459 €;
- O rácio vendas e prestações de serviços/ gastos com pessoal é de 3,43.

Indicadores Financeiros

- A liquidez geral é de 0,88;
- A autonomia financeira de 80,49%;
- A solvabilidade de 4,13.

1.4. PRODESO – Ensino Profissional EM, Lda.

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral, datada de 16.04.2026.

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – "PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada".

Em 1999 foi aprovada a passagem da PRODESO, de entidade promotora, a entidade proprietária do ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (escola profissional privada de âmbito municipal) – sendo, nessa data, de 69 % a participação do Município no capital social realizado.

O Município de Coimbra detém atualmente 100% da PRODESO, EM, Lda., com uma participação financeira, avaliada ao custo histórico, de 48.300,00 € no capital realizado e uma prestação suplementar, efetuada em 2003, de 200.000,00 €.

Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da PRODESO – Ensino Profissional, EM, Lda. O seu capital social atual é de 50.000,00 €, consequência de um aumento realizado em 2020, por incorporação de reservas livres, no montante de 1.700,00 €.

Tem como objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Compete ainda à sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, destinados ao ensino e à qualificação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. A sociedade pode ainda desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

Missão: Prestar um serviço de Educação e Formação de excelência, focado na qualificação profissional de jovens e adultos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, que permitam o desenvolvimento de habilidades, atitudes e capacidades, tendo em vista uma inserção no mundo do trabalho e/ou o prosseguimento de estudos, bem como o exercício responsável de uma cidadania ativa.

Visão: Pretende ser uma empresa de referência na região onde se insere pela excelência da promoção do sucesso escolar e profissional dos seus alunos, pela promoção dos valores da Cidadania e da Inclusão, pelo elevado grau de satisfação das famílias, pelas amplas relações externas que estabelece através da celebração de parcerias estratégicas com diversas entidades empresariais e outras organizações do tecido económico, social e cultural, regional, nacional e europeu.

Atividade

O ano de 2025 foi marcado principalmente por duas ocorrências que prejudicaram a atividade da sociedade.

Por um lado, a anunciada mudança de instalações — que não se veio a concretizar — e que originou perdas para a sociedade. A gestão do novo contrato de arrendamento que acabou por não se efetivar, gastou recursos, bem como exigiu a gestão das expectativas do pessoal e da perceção pública. A este propósito, a gerência procurou, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, minimizar, tanto quanto possível, o ruído gerado em torno desta matéria, por forma a proteger a qualidade do projeto educativo.

Por outro lado, a alteração que se verificou na comparticipação nacional do financiamento dos projetos no âmbito do Programa Pessoas 2030, que passaram a ter financiamento assegurado de apenas 85 %.

O ITAP está autorizado a ministrar 12 cursos de ensino profissional de nível secundário de educação, que conferem o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), e 3 cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), do 3.º ciclo do ensino básico, que conferem o nível 2 do QNQ e QEQ.

Em 2025, final do ano letivo 2024/25, terminaram a formação 4 cursos / ciclos formativos, 2 cursos profissionais e 2 cursos de educação e formação de jovens (CEF). Dos 48 alunos finalistas, 42 concluíram o curso com aproveitamento, obtendo-se uma taxa de aprovação na ordem dos 88%. Nos cursos de educação e formação de Jovens 89% dos alunos continuaram os seus estudos, no nível secundário de educação e 11% optou por ingressar no mercado de trabalho. No que respeita aos cursos profissionais, seis dos alunos diplomados irão realizar um estágio profissional, no âmbito do programa Erasmus+ em Rimini, Itália e os restantes encontram-se a trabalhar. Alguns diplomados dos cursos profissionais pretendem prosseguir estudos de nível superior no próximo ano letivo.

Cursos iniciados no ano letivo 2025/2026

Em conformidade com as orientações metodológicas e critérios de ordenamento das redes de ofertas profissionalizantes para a o ano letivo 2024/2025,definidas pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e pela Direção Geral dos Estabelecimento Escolares (DGEstE), em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM_RC), o ITAP apresentou candidatura e obteve autorização para a abertura de duas turmas de cursos profissionais com 4 saídas profissionais (animador sociocultural, técnico de Multimédia, técnico comercial e técnico de comunicação _marketing, relações públicas e publicidade), e de 1 turma do Curso de Educação e Formação de Jovens, turma de tipo 3, do curso Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias.

Os 103 alunos a frequentar o ano letivo 2025/2026, têm uma média de idade de 16,4 anos. Importa, ainda, destacar que desses 76 alunos, 63% são do género masculino e 37% do género feminino, 55% têm necessidades educativas, 54% têm escalão de abono de família, e 37% são alunos de nacionalidade estrangeira.

O financiamento da Escola ITAP

Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens ministrados na Escola ITAP são financiados pelo Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030).

Os projetos são apresentados e aprovados pelas autoridades de gestão do Estado Português no início de cada ano letivo. O financiamento é concedido em função de avisos de candidatura e de Regulamento específico, que têm por base a Portaria n.º 60 - A / 2015 de 2 de março. Estes normativos legais fazem depender a atribuição dos apoios aos alunos e à entidade promotora, de indicadores de realização e de resultado contratualizados e alcançados, tais como:

- Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 (no tempo próprio), tendo como limite mínimo 65% dos alunos que iniciaram a formação;
- Percentagem de pessoas apoiadas durante a formação que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso, tendo como limite mínimo os 50% dos alunos inscritos.

Para além dos indicadores referidos, importa acrescentar que o valor anual aprovado por turma sofre uma redução caso se verifiquem determinados níveis de abandono e de absentismo escolar.

Certificação da Qualidade - Selo de conformidade EQAVET

Em março de 2024, a PRODESO viu o Selo de Conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais, instituído por Recomendação do Parlamento Europeu) renovado pelo período de três anos, através do Certificado n.º 308/2024.

Programa Erasmus+

O Programa Erasmus+ é o Programa europeu para a educação, formação, juventude e desporto, e visa potenciar o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal de todos os cidadãos na Europa, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, bem como impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa.

O ITAP, no seu projeto educativo, integra a dimensão europeia da formação e de promoção de oportunidades para os alunos, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades, para o reconhecimento de competências e qualificações no âmbito europeu, para a valorização pessoal e para, de alguma forma, contribuir para mitigar as assimetrias nacionais e europeias do (des)emprego dos jovens.

Foi com esse desígnio que o ITAP, apresentou a sua candidatura ao Programa Erasmus+ para a realização de estágios internacionais, e formação de pessoal, financiados por fundos comunitários.

Os projetos inserem-se na Ação-Chave 1 (KA1) – Mobilidade individual para fins de aprendizagem do projeto ERASMUS+, projeto de mobilidade para fins de aprendizagem de formandos e pessoal das organizações de Ensino e Formação Profissional, na modalidade A1: Estágios para formandos e recém-diplomados no estrangeiro, e Formação de pessoal no estrangeiro em período de acompanhamento /observação no posto de trabalho (job shadowing) numa empresa ou noutra organização.

Formação Acreditada

A formação profissional tornou-se um elemento crucial no cenário atual, caracterizado por constantes mudanças e novos desafios. A necessidade de atualização e aquisição de competências não é apenas uma tendência, mas uma exigência garantir a competência e relevância no mercado de trabalho. A rapidez com que a tecnologia avança exige que os profissionais se mantenham atualizados com as novas ferramentas e métodos. A formação profissional permite que os trabalhadores adquiram as competências necessárias para operar as tecnologias emergentes, promovendo a inovação e a eficiência no ambiente de trabalho. A aposta da PRODESO na formação acreditada/homologada e sectorial, não apenas valida a qualidade dos nossos programas de formação, mas também nos capacitam a continuar a contribuir para a educação e a formação de profissionais altamente qualificados e preparados para enfrentar os desafios do seu campo de atuação.

A formação acreditada/homologada confere à PRODESO um "selo" de reconhecimento e credibilidade. Garante que a formação cumpre padrões elevados de qualidade e que os programas de formação são desenvolvidos e ministrados de acordo com as melhores práticas e normas estabelecidas pelas entidades certificadoras.

Centro de Formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros

No início de 2015, a PRODESO obteve a licença, concedida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) através do alvará n.º 6/2015, para ministrar ações de formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros, nos termos do Decreto-Lei nº126/2009, de 27/5.

O Centro de Formação iniciou a sua atividade no ano de 2017 e, definiu como objetivo dar resposta às necessidades de qualificação dos recursos humanos das entidades municipais, mais concretamente do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra. No ano de 2024, para além de alargar esta atividade à CIM de Coimbra, alargou a sua área de influência a outros concelhos do país.

A PRODESO, na qualidade de entidade formadora certificada, tem homologação para ministrar cursos de formação contínua para motoristas de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, com a duração de 35 horas. Esta formação é obrigatória e de renovação obrigatória a cada 5 anos, para obtenção do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM) e respetiva Qualificação de Motorista.

Formação Suporte Básico de Vida

No dia 09 de outubro de 2024 a PRODESO - Ensino Profissional, E.M. foi certificada pelo INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. como entidade acreditada para ministrar formação na valência Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE) – Certificado n.º 185EA.SBVDAE.10/2024, válido até 08 de outubro de 2029. No ano de 2025 foram desenvolvidas 19 ações de formação. Estas ações contaram com um total de 107 participantes, dos quais 103 obtiveram certificação.

Contrato-Programa de delegação de competências do Município de Coimbra

No ano de 2025, tanto a Prodeso, como a Câmara Municipal de Coimbra empenharam-se em reforçar a capacitação dos trabalhadores e a competitividade do Município de Coimbra, através da celebração de um contrato-programa que iniciou em março/2025 e terminou em dezembro/2025.

Relativamente ao Contrato Programa, foram realizadas 93 ações de formação, que correspondem a 935 horas de formação ministrada, que abrangeram um total de 1547 participantes e resultaram em 15605 horas de volume de formação.

De destacar que a duração média das ações (inferior a 11 horas) encontra-se diretamente relacionada com o tipo de formação realizada - maioritariamente de curta duração, de especialização na área de formação, utilizando-se a metodologia teórico-prática muito orientada para a apresentação e discussão de casos práticos.

Foram ministradas, de um total de 93, 10 ações da área do Desenvolvimento Pessoal, 16 ações da área do Direito, 9 ações da área do Enquadramento na Organização, 5 ações da área da Informática, 3 ações da área das Línguas Estrangeiras, 20 ações da área da Saúde, 24 ações da área da Segurança e Higiene no Trabalho e 6 ações da área dos Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.

As áreas de formação com maior procura foram as da área do Direito, com um total de 365 participantes (dos quais 235 são Técnicos Superiores ou exercem cargos dirigentes), seguida de perto pela área da Segurança e Higiene no Trabalho, com um total de 358 formandos (dos quais 267 são Assistentes Operacionais).

As ações de formação da área de Serviços de Apoio a Crianças e Jovens foram ministradas a um total de 123 profissionais das Escolas / Agrupamentos de Escolas do concelho. Destes, 113 são Assistentes Operacionais.

As 3 categorias profissionais com maior representatividade nas ações desenvolvidas são, em primeiro, os Técnicos Superiores / Cargos Dirigentes, com um total de 701 participações, seguidos dos Assistentes Operacionais, com 456 participações, e dos Assistentes Técnicos, com 330 participações.

Formação à medida

A formação contínua à medida para ativos empregados merece o devido destaque, tanto na ótica de instituição e consagração de uma cultura de aprendizagem ao longo a vida, como na de ajustamento das competências dos trabalhadores às efetivas necessidades das empresas.

Prosseguindo uma estratégia de dinamização e atualização da sua oferta formativa por forma a oferecer soluções ajustadas às necessidades atuais, a PRODESO auscultou o mercado, procurando perceber as necessidades das empresas, nomeadamente das empresas envolventes. Assim, aumentou a sua oferta formativa com a introdução de novos cursos, de modo a responder às necessidades das empresas, dos seus colaboradores e dos seus clientes.

Nesse âmbito, em 2025, foram desenvolvidas 27 ações de formação, desenhadas à medida das necessidades das 4 empresas clientes, num total de 243 horas de formação. Participaram nestas ações 313 trabalhadores (310 com aproveitamento), daqui resultando 2973,5 de volume de formação.

Resultados

Em 2025, a sociedade apresenta resultado líquido negativo.

Em termos de gastos com o pessoal, registou-se a entrada de mais um trabalhador, tendo-se, de resto, mantido estabilidade no quadro de recursos humanos interno, pelo que o aumento de gastos não foi significativo.

Da apreciação das demonstrações financeiras destacamos a seguinte informação:

- Os rendimentos, em 2025, foram de 797.393,09 €, aumentaram 32,40% face a 2024 (em 2024 foram de 602.248,26 €);
- Os gastos, em 2025, foram 1.019.716,08 €, aumentaram 32,35% face a 2024 (em 2024 foram de 1.019.716,08 €;

Em conformidade com o estabelecido na alínea f) do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com os elementos contabilísticos que acompanham o relatório, a gerência propôs a seguinte aplicação para os resultados líquidos negativos: Resultados Transitados – 222.448,74 €.

Os resultados gerados foram transferidos por conta de Resultados Transitados.

1.5. IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 29.04.2026.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar polos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A Missão do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e da sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

Atividade

O exercício de 2025 ficou marcado por um conjunto de iniciativas e decisões estruturantes para a atividade da sociedade, refletindo uma atuação consistente na execução da estratégia definida e na criação de condições para o desenvolvimento futuro.

Logo no início do ano, em janeiro, foi celebrado o auto de delegação de competências com a Câmara Municipal de Coimbra para a gestão do espaço público no iParque e no Parque Industrial de Taveiro. Este passo revelou-se particularmente relevante por abrir caminho à constituição de condomínios empresariais, promovendo uma gestão mais integrada e eficiente destes espaços, bem como um maior envolvimento das empresas aí instaladas.

No plano do desenvolvimento físico e da expansão do parque, destacam-se, em maio, a aquisição dos terrenos destinados à Fase 2B, num total de 44 parcelas, no valor de 964.240,39€ e, em junho, a submissão da respetiva candidatura a financiamento do Centro 2030. Este projeto, com uma área aproximada de 19,6 hectares, prevendo a criação de 11 novos lotes e um investimento superior a 7,7 milhões de euros, constitui um dos principais vetores de crescimento futuro, permitindo reforçar a capacidade de atração de investimento e acolhimento empresarial.

O mês de julho foi igualmente marcado por um conjunto de realizações relevantes. Por um lado, a concretização da 3.ª edição do Coimbra Invest Summit reforçou o posicionamento do iParque enquanto plataforma de dinamização económica e de ligação entre empresas, instituições e investidores. Por outro, a escritura do último lote disponível da Fase 2A assinalou a plena ocupação desta fase, evidenciando a procura e valorização do parque.

Ainda neste contexto, foi celebrado o contrato de concessão da cafetaria/restaurante do Business Center Leonardo Da Vinci, equipamento que, apesar de existente desde a abertura do edifício, nunca tinha sido objeto de exploração, passando assim a contribuir para a melhoria das condições oferecidas às empresas

e utilizadores. Este processo culminou, em novembro, com a abertura ao público do espaço "Vinci", concessionado ao CASPAE, reforçando a oferta de serviços de apoio e a atratividade global do parque.

Resultados

De um ponto de vista contabilístico, o ano 2025, pelo 3º ano consecutivo, apresenta resultados positivos: o Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento foi de 714.791 € em 2024 e 236.741 € em 2025; o Resultado Antes de Impostos foi de 280.570 € em 2024 e de 62.080 € para 2025.

Apesar dos resultados positivos, e mesmo com a aplicação dos resultados, os resultados transitados manter-se-ão negativos. O desafio para o futuro é, naturalmente, garantir que se mantém a sustentabilidade da Empresa Municipal.

Os rácios contabilísticos tradicionais continuam a demonstrar uma autonomia financeira robusta em 60,80%, rácios de solvabilidade e de liquidez geral confortável (155% e 99,43% respetivamente), e uma contínua diminuição do endividamento.

Em termos de análise económica cumpre destacar ainda os seguintes factos relativos a 2025:

- O rácio de Capitais Permanentes é de 80,88% (RCP= (Total C.P.+ Passivo Corrente) / A. Total);
- O racio Debt-to-Equity é de 64,47% (P. Total/Total Património Líquido);
- As dívidas a fornecedores correntes são em linha dos anos anteriores;
- As dividas dos fornecedores Imobilizado ascendes a 990.648,00€ e dizem respeito ao investimento referente à infraestrutura da fase 2B;
- Não existiram variações no contencioso com a AT (que se encontra desenvolvido no ponto 30 do presente relatório).

A iParque desencadeou o processo de Prova do Preço Efetivo de Transmissão de Imoveis (artigo 139.º do CIRC) para o lote 19 vendido em 2025.

Os outros factos relevantes após termo do exercício estão explanados na Nota 9 do Anexo às Demonstrações Financeiras das contas individuais, relativa aos eventos subsequentes.

Em 2025, a empresa teve um Resultado Líquido positivo no valor de 35.537,28 €. Propôs-se a afetação deste Resultado Líquido em 5% (1.776,86 €) a Reservas Legais e o montante de 33.760,42 € afeto para a rubrica de balanço de Resultados Transitados.

1.6. Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 24.03.2026.

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) foi constituída em dezembro de 2011, tendo, como entidades fundadoras, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional da Cultura do Centro e a Coimbra Viva (Sociedade de Reabilitação Urbana).

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Universidade de Coimbra).

A associação tem as seguintes finalidades:

- Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO;
- Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO;
- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto;
- Disponibilizar aos associados, e demais interessados, informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos;
- Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.

Atividade

Em linha com os anos anteriores, a Associação RUAS - Univer(s)cidade direcionou, em 2025, as suas ações para a gestão e valorização do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.

Nesse âmbito, a Associação RUAS deu continuidade à colaboração, já iniciada em 2024, na revisão do Plano de Gestão do Bem. O contributo da Associação centrou-se, essencialmente, no apoio à elaboração do documento e na sua apresentação às entidades que a compõem, permitindo, assim, a recolha de propostas e sugestões com vista o desenvolvimento de um novo Plano de Gestão. Neste processo, destaca-se a participação ativa do Lions Clube de Coimbra, parceiro da Associação que tem colaborado de forma consistente e empenhada.

Ainda no domínio da promoção do Bem, a Associação RUAS voltou a organizar, durante o mês de junho, o evento Sons da Cidade, que em 2025 decorreu sob o mote “Versos do Tempo, Vozes do Património”, na comemoração do 12.º aniversário da inscrição do Bem na Lista do Património Mundial da UNESCO. As atividades desenvolvidas tiveram como objetivo principal aproximar a comunidade do Bem, em especial com o património edificado, através de um programa diversificado que incluiu iniciativas de natureza artística e performativa, bem como ações de carácter cultural e científico. Neste contexto, assume particular relevância a estreia do documentário “Os Salatinas: memórias da Velha Alta de Coimbra”, exibido no Largo da Porta Férrea. Esta iniciativa contou com o especial apoio da Associação RUAS, quer institucional quer financeiro.

No quadro da representação institucional, menciona-se a presença do Vice-Presidente da Direção, Alfredo Dias, no seminário "Un Patrimoine pour l'Humanité", em Paris, em dezembro de 2025, promovido pela Cité Internationale Universitaire de Paris.

No que respeita as responsabilidades permanentes de gestão do Bem, mantiveram-se os contactos e a participação nas atividades desenvolvidas pelas várias entidades oficiais. Nesse sentido, regista-se o contributo da Associação RUAS na revisão do texto do livro Portugal e o Património da Humanidade, de João Paulo Oliveira e Costa, da iniciativa da Rede do Património Mundial de Portugal (RPMP). Refere-se, igualmente, a colaboração da Associação com o Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) no preenchimento do inquérito anual, assumindo a responsabilidade de contactar e se articular com os gestores e proprietários dos edifícios que compõem o Bem.

O ano de 2025 foi, igualmente, marcado por uma intensa atividade no que respeita ao funcionamento da própria Associação. Logo no início, procedeu-se à identificação dos Associados Institucionais e dos membros do Fórum Consultivo, trabalho que implicou pesquisa documental no arquivo da Associação – a saber, atas de reuniões, correspondências, etc. –, assim como o contacto com as entidades envolvidas.

Paralelamente, continuou-se com o processo de alteração dos estatutos da Associação RUAS, iniciado em 2024 na sequência da extinção da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC). Estas alterações, apreciadas e aprovadas, por unanimidade, na 13.ª e 14.ª reunião de Assembleia Geral da Associação RUAS, foram oficializadas em Cartório Notarial, em setembro de 2025.

As atividades desenvolvidas procuraram responder aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades para 2025, a saber:

- Fomentar mecanismos de conservação do Património;
- Promover a divulgação nacional e internacional;
- Apoiar iniciativas de natureza cultural, científica e social;
- Garantir a representatividade institucional, cumprindo assim com os deveres assumidos.

Desta forma, no âmbito das atribuições específicas da RUAS – Associação Univer(s)cidade, foram desenvolvidos os seguintes objetivos operacionais, medidas e ações:

- Desenvolver atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro, serviços ou outros recursos direcionados para a conservação do Bem.
  - Promoção de reuniões entre técnicos das entidades com competências sobre o Bem, com vista à recolha de elementos de monitorização;
  - Promoção de um maior envolvimento entre a Associação RUAS e a comunidade que habita, estuda, trabalha ou visita os espaços classificados;
  - Identificação dos Associados Institucionais e membros do Fórum Consultivo;
  - Oficialização, no Cartório Notarial, das alterações dos estatutos da Associação RUAS;
  - Apoio à iniciativa, levado a cabo pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), dirigida aos responsáveis pelos edifícios classificados sobre os seus espaços, em particular sobre a sua gestão, utilização e visitação;
  - Continuação do apoio à elaboração do novo Plano de Gestão do Bem.

- Desenvolver um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem.
  - Programa de comemoração do 12.º aniversário da inscrição do Bem na Lista do Património Mundial da UNESCO, com o evento Sons da Cidade;
  - Eventos em parceria com entidades parceiras, na área classificada e/ou tampão;
  - Desenvolvimento e manutenção de página do Facebook da Associação RUAS;
  - Desenvolvimento de mecanismos de partilha de informação relativo às atividades que ocorrem nos espaços classificados.

- Promover a realização de atividades científicas, culturais e sociais que contribuam para o conhecimento sobre o Bem.
  - Atividades no âmbito do 11.º aniversário da inscrição do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial da UNESCO:
    - Apresentação do estudo prévio da requalificação do complexo da Associação Académica de Coimbra (AAC), pelo arquiteto Gonçalo Byrne;
    - Apresentação da revisão do Plano de Gestão do Bem. A sessão foi aberta pelo Presidente da Associação RUAS, Francisco Veiga, e contou com os contributos do Vice-Reitor Alfredo Dias e da Professora Luísa Trindade. A encerrar, a intervenção do Reitor Amílcar Falcão;
    - Visita guiada, no âmbito da atividade estaleiro aberto, às obras então em curso no edifício dos Gerais (Faculdade de Direito);
    - Concerto comemorativo dos 735 anos da Universidade de Coimbra e dos 700 anos da morte de D. Dinis, “Flores do Verde Ramo”. O espetáculo, no Pátio das Escolas, contou com as atuações do grupo de música antiga The Wandering Bard (TWB Ensemble) e da fadista Mariza, assim como um interlúdio de dança sob a direção artística de Margarida Belo Costa;
    - Visita acompanhada aos colégios da Rua da Sofia;
    - Concerto dos músicos da Orquestra Clássica do Centro (OCC) no Edifício-Ponte da Rua da Sofia, sobre a Avenida Central;
    - Estreia da exibição do documentário “Salatinas: memórias da Velha Alta de Coimbra”, no Largo da Porta Férrea. Documentário produzido por Tiago Cerveira, Rafael Vieira e Filipa Queiroz.
- Acompanhamento e participação das atividades da Rede do Património Mundial de Portugal, com destaque para a colaboração na revisão do livro “Portugal e o Património da Humanidade, de João Paulo Oliveira e Costa;
  - Participação no seminário “Un Patrimoine pour l’Humanité?”, entre os dias 11 e 12 de dezembro de 2025, em Paris, promovido pela Cité Internationale Universitaire de Paris;
  - Reuniões de trabalho;
  - Reuniões entre as várias entidades com responsabilidades na gestão do Bem e da área da Zona de Proteção;
  - Contatos com a Comissão Nacional da UNESCO;
  - Contatos com o Comité do Património Mundial.

Resultados

Em 2025 não houve investimentos em ativos fixos tangíveis por parte de RUAS – Associação Univer(s)idade.

No que respeita ao resultado líquido, a Associação RUAS apresentou um resultado líquido positivo de 24.129,57 € e um património líquido no montante de 113.881,69 €.

Importa, ainda, mencionar que não ocorreram acontecimentos subsequentes que tenham implicado ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício, assim como a Associação RUAS não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social nem a quaisquer outras entidades públicas.

O desempenho orçamental, saldou-se como se demonstra a seguir:

- Receita efetiva 139.752,12 €
- Despesa efetiva 25.870,43 €
- Saldo para a gerência seguinte 113.881,69 €

Para o resultado líquido do exercício no montante de 24.129,57 € a direção propôs a transferência para Resultados Transitados.

1.7. AGIT, E.I.M., S.A. – Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, EIM, SA

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 22.04.2026.

A AGIT, E.I.M., S.A. - Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, EIM, SA, [AGIT] foi constituída por escritura pública outorgada no Cartório Notarial de Ana Cristina Paixão, em 20.09.2024, tendo tido início formal de atividade em 20.12.2024, data da primeira reunião da Assembleia Geral da Sociedade.

Com esta entidade procuram os seus dois acionistas, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra [CIM-RC] e Município de Coimbra [MC], inovar, revolucionar, tornar mais eficientes e colocar a mobilidade de passageiros em transporte público, na região de Coimbra, no patamar mais elevado dos sistemas de transporte público nacionais e europeus.

O esforço de modernização dos sistemas de transporte coletivos da região de Coimbra levados a efeito pelas autoridades de transportes regionais e municipais (CIM-RC e MC) nos últimos anos, com a introdução de melhorias muito acentuadas nas redes topológicas, infraestrutura tecnológica, sistema de bilhética, material circulante com baixo nível de emissão de CO2 e operacionalidade em geral, será complementado pelo investimento no Sistema de Mobilidade do Mondego (vulgo MetroBus), evento mais aguardado das últimas décadas. Este sistema que integra infraestrutura própria e dedicada, o investimento em material circulante elétrico de elevada qualidade e a disponibilização de sistemas técnicos de última geração deverá garantir um serviço fiável, confortável e seguro, capaz de dar resposta a grandes massas. Neste quadro, impunha-se não só a colocação em serviço de um tarifário integrado, envolvendo todos os operadores que operam na região, suportado por um sistema de bilhética intermodal, mas também a integração da informação aos passageiros relativa à oferta do conjunto dos operadores de transporte público, bem como o recurso a sistemas de pagamento dos títulos de transporte ao nível do mais avançado que têm vindo a ser implementados na Europa e no Mundo. Assim, pretende-se concretizar um verdadeiro e notável salto quântico no sistema de transportes da região de Coimbra.

Integrados neste processo de transformação encontram-se os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], meios próprios do Município de Coimbra, o operador rodoviário que opera a concessão da CIM da Região de Coimbra, a Metro Mondego [MM] e a CP - Comboios de Portugal, empresas cuja autoridade é o Estado, que, em conjunto, estão a desenvolver uma infraestrutura de operação interoperável e integrada, bem como, de articulação dos serviços oferecidos.

A AGIT, E.I.M., S.A. é a entidade que vai garantir a coordenação da rede integrada de venda de títulos de transporte, garantindo a repartição de receita por todos os operadores integrados neste projeto, bem como, a disponibilização de um sistema de informação aos passageiros, em tempo real, relativo à oferta de transporte existente.

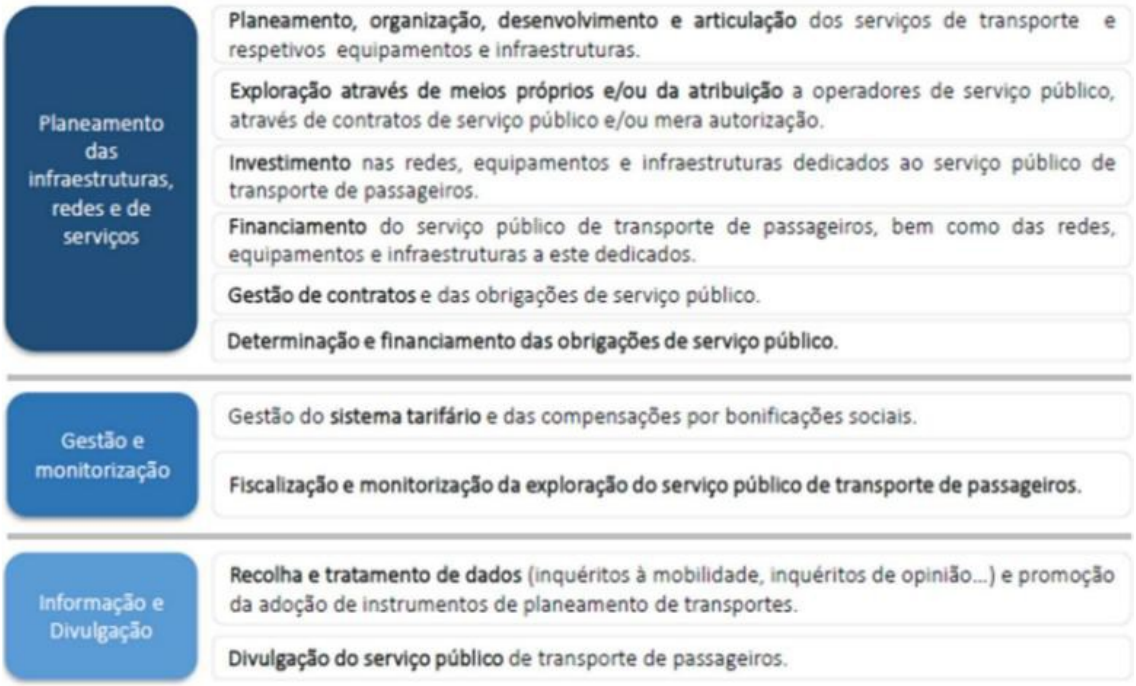
O ano de 2026, é um ano histórico, pois logo em início de janeiro, concretizou-se o início da operação da bilhética intermodal, com a Metro Mondego e os SMTUC. na Região Metropolitana de Coimbra (nesta fase 1ª., com os concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã).

Para tanto, o ano de 2025, foi um ano muito importante, de preparação do início da operação da Metro Mondego, e com ela da bilhética intermodal em parceria com os SMTUC de Coimbra, tarefa que esteve a cargo da AGIT, EIM, SA e das duas operadoras, num esforço de empenho e coordenação notáveis.

É uma realidade! Já se pode viajar desde a Lousã, Miranda do Corvo até Coimbra, com um único título de transporte, em qualquer operador de transporte coletivo.

O exercício de 2025, foi um ano de investimento, de organização dos serviços da Agit, EIM, SA, recrutando-se pessoal, adquirindo-se toda a infraestrutura tecnológica e de software, bem como, adquirindo-se os já famosos "Move C", que são produzidos no estrangeiro e configurados posteriormente em Portugal, numa operação que não leva menos de três meses, até chegar ao depósito nas nossas instalações, para posteriormente ser distribuído pelas operadoras.

Missão e valores



Atividade

Importa, desde já, realçar que, embora formalmente o ano de 2025 tenha sido o segundo ano de atividade da empresa, na prática ele correspondeu ao primeiro ano efetivo de atividade (o início de atividade fiscal ocorreu em 23.01.2025).

Em 2024 a atividade da empresa resumiu-se a três atos jurídicos e contabilísticos:

- constituição da Sociedade;
- realização de Assembleia Geral para nomeação do Conselho de Administração;
- realização da primeira parcela do Capital Social a que estavam obrigados os dois acionistas.

É no ano de 2025 que se inicia, efetivamente, a instalação da AGIT, EIM, SA com:

- a fixação das suas instalações – cedidas pelo Município de Coimbra - na morada Praça do Comércio, 67, em Coimbra;

- a aquisição de equipamento administrativo, informático, de videoconferência e de climatização;
- a contração do primeiro técnico para o seu quadro de pessoal;
- o início do desenvolvimento da Plataforma AGIT da Região de Coimbra [PARC].
- o início da atividade comercial - aquisição e venda de mercadorias (cartões MOVE-C e SAM) aos operadores de transportes.

Uma das competências e obrigações da AGIT, EIM, SA é a promoção e realização de campanha de divulgação do novo tarifário intermodal da Região de Coimbra, que se concretiza com o cartão MOVE-C.

Sucede que, a AGIT, EIM, SA não dispõe, até ao momento, de recursos humanos e técnicos, que permitam promover a realização da campanha de divulgação do novo tarifário, da sua competência e obrigação.

Nesta medida, reconhecendo a inadiável necessidade de promover o novo tarifário intermodal, a AGIT, EIM, SA celebrou um "Protocolo de colaboração - Divulgação do tarifário intermodal da Região de Coimbra" com a Metro-Mondego, SA [MM].

No sentido de garantir a promoção da campanha, a MM realizou as seguintes ações:

- Lançamento de um teaser digital nas redes sociais: "O seu título intermodal está a chegar!", como kick-off da campanha;
- Folheto informativo a ser entregue junto às paragens dos Serviços Alternativos, dos SMTUC e das estações da MM;
- Vídeo promocional e explicativo sobre o novo título de transporte intermodal: Move-C;
- Publicidade em órgãos de comunicação social local, abrangendo os concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã;
- Publicidade estática (cartaz) a ser colocada no interior das viaturas dos operadores envolvidos (MM e SMTUC);
- Publicidade estática (cartaz e roll-up) a ser colocada na entrada das bilheteiras da MM e dos SMTUC;
- Publicidade nas redes sociais e site da MM e SMTUC.

Como contrapartida, a AGIT, EIM, SA pagará à MM até ao limite de 15 000,00 € (a que acresce o IVA), que terá como único fim o pagamento dos serviços/fornecimentos adquiridos no âmbito do presente protocolo.

O desenvolvimento da Plataforma AGIT da Região de Coimbra [PARC] representa, até ao momento, o maior investimento da AGIT, EIM, SA – 257.256,00 € (IVA excluído).

Quando em funcionamento pleno, a PARC vai gerar todos os dados de utilização e validação dos títulos intermodais, tratamento estatístico dos mesmos, cumprimento de obrigatoriedade de relatórios detalhados de determinadas operações, bem como, de proporcionar a repartição de receita derivada da utilização dos seus meios de transporte, segundo uma fórmula previamente estabelecida.

Tendo em vista a prossecução dos seus fins, a AGIT celebrou com:

- Município de Coimbra um Contrato-Programa de Indeminização Compensatória, que não foi executado em 2025, porquanto, não houve operação intermodal, já que a mesma só se iniciou em 2026;
- Metro-Mondego, SA um Protocolo de Colaboração -Divulgação do tarifário intermodal da Região de Coimbra.

Resultados

No final do exercício económico de 2025, verificou-se o seguinte:

- O Ativo total atingiu os 1.260.252,79 € (2024: 1.165.594,00 €);
- Apresentava um Passivo total no valor de 73.736,59 € (2024:0,00 €);
- O Capital Próprio totalizava 1.186.516,20 €, mais 20.922,20 € que no ano anterior, devido ao aumento do “Resultado Líquido do Exercício”;
- Os rendimentos em 2025 foram de 215.185,02 €;
- Os gastos em 2025 foram de 189.831,64 €;
- O resultado Líquido foi de 20.922,20 €.

2. BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

Estrutura do Balanço	2024	2025	variação 2024/2025	
			valor	%
Ativo total	**834 453 575,56 €**	**872 545 785,16 €**	**38 092 209,60 €**	**4,56%**
Ativo não corrente	764 967 670,60 €	805 115 341,51 €	40 147 670,91 €	5,25%
Ativo corrente	69 485 904,96 €	67 430 443,65 €	- 2 055 461,31 €	-2,96%
Património Líquido	**673 537 083,88 €**	**695 379 250,02 €**	**21 842 166,14 €**	**3,24%**
Passivo	**160 916 491,68 €**	**177 166 535,14 €**	**16 250 043,46 €**	**10,10%**
Passivo não corrente	119 875 499,80 €	129 603 250,87 €	9 727 751,07 €	8,11%
Passivo corrente	41 040 991,88 €	47 563 284,27 €	6 522 292,39 €	15,89%
Total do Passivo + Património Líquido	**834 453 575,56 €**	**872 545 785,16 €**	**38 092 209,60 €**	**4,56%**

Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pela NCP 22 espelhando a situação patrimonial do Grupo Municipal, à data de 31 de dezembro de 2025.

As contas consolidadas são fortemente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município de Coimbra, do exercício de 2025, quando individualmente considerado.

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2025 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados, Demonstração de Alteração do Património Líquido Consolidada e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2025, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 872 545 785,16 €, o que representa um aumento de 4,56%, face ao período homólogo de 2024.

O Passivo Consolidado ascendeu 177 166 535,14 €, tendo registado um acréscimo de 10,10%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 695 379 250,02 €, o que se traduziu num acréscimo de 3,24 %. Os Interesses Minoritários apurados foram de 218 325,95 € e resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio na iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia.

Ativo Consolidado

Ativo	2024	peso %	2025	peso %	variação 2024/2025 Valor	%
Ativo não corrente	**764 967 670,60 €**	**91,7%**	**805 115 341,51 €**	**92,3%**	**40 147 670,91 €**	**5,25%**
Ativos fixos tangíveis	734 274 546,80 €	88,0%	764 838 691,25 €	87,7%	30 564 144,45 €	4,16%
Propriedades de investimento	4 130 880,83 €	0,5%	4 036 857,67 €	0,5%	- 94 023,16 €	-2,28%
Ativos intangíveis	11 178 861,23 €	1,3%	20 394 411,51 €	2,3%	9 215 550,28 €	82,44%
Participações financeiras	14 936 412,69 €	1,8%	15 593 352,87 €	1,8%	656 940,18 €	4,40%
Devedores por emprést. bonificados e subs. Reembols.	419 273,11 €	0,1%	234 158,61 €	0,0%	- 185 114,50 €	-44,15%
Ativos por Impostos Diferidos	27 695,94 €	0,0%	17 869,60 €	0,0%	- 9 826,34 €	-35,48%
Activo Corrente	**69 485 904,96 €**	**8,3%**	**67 430 443,65 €**	**7,7%**	**- 2 055 461,31 €**	**-2,96%**
Inventários	1 958 110,54 €	0,2%	1 658 705,64 €	0,2%	- 299 404,90 €	-15,29%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	1 652 672,46 €	0,2%	1 136 070,91 €	0,1%	- 516 601,55 €	-31,26%
Devedores por emprést. bonificados e subs. reembols.	13 152,66 €	0,0%	9 492,82 €	0,0%	- 3 659,84 €	-27,83%
Clientes, contribuintes e utentes	4 537 223,77 €	0,5%	4 216 330,53 €	0,5%	- 320 893,24 €	-7,07%
Estado e outros entes públicos	725 949,03 €	0,1%	931 585,23 €	0,1%	205 636,20 €	28,33%
Acionistas/sócios/associados	196 547,07 €	0,0%	77 023,80 €	0,0%	- 119 523,27 €	-60,81%
Outras contas a receber	37 141 393,02 €	4,5%	38 186 520,31 €	4,4%	1 045 127,29 €	2,81%
Diferimentos	579 409,65 €	0,1%	302 613,92 €	0,0%	- 276 795,73 €	-47,77%
Caixa e depósitos	22 681 446,76 €	2,7%	20 912 100,49 €	2,4%	- 1 769 346,27 €	-7,80%
Total do Ativo	**834 453 575,56 €**	**100,0%**	**872 545 785,16 €**	**100,0%**	**38 092 209,60 €**	**4,56%**

Constata-se que, o ativo consolidado, quando comparado com o ativo do Município, permite aferir o forte peso do Município enquanto entidade consolidante, com uma representatividade superior a 90% e, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Tais variações foram já anteriormente justificadas no âmbito da análise das contas individuais.

Passivo Consolidado

Passivo	2024	peso %	2025	peso %	variação 2024/2025 Valor	%
Passivo não corrente	**119 875 499,80 €**	**74,5%**	**129 603 250,87 €**	**73,2%**	**9 727 751,07 €**	**8,11%**
Provisões	17 367 107,65 €	**10,8%**	21 120 943,49 €	**11,9%**	3 753 835,84 €	21,61%
Financiamentos obtidos	21 114 475,76 €	13,1%	18 997 505,88 €	10,7%	- 2 116 969,88 €	-10,03%
Diferimentos	75 409 623,19 €	46,9%	83 134 473,81 €	46,9%	7 724 850,62 €	10,24%
Passivos por Impostos Diferidos	839 324,92 €	0,5%	747 433,40 €	0,4%	- 91 891,52 €	-10,95%
Outras contas a pagar	5 144 968,28 €	3,2%	5 602 894,29 €	3,2%	457 926,01 €	8,90%
Passivo corrente	**41 040 991,88 €**	**25,5%**	**47 563 284,27 €**	**26,8%**	**6 522 292,39 €**	**15,89%**
Credores por transf. e subsíd não reembols. concedidos	482 941,53 €	0,3%	418 936,89 €	0,2%	- 64 004,64 €	-13,25%
Fornecedores	11 352 001,14 €	7,1%	12 919 053,69 €	7,3%	1 567 052,55 €	13,80%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	175 928,19 €	0,1%	175 928,19 €	0,1%	- €	0,00%
Estado e outros entes púbicos	1 922 679,02 €	1,2%	1 719 467,70 €	1,0%	- 203 211,32 €	-10,57%
Financiamentos obtidos	4 802 085,71 €	3,0%	4 703 741,93 €	2,7%	- 98 343,78 €	-2,05%
Fornecedores de investimentos	1 907 987,64 €	1,2%	5 548 032,24 €	3,1%	3 640 044,60 €	190,78%
Outras contas a pagar	18 623 029,72 €	11,6%	18 208 564,68 €	10,3%	- 414 465,04 €	-2,23%
Diferimentos	1 774 338,93 €	1,1%	3 869 558,95 €	2,2%	2 095 220,02 €	118,08%
Total do Passivo	**160 916 491,68 €**	**100,00%**	**177 166 535,14 €**	**100,00%**	**16 250 043,46 €**	**10,10%**

Também no passivo consolidado verificamos que, quando comparado com o passivo do Município, o peso da entidade consolidante é superior a 90%, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas

demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Tais variações foram já anteriormente justificadas no âmbito da análise das contas individuais.

Dívida Consolidada

PASSIVO	2024	peso %	2025	peso %	variação 2024/2025 Valor	%
Dívida bancária	**25 916 561,47 €**	**39,1%**	**23 701 247,81 €**	**34,3%**	**- 2 215 313,66 €**	**-8,55%**
Financiamentos obtidos - exigível a mais de 12 meses	21 114 475,76 €		18 997 505,88 €		- 2 116 969,88 €	-10,03%
Financiementos obtidos - exigível a menos de 12 meses	4 802 085,71 €		4 703 741,93 €		- 98 343,78 €	-2,05%
Outras dívidas	**40 448 860,44 €**	**60,9%**	**45 340 311,08 €**	**65,7%**	**4 891 450,64 €**	**12,09%**
Credores por transf. e subsídios não reemb. concedidos	482 941,53 €		418 936,89 €		- 64 004,64 €	-13,25%
Fornecedores	11 352 001,14 €		12 919 053,69 €		1 567 052,55 €	13,80%
Fornecedores de investimentos	1 907 987,64 €		5 548 032,24 €		3 640 044,60 €	190,78%
Estado e outros entes púbicos	1 922 679,02 €		1 719 467,70 €		- 203 211,32 €	-10,57%
Outras contas a pagar - exigível a mais de 12 meses	5 144 968,28 €		5 602 894,29 €		457 926,01 €	8,90%
Outras contas a pagar - exigível a menos de 12 meses	18 798 957,91 €		18 384 492,87 €		- 414 465,04 €	-2,20%
Passivos por impostos diferidos	839 324,92 €		747 433,40 €		- 91 891,52 €	-10,95%
DÍVIDA TOTAL	**66 365 421,91 €**	**100,00%**	**69 041 558,89 €**	**100,00%**	**2 676 136,98 €**	**4,03%**

Património consolidado

Património Consolidado	2024	2025	variação 2024/2025 Valor	%
Património	377 606 269,17 €	377 606 269,17 €	- €	0,00%
Ações (quotas) próprias	- €	- 24 347,44 €	- 24 347,44 €	100,00%
Reservas Legais	17 833 870,46 €	18 359 350,72 €	525 480,26 €	2,95%
Outras Reservas	7 441 340,27 €	9 223 716,57 €	1 782 376,30 €	23,95%
Resultados Transitados	75 492 588,14 €	81 454 157,57 €	5 961 569,43 €	7,90%
Ajustamentos em ativos financeiros	4 829,76 €	4 829,76 €	- €	0,00%
Outras variações no património líqui	186 059 331,67 €	197 259 222,86 €	11 199 891,19 €	6,02%
Resultado Líquido do Exercício	8 893 274,00 €	11 277 724,86 €	2 384 450,86 €	26,81%
Total	**673 331 503,47 €**	**695 160 924,07 €**	**21 829 420,60 €**	**3,24%**
Interesses que não controlam	205 580,41 €	218 325,95 €	12 745,54 €	6,20%
Total do Património Líquido	**673 537 083,88 €**	**695 379 250,02 €**	**21 842 166,14 €**	**3,24%**

O Património Líquido do Grupo Consolidado aumentou cerca de 3,24%. As reservas e os resultados transitados apresentam uma variação decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior. Para o resultado líquido apurado no exercício, contribuiu positivamente o resultado apurado no Município, AC, IParque e na Ruas, tendo as restantes entidades apurado resultados negativos.

Nos termos da NCP 22 “a entidade que controla deve apresentar os interesses que não controlam no balanço consolidado dentro do património líquido, separadamente do património líquido próprio relativamente aos proprietários, da entidade que controla”. Deste modo, são apresentados os interesses minoritários no valor de 218 325,95€, por influência da Sociedade IParque e da Ruas.

Estrutura dos Resultados Consolidados

ESTRUTURA DOS RESULTADOS	2024	2025	variação 2024/2025 Valor	%
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros	29 417 829,09 €	28 563 210,16 €	- 854 618,93 €	-2,91%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 18 321 660,25 €	- 16 480 363,60 €	1 841 296,65 €	10,05%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	11 096 168,84 €	12 082 846,56 €	986 677,72 €	8,89%
Resultados financeiros	- 1 595 622,57 €	- 428 521,13 €	1 167 101,44 €	73,14%
Impostos	- 580 900,91 €	- 361 922,47 €	218 978,44 €	37,70%
Resultado líquido do período	**8 919 645,36 €**	**11 292 402,96 €**	**2 372 757,60 €**	**26,60%**
Interesses que não controlam	- 26 371,36 €	- 14 678,10 €	11 693,26 €	44,34%
Resultado Consolidado do Exercício	**8 893 274,00 €**	**11 277 724,86 €**	**2 384 450,86 €**	**26,81%**

Gastos

Evolução dos Gastos	2024	peso %	2025	peso %	variação 2024/2025 Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8 133 702,62 €	4,72%	8 206 583,26 €	4,36%	72 880,64 €	0,90%
Fornecimentos e serviços externos	53 649 801,98 €	31,11%	58 164 137,20 €	30,87%	4 514 335,22 €	8,41%
Gastos com pessoal	70 207 621,86 €	40,71%	76 344 835,59 €	40,51%	6 137 213,73 €	8,74%
Transferências e subsídios concedidos	16 380 906,53 €	9,50%	19 549 837,06 €	10,37%	3 168 930,53 €	19,35%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 87 228,33 €	-0,05%	1 059 555,67 €	0,56%	1 146 784,00 €	1314,69%
Provisões (aumentos/reduções)	- 501 589,18 €	-0,29%	4 310 913,96 €	2,29%	4 812 503,14 €	959,45%
Outros gastos	3 830 090,12 €	2,22%	3 195 820,28 €	1,70%	- 634 269,84 €	-16,56%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	18 321 660,25 €	10,62%	16 480 363,60 €	8,75%	- 1 841 296,65 €	-10,05%
Juros e gastos similares suportados	1 931 512,79 €	1,12%	763 889,19 €	0,41%	- 1 167 623,60 €	-60,45%
Imposto sobre o Rendimento	580 900,91 €	0,34%	361 922,47 €	0,19%	- 218 978,44 €	-37,70%
Total	**172 447 379,55 €**	**100,00%**	**188 437 858,28 €**	**100,00%**	**15 990 478,73 €**	**9,27%**

Rendimentos

Evolução dos Rendimentos	2024	peso %	2025	peso %	variação 2024/2025 Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	64 912 265,63 €	35,79%	75 869 138,93 €	37,99%	10 956 873,30 €	16,88%
Vendas	10 749 889,29 €	5,93%	10 803 630,59 €	5,41%	53 741,30 €	0,50%
Prestações de serviços e concessões	33 591 598,75 €	18,52%	35 998 389,56 €	18,02%	2 406 790,81 €	7,16%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	560 084,37 €	0,31%	331 651,55 €	0,17%	- 228 432,82 €	-40,79%
Transferências e subsídios correntes obtidc	56 367 270,86 €	31,08%	60 234 269,46 €	30,16%	3 866 998,60 €	6,86%
Variações nos inventários da produção	- 366 964,52 €	-0,20%	- 184 591,60 €	-0,09%	182 372,92 €	49,70%
Trabalhos para a própria entidade	51 366,68 €	0,03%	69 547,87 €	0,03%	18 181,19 €	35,39%
Outros rendimentos	15 165 623,63 €	8,36%	16 272 856,82 €	8,15%	1 107 233,19 €	7,30%
Juros e rendimentos similares obtidos	335 890,22 €	0,19%	335 368,06 €	0,17%	- 522,16 €	-0,16%
Total	**181 367 024,91 €**	**100,00%**	**199 730 261,24 €**	**100,00%**	**18 363 236,33 €**	**10,12%**

Demonstração de resultados consolidada

Rendimentos e Gastos	2024	2025	Variação Valor	Variação %
Impostos, contribuições e taxas	64 912 265,63 €	75 869 138,93 €	10 956 873,30 €	16,88%
Vendas	10 749 889,29 €	10 803 630,59 €	53 741,30 €	0,50%
Prestações de serviços e concessões	33 591 598,75 €	35 998 389,56 €	2 406 790,81 €	7,16%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	560 084,37 €	331 651,55 €	- 228 432,82 €	-40,79%
Transferências e subsídios correntes obtidos	56 367 270,86 €	60 234 269,46 €	3 866 998,60 €	6,86%
Variações nos inventários da produção	- 366 964,52 €	- 184 591,60 €	182 372,92 €	49,70%
Trabalhos para a própria entidade	51 366,68 €	69 547,87 €	18 181,19 €	35,39%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 8 133 702,62 €	- 8 206 583,26 €	- 72 880,64 €	-0,90%
Fornecimentos e serviços externos	- 53 649 801,98 €	- 58 164 137,20 €	- 4 514 335,22 €	-8,41%
Gastos com pessoal	- 70 207 621,86 €	- 76 344 835,59 €	- 6 137 213,73 €	-8,74%
Transferências e subsídios concedidos	- 16 380 906,53 €	- 19 549 837,06 €	- 3 168 930,53 €	-19,35%
Prestações sociais	- €	- €	- €	NA
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)	- €	- €	- €	NA
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	87 228,33 €	- 1 059 555,67 €	- 1 146 784,00 €	-1314,69%
Provisões (aumentos/reduções)	501 589,18 €	- 4 310 913,96 €	- 4 812 503,14 €	-959,45%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	- €	- €	- €	NA
Aumentos/reduções de justo valor	- €	- €	- €	NA
Outros rendimentos	15 165 623,63 €	16 272 856,82 €	1 107 233,19 €	7,30%
Outros gastos	- 3 830 090,12 €	- 3 195 820,28 €	634 269,84 €	16,56%
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros	**29 417 829,09 €**	**28 563 210,16 €**	**- 854 618,93 €**	**-2,91%**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 18 321 660,25 €	- 16 480 363,60 €	1 841 296,65 €	10,05%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	- €	- €	- €	NA
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	**11 096 168,84 €**	**12 082 846,56 €**	**986 677,72 €**	**8,89%**
Juros e rendimentos similares obtidos	335 890,22 €	335 368,06 €	- 522,16 €	-0,16%
Juros e gastos similares suportados	- 1 931 512,79 €	- 763 889,19 €	1 167 623,60 €	60,45%
Resultados antes de impostos	**9 500 546,27 €**	**11 654 325,43 €**	**2 153 779,16 €**	**22,67%**
Imposto sobre o rendimento	- 580 900,91 €	- 361 922,47 €	218 978,44 €	37,70%
Resultado líquido do período	**8 919 645,36 €**	**11 292 402,96 €**	**2 372 757,60 €**	**26,60%**
Resultado líquido do período atribuível a:			- €	
Detentores do capital da entidade-mãe			- €	
Interesses que não controlam	- 26 371,36 €	- 14 678,10 €	11 693,26 €	44,34%
Resultado Consolidado	**8 893 274,00 €**	**11 277 724,86 €**	**2 384 450,86 €**	**26,81%**

No exercício de 2025, o Grupo Municipal apurou um volume de Rendimentos Totais de 199 730 261,24 € e de Gastos Totais de 188 437 858,28 €, o que conduziu a um resultado gerado de 11 292 402,96€. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município.

Na estrutura de rendimentos, o maior peso é assumido pelas rubricas “Impostos, contribuições e taxas” e pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos”, seguidos das prestações de serviços e concessões, resultantes da atividade da entidade-mãe.

Na estrutura de gastos, à semelhança de anos anteriores, mantêm-se a relevância do peso dos gastos com pessoal, com fornecimentos e serviços externos e com os gastos com transferências e subsídios concedidos, como as rubricas que maior peso assumem. O aumento nos gastos com o pessoal, decorre do aumento do salário mínimo, de alterações de posicionamento remuneratório e outras disposições legais.

O Resultado Líquido positivo do período decorre dos Resultados Líquidos gerados pelas entidades que compõem o Grupo. Contribuíram decisivamente para aquele resultado, essencialmente o Município, mas também a AC, a IParque e a Ruas, que apresentaram Resultados Líquidos positivos.

Indicadores

Apresenta-se um quadro de indicadores relativos à atividade desenvolvida pelo Grupo Municipal, em termos comparativos com o ano de 2025, que permite efetuar uma leitura quantitativa da sua "saúde" financeira:

Meios Libertos		2025	2024	variação 2024/2025	Observações
Meios Libertos Líquidos (€)	*Resultado Líquido do Exercício +Depreciações/Amortizações +Provisões/Imparidades*	33 143 236,19	26 652 488,10	6 490 748,09	RLE sem o efeito das rubricas que não gerarão pagamentos. Vê a capacidade em gerar dinheiro para reembolsar capital alheio e auto financiamento

Liquidez		2025	2024	variação 2024/2025	Observações
Liquidez Geral	*Ativo Corrente/Passivo Corrente*	141,77%	169,31%	-28%	Mede capacidade para fazer face a compromissos de CP. Deve ser superior a 100%
Liquidez Reduzida	*(Ativo Corrente - Inventários) /Passivo Corrente*	138,28%	164,54%	-26%	Muito mais exigente que a Liquidez Geral. Afere a relação entre o dinheiro em caixa e bancos com as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano
Liquidez Imediata	*Disponibilidades/Passivo Corrente*	43,97%	55,27%	-11%	Mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades.

RENTABILIDADE		2025	2024	variação 2024/2025	OBSERVAÇÕES
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	*Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100*	9,85%	10,16%	-0,31%	Avalia a eficiência da atividade económica da entidade com referência aos resultados operacionais, sendo expresso em percentagem
Taxa de Margem Bruta (TMB)	*Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas*	15,50%	17,28%	-1,79%	Este rácio mede a eficiência da atividade económica da entidade com referência à margem bruta.
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	*Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100*	1,62%	1,32%	0,30%	Mede a remuneração potencial do património líquido da entidade, ou seja, mostra a percentagem de lucro auferido em relação ao montante total do património líquido
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	*Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100*	1,38%	1,33%	0,06%	Dá-nos a informação sobre qual a capacidade dos ativos (máquinas, equipamento produtivo, inventários, equipamento administrativo, entre outros) da entidade em gerar resultados.

Atividade		2025	2024	variação 2024/2025	Observações
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	*Volume de Negócios/ Ativo*	0,14	0,13	0,01	Indicador da produtividade e da gestão de ativos, que permite analisar a produtividade da entidade no aproveitamento dos seus ativos.
Prazo Médio de Inventários (PMI)	*Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365*	74	88	-14	Indicador da eficiência de gestão de stocks. Este indicador permite avaliar a eficácia na gestão dos inventários.
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	*Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365*	33	37	-4	Representa quanto tempo (em dias) demora a entidade, em média, a receber os créditos que concede aos seus clientes.
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	*Saldo (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365*	53	54	-1	Representa quanto tempo (em dias) demora a entidade, em média, a pagar as dívidas aos seus fornecedores

Estrutura Financeira		2025	2024	variação 2024/2025	Observações
Autonomia Financeira	*Património Líquido/Ativo*	79,70%	80,72%	-1%	Representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo património líquido.
Solvabilidade	*Património Líquido/Passivo*	392,50%	418,56%	-26%	Rácio de solvabilidade visa perceber qual a capacidade que a entidade tem em solver (pagar) as suas obrigações a médio e longo prazo.
Grau de cobertura dos gastos financeiros	*Resultado operacional/ Gastos Financeiros*	1582%	574%	1007%	Mede o grau de cobertura dos gastos financeiros pelos resultados operacionais, o numero de vezes que o resultado operacional cobre os juros financeiros permitindo perceber se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira.
Endividamento	*Passivo/Ativo*	20,30%	19,28%	1%	Este rácio permite avaliar o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for o resultado deste rácio, maior a vulnerabilidade da entidade

Genericamente, os indicadores apresentam uma relevante evolução positiva, decorrente evolução do resultado líquido consolidado apurado.

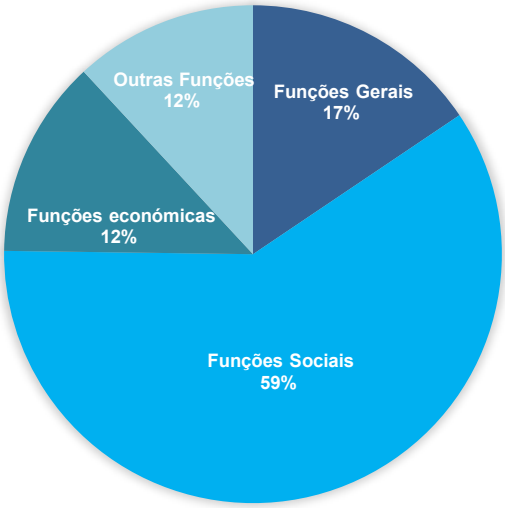
Análise da distribuição dos Custos Consolidados por Funções

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	**30 636 819,86**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30 636 819,86**	**16,76%**
111- Administração geral	27 940 855,51							27 940 855,51	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	2 029 227,44							2 029 227,44	
122-Polícia municipal	666 736,91							666 736,91	
2 Funções Sociais	**76 749 823,67**	**0,00**	**32 978 681,17**	**0,00**	**1 019 841,83**	**12 935,22**	**-2 099 475,06**	**108 661 806,83**	**59,44%**
211-Ensino não superior	3 908 698,44				1 019 841,83		-364 234,66	4 564 305,61	
212-Serviços auxiliares de ensino	27 531 557,26							27 531 557,26	
221-Serviços individuais de saúde	2 626 562,11							2 626 562,11	
232-Acção social	2 848 907,82							2 848 907,82	
241-Habitação	2 592 620,33							2 592 620,33	
242-Ordenamento do território	3 389 242,80							3 389 242,80	
243-Saneamento	0,00		15 782 347,79				-824 438,31	14 957 909,48	
244-Abastecimento de água	0,00		17 196 333,38				-898 302,09	16 298 031,29	
245-Resíduos sólidos	11 946 796,39							11 946 796,39	
246-Protecção meio ambiente e conserv. da natureza	4 008 486,45							4 008 486,45	
251-Cultura	10 200 496,86					12 935,22	-12 500,00	10 200 932,08	
252-Desporto, recreio e lazer	7 565 936,52							7 565 936,52	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	130 518,69							130 518,69	
3 Funções económicas	**15 125 942,56**	**18 781 365,07**	**0,00**	**510 481,27**	**0,00**	**0,00**	**-12 372 145,40**	**22 045 643,50**	**12,06%**
320-Indústria e energia	2 830 860,75			510 481,27			-238,95	3 341 103,07	
331-Transportes rodoviários	7 415 174,45	18 781 365,07					-12 371 906,45	13 824 633,07	
332-Transportes aéreos	300 549,06							300 549,06	
340-Comércio e turismo	263 455,60							263 455,60	
341-Mercados e feiras	700 351,83							700 351,83	
342-Turismo	3 615 550,87							3 615 550,87	
4 Outras Funções	**21 458 677,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21 458 677,83**	**11,74%**
420-Transferências entre administrações	20 905 577,44							20 905 577,44	
430-Diversas não especificadas	553 100,39							553 100,39	
Total	**143 971 263,92**	**18 781 365,07**	**32 978 681,17**	**510 481,27**	**1 019 841,83**	**12 935,22**	**-14 471 620,46**	**182 802 948,02**	**100,00%**

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais representam 59% do total dos custos do Grupo Municipal onde se inclui a atividade de Serviços Auxiliares de Ensino bem como o Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos. Seguindo-se as Funções Gerais que representam 17% e refletem o peso dos custos de estrutura. As Outras Funções representam 12%, com um peso preponderante das Transferências entre Administrações referente, essencialmente, às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes. As Funções Económicas representam 12%, com um peso preponderante dos Transportes Rodoviários.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos custos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância relativa que cada uma assume na distribuição dos custos do Grupo Municipal.

A análise gráfica ilustra como são aplicados os custos, gerados no Grupo Municipal acima identificado.



Análise da distribuição dos Rendimentos Consolidados por Funções

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	**102 749 542,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102 749 542,91**	**52,50%**
111- Administração geral	101 728 440,46							101 728 440,46	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	279 850,06							279 850,06	
122-Polícia municipal	741 252,39							741 252,39	
2 Funções Sociais	**36 436 201,34**	**0,00**	**34 227 800,57**	**0,00**	**797 393,09**	**25 000,00**	**-2 129 736,56**	**69 356 658,44**	**35,44%**
211-Ensino não superior	230 051,76				797 393,09		-196 025,00	831 419,85	
212-Serviços auxiliares de ensino	18 759 421,83							18 759 421,83	
221-Serviços individuais de saúde	2 040 561,21							2 040 561,21	
232-Acção social	1 177 344,48							1 177 344,48	
241-Habitação	518 512,67							518 512,67	
242-Ordenamento do território	380 145,44							380 145,44	
243-Saneamento	0,00		17 151 564,17				-962 719,86	16 188 844,32	
244-Abastecimento de água	0,00		17 076 236,40				-958 491,70	16 117 744,70	
245-Resíduos sólidos	11 395 532,38							11 395 532,38	
246-Protecção meio ambiente e conserv. da natureza	361 147,56							361 147,56	
251-Cultura	1 038 002,40					25 000,00	-12 500,00	1 050 502,40	
252-Desporto, recreio e lazer	535 481,61							535 481,61	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	0,00							0,00	
3 Funções económicas	**7 166 515,43**	**17 916 733,09**	**0,00**	**543 406,56**	**0,00**	**0,00**	**-13 034 291,58**	**12 592 363,50**	**6,43%**
320-Indústria e energia	4 137 898,85			543 406,56			-263 354,70	4 417 950,72	
331-Transportes rodoviários	271 031,73	17 916 733,09					-12 770 936,88	5 416 827,94	
332-Transportes aéreos	1 243,00							1 243,00	
340-Comércio e turismo	43 965,38							43 965,38	
341-Mercados e feiras	223 543,22							223 543,22	
342-Turismo	2 488 833,25							2 488 833,25	
4 Outras Funções	**11 002 828,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 002 828,93**	**5,62%**
420-Transferências entre administrações	10 881 648,19							10 881 648,19	
430-Diversas não especificadas	121 180,74							121 180,74	
Total	**157 355 088,61**	**17 916 733,09**	**34 227 800,57**	**543 406,56**	**797 393,09**	**25 000,00**	**-15 164 028,14**	**195 701 393,79**	**100,00%**

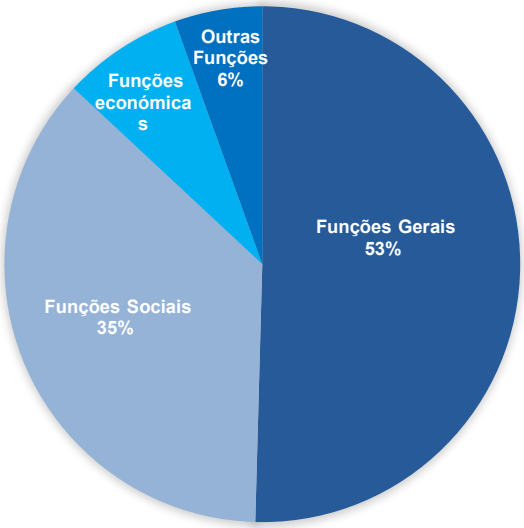
Nos Rendimentos, a Função Geral assume o maior peso, representando 53%, onde se incluem Impostos, Taxas e Fundos (com exceção do Fundo Social Municipal).

As Funções Sociais representam 35% do total dos rendimentos, sendo que o maior peso vai para os rendimentos de serviços auxiliares de ensino, onde se encontram refletidos os rendimentos provenientes das transferências de competências no domínio da educação.

Destacam-se também, nas Funções Sociais, as atividades relativas ao Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos com valores significativos. Com menor peso, mas com especial relevância, destacam-se as transferências no âmbito da descentralização de competências referentes à Ação Social e Saúde.

As Funções Económicas representam 6%, onde o maior peso é referente aos Transportes Rodoviários e aos rendimentos provenientes da Renda de Concessão paga pela E_REDES Distribuição de Energia, SA, ao Município de Coimbra.

A análise gráfica ilustra como são gerados os rendimentos, dentro do Grupo Municipal acima identificado.



Nos mapas apresentados as colunas das Eliminações refletem as operações internas entre as Entidades do Grupo Municipal.

No que respeita à participação detida pelo Município na Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra (AGIT), a mesma foi incluída no perímetro de consolidação através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), atendendo ao facto de a participação municipal corresponder a 49,9% do capital social e não conferir o controlo da entidade, requisito necessário para a aplicação do método de consolidação integral. Consequentemente, ao contrário das entidades consolidadas integralmente, não foi criada uma coluna autónoma na Demonstração de Resultados consolidada por funções, para apresentação dos respetivos gastos e rendimentos.

Em conformidade com o referido método, foi reconhecida a quota-parte do Município nos resultados da participada, correspondente a 49,9% do resultado líquido apurado pela AGIT no exercício de 2025.

Tendo esta entidade registado um resultado líquido positivo de 20.922,20 €, foi incorporado na consolidação o montante de 10.440,18 €, refletindo a participação do Município naquele resultado. Este valor foi registado na coluna do Município, na função 331 – Transportes Rodoviários, por respeitar à participação na entidade responsável pela gestão e exploração do Sistema Intermodal do Metro Mondego.

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Município de Coimbra

Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
	Saldo da gerência anterior	20 577 376,53 €	24 026 592,96 €
RI01	Operações Orçamentais [1]	14 054 376,29 €	17 836 349,69 €
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €
RI03	Operações de tesouraria [A]	6 523 000,24 €	6 190 243,27 €
RI04	Recebim saldo devolv por terceiras entid	- €	- €
	Receita corrente	179 268 051,49 €	139 384 885,22 €
R1	Receita Fiscal	67 923 495,41 €	55 724 353,93 €
R1.1	Impostos diretos	67 923 495,41 €	55 724 353,93 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contrib p/ sist. Prot. social e subsist. saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	8 520 467,92 €	6 670 166,94 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 422 988,69 €	5 470 155,03 €
R5	Transferências e subsídios correntes	79 484 597,40 €	53 825 668,66 €
R5.1	Transferências correntes	61 568 095,33 €	53 825 668,66 €
R5.1.1	Administrações Públicas	60 516 742,38 €	53 403 998,80 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	50 001 441,92 €	44 986 961,17 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	193 658,63 €	488 505,84 €
R5.1.1.3	Segurança Social	30 923,40 €	30 923,40 €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	10 290 718,43 €	7 897 608,39 €
R5.1.2	Exterior - U E	847 955,05 €	421 669,86 €
R5.1.3	Outras	203 397,90 €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	16 759 079,84 €	14 525 587,60 €
R7	Outras receitas correntes	1 157 422,23 €	3 168 953,06 €
	Receita de capital	13 919 520,57 €	12 909 792,09 €
R8	Venda de bens de investimento	883 298,82 €	1 512 749,45 €
R9	Transferências e subsídios de capital	12 379 032,96 €	11 149 710,92 €
R9.1	Transferências de capital	12 379 032,96 €	11 149 710,92 €
R9.1.1	Administrações Públicas	12 325 198,39 €	10 636 883,83 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	12 295 611,74 €	10 636 883,83 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	29 586,65 €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €
R9.1.3	Outras	53 834,57 €	512 827,09 €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	657 188,79 €	247 331,72 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	51 308,57 €	78 384,73 €
	Receita efetiva [2]	193 238 880,63 €	152 373 062,04 €
	Receita não efetiva (3)	2 978 942,32 €	1 225 340,16 €
R12	Receita com ativos financeiros	21 330,94 €	13 152,66 €
R13	Receita com passivos financeiros	2 957 611,38 €	1 212 187,50 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	210 272 199,24 €	171 434 751,89 €
ROT	**Operações de tesouraria [B]**	2 061 285,78 €	2 168 245,27 €

Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
	Despesa corrente	135 307 248,64 €	125 760 756,89 €
D1	Despesas com o pessoal	66 269 249,60 €	60 706 377,33 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	49 478 314,04 €	45 514 003,41 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 241 196,82 €	3 693 913,68 €
D1.3	Segurança Social	12 549 738,74 €	11 498 460,24 €
D2	Aquisição de bens e serviços	50 579 796,99 €	47 394 701,27 €
D3	Juros e outros encargos	1 186 444,30 €	1 777 952,51 €
D4	Transferências e subsídios correntes	16 816 076,21 €	14 880 493,16 €
D4.1	Transferências correntes	16 816 076,21 €	14 880 493,16 €
D4.1.1	Administrações Públicas	8 516 661,01 €	7 792 138,55 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 156 235,90 €	1 646 229,03 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	1 000,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	6 360 425,11 €	6 144 909,52 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	5 965 601,00 €	5 440 685,65 €
D4.1.3	Famílias	550 746,43 €	496 526,18 €
D4.1.4	Outras	1 783 067,77 €	1 151 142,78 €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	455 681,54 €	1 001 232,62 €
	Despesa de capital	39 705 571,15 €	17 658 930,52 €
D6	Aquisição de bens de capital	36 512 190,16 €	15 482 452,61 €
D7	Transferência e subsídios de capital	3 158 347,09 €	1 975 782,31 €
D7.1	Transferências de capital	3 158 347,09 €	1 975 782,31 €
D7.1.1	Administrações Públicas	2 980 999,82 €	1 791 453,67 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	529 500,00 €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	2 451 499,82 €	1 791 453,67 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	177 347,27 €	184 328,64 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	35 033,90 €	200 695,60 €
	Despesa efetiva [5]	175 012 819,79 €	143 419 687,41 €
	Despesa não efetiva (6)	5 326 460,18 €	13 960 688,19 €
D9	Despesa com ativos financeiros	826 223,00 €	3 154 345,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	4 500 237,18 €	10 806 343,19 €
	Soma [7]=[5]+[6]	180 339 279,97 €	157 380 375,60 €
	Operações de tesouraria [C]	2 063 880,15 €	1 835 488,30 €
	Saldo para a gerência seguinte	36 453 325,14 €	20 577 376,53 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	29 932 919,27 €	14 054 376,29 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	6 520 405,87 €	6 523 000,24 €
	Saldo global [2] - [5]	18 226 060,84 €	8 953 374,63 €
	Despesa primária	173 826 375,49 €	141 641 734,90 €
	Saldo corrente	43 960 802,85 €	13 624 128,33 €
	Saldo de capital	- 25 786 050,58 €	- 4 749 138,43 €
	Saldo primário	19 412 505,14 €	10 731 327,14 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	210 272 199,24 €	171 434 751,89 €
	Despesa total [5] + [6]	180 339 279,97 €	157 380 375,60 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Coimbra

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de Dezembro de 2025

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
	Receita corrente	4 423 312,58 €	5 257 727,78 €
R1	Receita Fiscal	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contrib p/ sistemas proteção social e subsis	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 213 248,02 €	1 249 992,02 €
R4	Rendimentos de propriedade	377 609,79 €	349 937,88 €
R5	Transferências e subsídios correntes	1 078 131,28 €	1 211 748,35 €
R5.1	Transferências correntes	1 078 131,28 €	1 211 748,35 €
R5.1.1	Administrações Públicas	321 582,92 €	665 079,50 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	321 582,92 €	665 079,50 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U E	756 548,36 €	546 668,85 €
R5.1.3	Outras	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 297 618,20 €	1 998 996,69 €
R7	Outras receitas correntes	456 705,29 €	447 052,84 €
	Receita de capital	1 594 350,88 €	1 488 254,44 €
R8	Venda de bens de investimento	964 240,39 €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	57 921,74 €	131 759,35 €
R9.1	Transferências de capital	57 921,74 €	131 759,35 €
R9.1.1	Administrações Públicas	57 921,74 €	131 759,35 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	57 921,74 €	60,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	131 699,35 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €
R9.1.3	Outras	7 927,65 €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	572 188,75 €	1 356 495,09 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €
	Receita efetiva [2]	6 017 663,46 €	6 745 982,22 €
	Receita não efetiva (3)	- €	
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	6 017 663,46 €	6 745 982,22 €

Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
	Despesa corrente	1 798 181,69 €	2 076 310,29 €
D1	Despesas com o pessoal	599 468,77 €	656 802,65 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	557 931,36 €	596 810,06 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	33 344,05 €	42 332,73 €
D1.3	Segurança Social	8 193,36 €	17 659,86 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 090 172,27 €	1 306 785,00 €
D3	Juros e outros encargos	10 423,61 €	10 423,61 €
D4	Transferências e subsídios correntes	75 833,19 €	73 809,59 €
D4.1	Transferências correntes	75 833,19 €	73 809,59 €
D4.1.1	Administrações Públicas	7 740,67 €	7 740,67 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 640,67 €	7 640,67 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	100,00 €	100,00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	60 588,71 €	60 588,71 €
D4.1.3	Famílias	7 503,81 €	5 480,21 €
D4.1.4	Outras	- €	- €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	22 283,85 €	28 489,44 €
	Despesa de capital	142 117,10 €	120 878,69 €
D6	Aquisição de bens de capital	128 117,10 €	106 878,69 €
D7	Transferência e subsídios de capital	14 000,00 €	14 000,00 €
D7.1	Transferências de capital	14 000,00 €	14 000,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	- €	- €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	14 000,00 €	14 000,00 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Despesa efetiva [5]	1 940 298,79 €	2 197 188,98 €
	Despesa não efetiva (6)	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
	Despesa Total [7]=[5]+[6]	1 940 298,79 €	2 197 188,98 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Município de Coimbra
Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	764 838 691,25 €	734 274 546,80 €
Propriedades de investimento	8	4 036 857,67 €	4 130 880,83 €
Ativos intangíveis	3	20 394 411,51 €	11 178 861,23 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		15 593 352,87 €	14 936 412,69 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		234 158,61 €	419 273,11 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		17 869,60 €	27 695,94 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
		805 115 341,51 €	764 967 670,60 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 658 705,64 €	1 958 110,54 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 136 070,91 €	1 652 672,46 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		9 492,82 €	13 152,66 €
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	4 216 330,53 €	4 537 223,77 €
Estado e outros entes públicos	23.1	931 585,23 €	725 949,03 €
Acionistas/sócios/associados		77 023,80 €	196 547,07 €
Outras contas a receber	23.3	38 186 520,31 €	37 141 393,02 €
Diferimentos		302 613,92 €	579 409,65 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1.3	20 912 100,49 €	22 681 446,76 €
		67 430 443,65 €	69 485 904,96 €
Total do Ativo		872 545 785,16 €	834 453 575,56 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		377 606 269,17 €	377 606 269,17 €
Ações (quotas) próprias		-24 347,44 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		18 359 350,72 €	17 833 870,46 €
Outras reservas		9 223 716,57 €	7 441 340,27 €
Resultados transitados		81 454 157,57 €	75 492 588,14 €
Ajustamentos em ativos financeiros		4 829,76 €	4 829,76 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido		197 259 222,86 €	186 059 331,67 €
Resultado líquido do período		11 277 724,86 €	8 893 274,00 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		218 325,95 €	205 580,41 €
Total do Património Líquido		695 379 250,02 €	673 537 083,88 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	21 120 943,49 €	17 367 107,65 €
Financiamentos obtidos	7	18 997 505,88 €	21 114 475,76 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		83 134 473,81 €	75 409 623,19 €
Passivos por impostos diferidos		747 433,40 €	839 324,92 €
Outras contas a pagar		5 602 894,29 €	5 144 968,28 €
		129 603 250,87 €	119 875 499,80 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		418 936,89 €	482 941,53 €
Fornecedores	23.4	12 919 053,69 €	11 352 001,14 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		175 928,19 €	175 928,19 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 719 467,70 €	1 922 679,02 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	7	4 703 741,93 €	4 802 085,71 €
Fornecedores de investimentos	23.4	5 548 032,24 €	1 907 987,64 €
Outras contas a pagar	23.5	18 208 564,68 €	18 623 029,72 €
Diferimentos		3 869 558,95 €	1 774 338,93 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		47 563 284,27 €	41 040 991,88 €
Total do Passivo		177 166 535,14 €	160 916 491,68 €
Total do Património Líquido e Passivo		872 545 785,16 €	834 453 575,56 €

O Órgão Executivo	**O Órgão Deliberativo**
Em ..... de ..... de	Em ..... de ..... de .....
.....	.....

Município de Coimbra
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		75 869 138,93 €	64 912 265,63 €
Vendas		10 803 630,59 €	10 749 889,29 €
Prestações de serviços e concessões		35 998 389,56 €	33 591 598,75 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		60 234 269,46 €	56 367 270,86 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		331 651,55 €	560 084,37 €
Variações nos inventários da produção		-184 591,60 €	-366 964,52 €
Trabalhos para a própria entidade		69 547,87 €	51 366,68 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-8 206 583,26 €	-8 133 702,62 €
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-58 164 137,20 €	-53 649 801,98 €
Gastos com pessoal	23.7	-76 344 835,59 €	-70 207 621,86 €
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-19 549 837,06 €	-16 380 906,53 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 059 555,67 €	87 228,33 €
Provisões (aumentos/reduções)		-4 310 913,96 €	501 589,18 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		16 272 856,82 €	15 165 623,63 €
Outros gastos		-3 195 820,28 €	-3 830 090,12 €
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		28 563 210,16 €	29 417 829,09 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-16 480 363,60 €	-18 321 660,25 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12 082 846,56 €	11 096 168,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos		335 368,06 €	335 890,22 €
Juros e gastos similares suportados		-763 889,19 €	-1 931 512,79 €
Resultados antes de impostos		11 654 325,43 €	9 500 546,27 €
Imposto sobre o rendimento		-361 922,47 €	-580 900,91 €
Resultado líquido do período		11 292 402,96 €	8 919 645,36 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade que controla		11 277 724,86 €	8 893 274,00 €
Interesses que não controlam		-14 678,10 €	-26 371,36 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Coimbra			
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2025			
			Valores em €
Rubricas	**Notas**	**Períodos**	
		2025	**2024**
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		44 687 234,52 €	42 231 006,29 €
Recebimentos de contribuintes		75 639 303,24 €	61 883 660,69 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		60 536 241,22 €	53 403 998,80 €
Recebimentos de utentes		3 520 568,75 €	4 506 946,70 €
Pagamentos a fornecedores		- 65 469 896,85 €	- 64 679 116,64 €
Pagamentos ao pessoal		- 52 394 367,16 €	- 48 122 676,32 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- 2 290,50 €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 18 463 511,85 €	- 15 945 798,55 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa gerada pelas operações		**48 053 281,37 €**	**33 278 020,97 €**
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		- 613 143,38 €	- 244 122,41 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 23 902 753,47 €	- 19 544 652,99 €
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		**23 537 384,52 €**	**13 489 245,57 €**
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 42 228 692,56 €	- 21 187 838,39 €
Ativos intangíveis		- 166 210,30 €	- 84 982,47 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 799 943,00 €	- 3 154 345,00 €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 597 254,13 €	2 063 406,11 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		4 772 163,60 €	4 477 709,61 €
Investimentos financeiros		172 812,05 €	152 784,64 €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		511 379,31 €	518 373,05 €
Transferências de capital		12 197 965,20 €	10 684 351,75 €
Juros e rendimentos similares		293 764,12 €	425 247,83 €
Dividendos		313 489,50 €	567 678,84 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)		**- 22 336 017,95 €**	**- 5 537 614,03 €**
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 957 611,38 €	1 212 187,50 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		119 524,00 €	54 119,25 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 5 174 359,83 €	- 11 473 009,85 €
Juros e gastos similares		- 847 208,39 €	- 1 613 337,01 €
Dividendos		- 26 280,00 €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)		**- 2 970 712,84 €**	**- 11 820 040,11 €**

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**- 1 769 346,27 €**	**- 3 868 408,57 €**
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		22 681 446,76 €	26 549 855,33 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 912 100,49 €	22 681 446,76 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE			
Caixa e seus equivalentes no início do período		22 681 446,76	26 549 855,33
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= saldo da gerência anterior		22 681 446,76	26 549 855,33
De execução orçamental		16 158 446,52	20 359 612,06
De operações de tesouraria		6 523 000,24	6 190 243,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 912 100,49	22 681 446,76
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=saldo para a gerência seguinte	1.3	20 912 100,49	22 681 446,76
De execução orçamental		14 391 694,62	16 158 446,52
De operações de tesouraria		6 520 405,87	6 523 000,24

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Descrição	Município de Coimbra													
	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (1)	(1)	377 606 269,17	0,00	0,00	0,00	25 275 210,73	75 492 588,14	4 829,76	0,00	186 059 331,67	8 893 274,00	673 331 503,47	205 580,41	673 537 083,88
Alterações no período														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dieferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de execedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	845 590,32	0,00	845 590,32	0,00	845 590,32
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	2 210 466,79	6 066 689,43	0,00	0,00	10 354 300,87	-8 893 274,00	9 738 183,09	12 745,54	9 750 928,63
Total	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	2 210 466,79	6 066 689,43	0,00	0,00	11 199 891,19	-8 893 274,00	10 583 773,41	12 745,54	10 596 518,95
Resultado Líquido do Período	(3)										11 277 724,86	11 277 724,86	0,00	11 277 724,86
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	(4)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 210 466,79**	**6 066 689,43**	**0,00**	**0,00**	**11 199 891,19**	**2 384 450,86**	**21 861 498,27**	**12 745,54**	**21 874 243,81**
Operações com detentores de capital no período														
Subscrições de capital/património		0,00	- 24 347,44	0,00	0,00	105 120,00	- 105 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 24 347,44	0,00	- 24 347,44
Subscrição de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	- 7 730,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 7 730,23	0,00	- 7 730,23
Total	(5)	0,00	- 24 347,44	0,00	0,00	97 389,77	- 105 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 32 077,67	0,00	- 32 077,67
posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	(6)	**377 606 269,17**	**- 24 347,44**	**0,00**	**0,00**	**27 583 067,29**	**81 454 157,57**	**4 829,76**	**0,00**	**197 259 222,86**	**11 277 724,86**	**695 160 924,07**	**218 325,95**	**695 379 250,02**

Anexos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico

1.1 — Identificação do grupo autárquico

Identificação das entidades que compõem o grupo autárquico:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Coimbra	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	Serviços aos munícipes					a)
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa, 3041-951 Coimbra	Prestar serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho, garantindo uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo acções que privilegiem a opção do uso do transporte colectivo.	N/A	N/A	100,00%		b)
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria 101, 3000-018 Coimbra	Assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.	40 000 000	39 140 176	100,00%		b)
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Rua Casa Branca 41, 3030-185 Coimbra	Promover e gerir equipamentos coletivos, prestar serviços na área da educação, qualificação e formação profissional, incluindo a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, tendo em vista o desenvolvimento social.	50 000	48 300	100,00%		b)
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	3040 Antanhol - Coimbra	Ecossistema empresarial de desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.	2 616 380	2 423 979	92,65%		b)
RUAS - Associacão Univer(SC)idade	Reitoria da Universidade de Coimbra, Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra	Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO; Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO; Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto; Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos; Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.	150 000	75 000	50,00%		b)
AGIT - Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M., S.A.	Praça do Comércio,67 3000-116 Coimbra	Desenvolver, implementar e gerir um sistema de títulos e tarifários intermodal integrado, para os operadores do serviço público de transportes de passageiros, da área geográfica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como comercializar os títulos de transporte integrados nesse sistema.	1 165 594	581 632	49,90%		c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o estabelecido na Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Coimbra

c) Entidade com controlo conjunto

1.2 — Referencial contabilístico e métodos de consolidação aplicados

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental constituído, no caso da Administração Local, pelas entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas sectoriais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística;
- Perímetro de consolidação de natureza financeira constituído pelo grupo público, aferido através dos critérios de presunção de controlo previstos nos nºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

Neste sentido, na prestação de contas consolidadas, os mapas orçamentais são apresentados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

O referencial contabilístico de suporte à preparação das demonstrações financeiras individuais das entidades que compõem o perímetro de controlo e o enquadramento no artigo 75º do RFALEI no que se refere à aferição dos critérios de controlo são os abaixo mencionados:

Entidade	Natureza da Entidade	Enquadramento no artigo nº 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 66/2020, de 04 de novembro	% do Capital Detido	Método de consolidação	Referencial Contabilístico
Município de Coimbra	Autarquia Local	Conforme disposto no nº2	Entidade-mãe	_____	SNC-AP
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no nº4	100,00%	Simples Agregação	SNC-AP
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC-AP
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	92,65%	Integral	SNC-AP
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Associação de Direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	50,00%	Integral	SNC-AP
AGIT – Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M, S.A	Empresa Local	Conforme n.º 4 / NCP23	49,90%	MEP	SNC

O perímetro de consolidação orçamental está restringido às administrações públicas (entidades que compõem os subsetores da Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas) reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Neste pressuposto, a entidade AC Águas de Coimbra, EM, por não constar da lista publicada pelo INE em março de 2026, não integra o perímetro das demonstrações orçamentais consolidadas em 2025.

O artigo 3º do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro define que *"o SNC-AP* (se) *aplica… a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa… e às entidades públicas reclassificadas",* ou seja, às entidades constantes das tabelas "Entidades do setor institucional das administrações públicas" publicadas anualmente pelo INE e que por esse motivo integram o perímetro orçamental.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o SNC-AP e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.

A Consolidação de Contas é um processo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas da entidade mãe (o Município) com as suas participadas, de modo que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

As contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foram consolidadas pelo método da simples agregação que se traduz na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades do grupo, após eliminação das operações de transferências e subsídio realizadas entre entidades. A entidade-mãe exerce controlo sobre aquela entidade, nos termos definidos na lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

As entidades A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda., Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. e RUAS – Associação Univer(SC)idade foram consolidadas pelo método (de consolidação) integral que consiste na integração do balanço e da demonstração de resultados das entidades consolidadas evidenciando, quando aplicável, os direitos de terceiros, designados por "interesses que não controlam".

A AGIT – Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M, S.A., detida simultaneamente pelo Município de Coimbra e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na qual detêm uma participação de 49,90% e 50,10%, respetivamente, exercendo estas duas entidades, por força do disposto no artigo 11º dos Estatutos, controlo conjunto da mesma, foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial, cf. previsto na NCP 23. De acordo com este método, o investimento correspondente à aquisição da participação, inicialmente registado ao custo, é posteriormente ajustado para refletir a quota-parte do Grupo autárquico nas alterações dos respetivos capitais próprios. O efeito da aplicação deste método nas presentes

contas consolidadas correspondeu ao reconhecimento de um rendimento no montante de 10.440,18 € e incremento do valor da participação financeira pelo mesmo montante.

1.3 — Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e seus equivalentes são considerados os valores em numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes, no dia 31 de dezembro de 2025 e de 2024, têm a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	28 613,30	28 285,80
Depósitos à ordem	10 263 430,13	7 012 490,92
Depósitos a prazo	4 286 813,11	13 714 208,80
Outros Depósitos		
Depósitos consignados	4 761 769,16	631 958,41
Depósitos de garantias e cauções	1 571 474,79	1 294 502,83
Total	**20 912 100,49**	**22 681 446,76**

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base os pressupostos das entidades em continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em euros. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Propriedades de Investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

No que se refere aos bens cujo valor de aquisição ou de produção se desconhecia, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação e, em alguns casos, o valor atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O valor da avaliação foi considerado, também, para os bens obtidos a título gratuito.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição (deduzidas das perdas por imparidade, caso se aplique).

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, e foram calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos. As respetivas taxas anuais são as definidas no Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio.

Nos casos em que o valor realizável líquido desses bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

Clientes e outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. São registadas imparidades em dívidas a receber quando existam indicadores objetivos de que a entidade não irá receber os montantes que lhe são devidos.

Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, altamente líquidos, ou seja, imediatamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo as disposições da norma de contabilidade pública n.º 15 (NCP 15) do SNC-AP, as provisões devem ser reconhecidas quando, cumulativamente:

(a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

(b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

(c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Para a situação referida em (b), a NCP 5 esclarece que um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é tido como provável se a probabilidade do acontecimento ocorrer for maior do que a probabilidade de não ocorrer.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações ocorrem. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são registados por valores estimados.

Transações sem contraprestação

Conforme decorre da NCP 14, que preconiza o tratamento dos rendimentos sem contraprestação, "*o rendimento de transações sem contraprestação, deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.*

Uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento".

Nas transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados e

disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento.

Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Transações com contraprestação

O tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações com contraprestação está descrito na NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação. Deve ser reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço e esses benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta norma é aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a) Taxas, multas e outras penalidades;
b) Prestação de serviços;
c) Venda de bens;
d) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O rendimento deve ser mesurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Nota 3 - Ativos intangíveis

No ano económico de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artista e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67
Projetos de Desenvolvimento	708,14	0,00	0,00	708,14	708,14	0,00	0,00	708,14
Programas de computador e sistemas de informação	6 191 574,43	6 027 635,65	40 000,00	123 938,78	6 302 132,96	6 104 675,34	40 000,00	157 457,62
Propriedade industrial e intelectual	11 695 030,16	3 356 160,21	0,00	8 338 869,95	11 695 030,16	3 526 008,45	0,00	8 169 021,71
Outros ativos intangíveis	1 970 600,00	92 667,85	0,00	1 877 932,15	11 520 600,00	291 246,61	0,00	11 229 353,39
Ativos intangíveis em curso	16 808,54	0,00	0,00	16 808,54	17 266,98	0,00	0,00	17 266,98
Total	**20 695 324,94**	**9 476 463,71**	**40 000,00**	**11 178 861,23**	**30 356 341,91**	**9 921 930,40**	**40 000,00**	**20 394 411,51**

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos fundamentais. Estes contratos referem-se apenas ao Município de Coimbra e não implicam qualquer pagamento, havendo lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato
Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Coimbra	EDP Distribuição - Energia, S.A., agora E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Terrenos	20 anos, renováveis por iguais períodos	Renda trimestral no ano 2025: 1.015.091,88€
Concepção, Construção e Concessão do Complexo Funerário Municipal de Coimbra	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Complexo Funerário	30 anos	5% faturaçao (até 10 anos); 6% faturação (11 a 20 anos); 7% faturação (21 a 30 anos); mínino 100€/mês
Atribuição de direito de exploração de espaço para creche com berçário e infantário	Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	Edifício	15 anos	Renda mensal de 410€, atualizada em janeiro de cada ano, de acordo com a taxa de inflação no ano anterior
Concessão da Exploração do Parque Municipal de Campismo de Coimbra	Catarino & Associados - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Parque de Campismo	10 anos, renovável por periodos de 5 anos	10% receitas totais

De acordo com a NCP4, devem ser identificados e avaliados os acordos de concessão enquadráveis na referida norma, nos seus termos e impactos patrimoniais, para serem objeto de reconhecimento contabilístico, durante um período de transição considerado. Apesar de identificados, não foi ainda possível quantificar/identificar e confirmar junto de alguns dos concessionários os acordos/ativos das concessões, nos termos da norma.

a) Relativamente ao Acordo de Concessão com EDP Distribuição – Energia, S.A, atual E-redes, informamos o seguinte:

A 03/07/2001 a Câmara Municipal de Coimbra, renovou o "Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão" com a EDP Distribuição – Energia, S.A., concedendo a esta entidade a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Coimbra.

A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

O património e infraestruturas afetos à concessão não poderão ser utilizados pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre as partes o valor da compensação devida à Câmara.

Esta concessão implica a transferência para a EDP Distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão as seguintes instalações:

a) As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição;

b) Os postos de transformação alimentadores das redes referidas na alínea anterior;

c) Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimentos das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido comparticipado ou suportado por quaisquer entidades.

Mantem-se propriedade da Câmara o património não transferido para a EDP, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 20/07/1998, ficando simplesmente afeto à exploração por esta.

O património referido no ponto anterior, bem como aquele outro correspondente às comparticipações recebidas pela EDP Distribuição, reverterá para a Câmara no final da concessão sem qualquer encargo para esta.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro:

"Art. 3.º - 1 - Os contratos de concessão entre os municípios e as entidades referidas ... serão celebrados pelo prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos, e a sua denúncia, no termo do prazo ou das suas prorrogações, deverá ser manifestada com uma antecedência mínima de dois anos."

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no nº 2 do artigo 3º do decreto-lei referido anteriormente:

"*O resgate contratual da concessão não poderá ser feito antes de decorridos cinco anos da sua vigência e deve ser notificado com a antecedência mínima de dois anos.*"

A transferência do património próprio da EDP Distribuição para a Câmara no termo da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º do decreto-lei a que se refere o parágrafo anterior.

"Art. 7.º - 1 - Quando tenha lugar a denúncia da concessão, a indemnização a pagar pelo concedente compreenderá apenas o valor líquido do património próprio das entidades concessionárias referidas nos n.os. 3 e 4 do artigo 1.º afecto à exploração."

A 03/02/2021 a EDP comunicou ao Município de Coimbra a alteração da sua denominação social (nome), mudando de EDP Distribuição - Energia, S.A. para E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Conforme estipulado no nº 2 do art.º 23º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da energia (al. b). Estas atribuições podem ser delegadas em serviços municipalizados, empresas do setor empresarial local (SEL) e do setor empresarial do estado (SEE) ou no Estado ou concessione os serviços.

A distribuição de energia elétrica em baixa tensão é realizada maioritariamente pela E-Redes através de protocolo de concessão celebrado entre esta e cada um dos municípios.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Coimbra, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES remeteu ao Município o mapa que se junta em anexo, indicando que o valor líquido do património da concessão, era cerca de 16 milhões de euros, no ano de 2024.

De acordo com parecer emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, "*tratando-se de uma concessão a reconhecer nos termos da NCP 4, é necessário que o concedente detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis*."

Nos termos da Orientação Técnica n.º 1 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, de 18/02/2025, respeitante ao reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição,

S.A.), *"entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios*

para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento. Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes."

Tendo em conta a impossibilidade do Município, até ao encerramento das contas de 2025, efetuar uma verificação dos bens descritos no mapa da E-REDES (quantidades e localização) assim como validar os valores apresentados, e estando também em falta a informação do valor do património adquirido pelo Município, ao dispor do concessionário, não se efetuaram quaisquer registos ao abrigo da NCP 4, em 2025, pelo facto de não ser possível validar os valores apresentados pela E-REDES.

b) Relativamente à concessão e construção do Complexo Funerário Municipal de Coimbra, informamos o seguinte:

A 27/09/2012 foi assinado entre o Município de Coimbra e as empresas Tomás de Oliveira, Empreiteiros, SA e Toelta – Gestão de Investimentos e Concessões, SA, em Consórcio, o Contrato de "Concepção, Construção e Concessão de Exploração do Complexo Funerário de Coimbra".

Este contrato tem por objeto a exploração, gestão, manutenção e conservação do Complexo Funerário de Coimbra.

No ano 2016, terminado o período de construção e dando-se início ao período de funcionamento, o agrupamento adjudicatário constituiu a sociedade anónima "Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A."

O período de vigência do contrato de concessão é de 30 anos. Este prazo é contado a partir da data de início do "período de funcionamento" da concessão (24/05/2016).

A estrutura de tarifário é constituída por uma componente (variável) a aplicar a cada tipo de serviço prestado. Para os novos serviços a prestar pela concessionária, as taxas e ou tarifas a praticar pelo concessionário terão de merecer sempre parecer favorável da Câmara Municipal de Coimbra, sendo este parecer vinculativo.

Com exceção das taxas de cremação, os valores recebidos serão atualizados anualmente com base na variação do IPC verificada no ano anterior, com referência a um de janeiro de cada ano.

Os bens afetos à concessão serão os seguintes:

1. Todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e edificações, assim como todos os bens que vierem a ser adquiridos, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados;
2. Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respetivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão, incluindo os necessários às operações de controlo de qualidade, adquiridos pela concessionária.
3. Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a concessionária seja ou venha a ser titular e que estejam afetos à concessão;
4. Quaisquer outros bens afetos à concessão, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados.

Enquanto durar a concessão, os bens, equipamentos, infraestruturas e instalações integradas e afetas à concessão e que tiverem origem em investimentos da concessionária, serão propriedade/posse desta, revertendo os mesmos para a concedente finda a concessão, quaisquer que sejam as obras de melhoramento ou os novos equipamentos integrados. Todas as infraestruturas e equipamentos postos à disposição pela concedente manter-se-ão propriedade da concedente sendo a sua posse transferida para a concessionária com o auto de Consignação.

No final do contrato de concessão, a posse/propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos integrados nos serviços concessionados ou a este afetos, serão transmitidos/reverterão para a concedente, sem qualquer encargo.

De forma a obtermos a informação para cumprimento do estipulado na NCP 4, o Município de Coimbra enviou um pedido de informação à Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A, a solicitar informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público patr. histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	249 893 134,59	0,00	0,00	249 893 134,59	250 425 556,23	0,00	0,00	250 425 556,23
Edifícios e outras construções	31 167 472,34	25 355 683,80	0,00	5 811 788,54	32 299 094,21	25 865 697,47	0,00	6 433 396,74
Infraestruturas	90 012 972,16	49 268 642,19	0,00	40 744 329,97	91 292 363,25	53 219 299,06	0,00	38 073 064,19
Património histórico artístico e cultural	8 154 427,32	159,60	0,00	8 154 267,72	8 203 597,32	159,60	0,00	8 203 437,72
Outros	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Infraestruturas	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	50 474 569,40	0,00	0,00	50 474 569,40	51 775 215,72	0,00	0,00	51 775 215,72
Edifícios e outras construções	244 666 867,66	72 190 666,25	0,00	172 476 201,41	251 353 609,07	76 518 117,73	0,00	174 835 491,34
Equipamento básico	268 713 416,01	182 069 870,32	0,00	86 643 545,69	271 185 889,69	187 420 493,24	0,00	83 765 396,45
Equipamento de transporte	12 840 255,84	11 337 471,88	0,00	1 502 783,96	13 755 680,44	11 876 311,64	0,00	1 879 368,80
Equipamento administrativo	6 463 624,88	5 936 437,37	0,00	527 187,51	6 556 953,63	6 091 385,10	0,00	465 568,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Outros	5 316 927,64	4 561 244,97	0,00	755 682,67	5 566 549,96	4 694 557,18	0,00	871 992,78
Ativos fixos tangíveis em curso	117 291 055,34	0,00	0,00	117 291 055,34	148 110 202,75	0,00	0,00	148 110 202,75
Total	**1084 994 723,18**	**350 720 176,38**	**0,00**	**734 274 546,80**	**1130 524 712,27**	**365 686 021,02**	**0,00**	**764 838 691,25**

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário, são classificados como locações operacionais.

6.1 — Locações financeiras

Não há registo de locações financeiras relevantes.

6.2 — Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2025, detalha-se da seguinte forma:

Mapa consolidado										
BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contigentes	Pagamentos mínimos	Rendas contigentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento básico	4 702 926,07	516 458,91	0,00	1 967 532,94	0,00	442 348,78	1 665 648,24	0,00	2 107 997,02	2 735 393,13
Equipamento de transporte	54 035,38	14 287,65	0,00	42 221,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 813,52
Equipamento administrativo	146 403,85	23 624,48	0,00	78 698,59	0,00	23 802,71	43 638,31	0,00	67 441,02	67 441,02
Outras imobilizações corpóreas	6 085,43	6 085,43	0,00	6 085,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**4 909 450,73**	**560 456,47**	**0,00**	**2 094 538,82**	**0,00**	**466 151,49**	**1 709 286,55**	**0,00**	**2 175 438,04**	**2 814 647,67**

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica de Financiamentos Obtidos consolidado, traduz-se da seguinte forma:

Designação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Credores por empr. bonif. e subs. reemb.		
Corrente	50 646,52	50 646,52
Não corrente	962 283,86	1 012 930,38
Financiamentos - Entidades Bancárias		
Corrente	4 653 095,41	4 751 439,19
Não corrente	18 035 222,02	20 101 545,38
Total	**23 701 247,81**	**25 916 561,47**

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.
Apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, e variações ocorridas no ano, em propriedades de investimento:

Consolidado									
Ativo	Variações (modelo de custo)								
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	343 734,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343 734,58
Edifícios e outas construções	3 787 146,25	0,00	0,00	94 023,16	0,00	0,00	0,00	0,00	3 693 123,09
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**4 130 880,83**	**0,00**	**0,00**	**94 023,16**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 036 857,67**

Nota 9 – Imparidade de ativos

Durante o exercício de 2025 foram efetuados testes de imparidades aos ativos, tendo sido detetadas imparidades no valor total de 7.008.139,47 €, conforme indicado no quadro seguinte:

Ativo	Consolidado			
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	2 015 232,76	689 027,86	53 517,44	1 379 722,34
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvid	8 271 133,66	4 293 866,57	239 063,44	4 216 330,53
Outras contas a receber	40 137 443,15	1 935 245,04	0,00	38 202 198,11
Inventários	1 658 705,64	0,00	0,00	1 658 705,64
Investimentos financeiros	15 643 352,87	50 000,00	0,00	15 593 352,87
Ativos intangíveis	30 356 341,91	40 000,00	0,00	30 316 341,91
Total	**98 082 209,99**	**7 008 139,47**	**292 580,88**	**91 366 651,40**

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através do custo médio ponderado.

Apresentam-se nos quadros seguintes informação dos valores da conta de inventários consolidada e dos movimentos do período.

10.1 – Inventários

Os inventários consolidados em 31 de dezembro de 2025 atingem a quantia recuperável de 1.658.705,64 €, desagregados conforme descrito no quadro abaixo:

Ativo	Consolidado		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	30 977,27	0,00	30 977,27
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 314 984,96	0,00	1 314 984,96
Produtos acabados e intermédios	312 743,41	0,00	312 743,41
Total	**1 658 705,64**	**0,00**	**1 658 705,64**

10.2 – Inventários: movimentos do período

Durante o exercício de 2025, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Ativo	Consolidado								
	Movimentos do período								
	Quantia escriturada inicial (1)	Compras Liquidas (2)	Consumos/ gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	30 289,83	6 668 036,35	6 663 283,71	0,00	0,00	0,00	4 065,20	0,00	30 977,27
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 405 853,99	1 410 017,82	1 543 299,55	24 631,71	0,00	0,00	496,81	18 277,80	1 314 984,96
Produtos Acabados e intermédios	521 966,72	0,00	0,00	- 209 223,31	0,00	0,00	0,00	0,00	312 743,41
Total	**1 958 110,54**	**8 078 054,17**	**8 206 583,26**	**- 184 591,60**	**0,00**	**0,00**	**4 562,01**	**18 277,80**	**1 658 705,64**

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, da aplicação da NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir descriminados:

Rendimento de Transações com contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Taxas, multas e outras penalidades	8 666 322,24	0,00	613,80	3 210,00
Vendas	10 803 630,59	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	35 998 389,56	0,00	2 137,50	3 490,00
Outros rendimentos	12 411 639,75	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similare	656 579,43	0,00	0,00	0,00
Total	**68 536 561,57**	**0,00**	**2 751,30**	**6 700,00**

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, da aplicação da NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir descriminados:

Rendimento de Transações sem contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Impostos Diretos	38 681 631,56	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	28 521 185,13	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	60 234 269,46	0,00	0,00	17 500,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 648 564,60	0,00	0,00	0,00
Outros	212 652,47	0,00	0,00	0,00
Total	**131 298 303,22**	**0,00**	**0,00**	**17 500,00**

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, os valores registados, detalhados por rubricas, são os seguintes:

RUBRICAS	Consolidado									
		Aumentos				Diminuições				
	Quantia escriturada inicial (1)	Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições	1 505 294,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 505 294,75
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	14 899 047,12	4 269 273,49	0,00	0,00	4 269 273,49	41 155,01	0,00	0,00	41 155,01	19 127 165,60
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	412 861,10	54 491,93	0,00	0,00	54 491,93	28 247,18	0,00	0,00	28 247,18	439 105,85
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	549 904,68	0,00	0,00	0,00	0,00	500 527,39	0,00	0,00	500 527,39	49 377,29
Total	**17 367 107,65**	**4 323 765,42**	**0,00**	**0,00**	**4 323 765,42**	**569 929,58**	**0,00**	**0,00**	**569 929,58**	**21 120 943,49**

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não eram conhecidos, à data da aprovação das contas individuais, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município de Coimbra, Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, AC, Águas de Coimbra, S.A., PRODESO – Ensino Profissional, Lda. e RUAS – Associação Univer(SC)idade.

Relativamente à sociedade **Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A.** no ponto 9 do anexo às demonstrações financeiras individuais são mencionados os seguintes eventos subsequentes:

"A iParque desencadeou o processo de Prova do preço de transmissão (artigo 139.º do CIRC) para o lote 19 vendido no dia 13 de novembro à Imofarma.

A iParque em 30/03/2026, foi notificada da Sentença, proferida no âmbito do processo n.º 322/19.7CBR, que julgou integralmente procedente a impugnação judicial apresentada contra as liquidações adicionais de IVA e juros compensatórios, do período 201312T, no valor total a pagar de 514.576,75 €.

Na presente data tal decisão não transitou em julgado razão pela qual não foi reconhecida qualquer reversão do valor provisionado.

Os recentes eventos geopolíticos, em particular a guerra do Irão, têm gerado um impacto significativo não só em entidades como a iParque, mas no tecido empresarial global, ao provocarem choques nas cadeias de abastecimento, aumento acentuado dos custos energéticos e maior incerteza económica, fatores que pressionam a liquidez, reduzem o investimento e obrigam as organizações a reforçar a sua resiliência e adaptação estratégica num contexto de inflação e abrandamento do crescimento económico"

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 — Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentam os seguintes valores:

Contas	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos / IRC a pagar	26 645,02	357 018,44	19 677,61	689 829,78
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	891 340,04	94 205,33	697 758,44	34 808,30
Outros impostos	0,00	7 854,69	0,00	10 149,14
Contribuições Sistemas proteção social - P. trabalhador	0,00	356 500,27	0,00	338 913,04
Contribuições Sistemas proteção social - P. patronal	0,00	901 613,11	0,00	846 913,44
Subsistemas de saúde	0,00	1 381,34	0,00	1 338,86
Outras retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	13 600,17	894,52	8 512,98	726,46
Total	**931 585,23**	**1 719 467,70**	**725 949,03**	**1 922 679,02**

23.2 — Clientes, Contribuintes e Utentes

No quadro seguinte apresentam-se os valores registados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, detalhados por rubricas:

Contas	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Clientes c/c	4 148 948,21	609 403,08	3 539 545,13	4 323 277,44	433 981,78	3 889 295,66
Contribuintes	200 261,29	70 801,13	129 460,16	178 268,95	0,00	178 268,95
Utentes	36 598,35	0,00	36 598,35	29 449,05	0,00	29 449,05
Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	3 885 325,81	3 374 598,92	510 726,89	3 924 710,64	3 484 500,53	440 210,11
Saldo a receber	**8 271 133,66**	**4 054 803,13**	**4 216 330,53**	**8 455 706,08**	**3 918 482,31**	**4 537 223,77**

23.3 — Outras Contas a Receber

As Outras Contas a Receber apresentam a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os valores a seguir indicados para as rubricas apresentadas:

Contas	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Devedores por acréscimos de ren	38 301 765,20	0,00	38 301 765,20	35 912 957,97	0,00	35 912 957,97
Outros devedores	1 835 750,15	1 950 995,04	- 115 244,89	2 472 485,83	1 244 050,78	1 228 435,05
Saldo a receber	**40 137 515,35**	**1 950 995,04**	**38 186 520,31**	**38 385 443,80**	**1 244 050,78**	**37 141 393,02**

23.4 — Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as contas de "fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c	6 829 909,62	5 785 269,34
Faturas em receção e conferência	6 070 708,80	5 549 925,70
Factoring	18 435,27	16 806,10
Fornecedores de Investimento c/c	750 193,67	228 639,23
Faturas em receção e conferência de investimentos	4 797 838,57	1 679 348,41
Factoring (de investimento)	0,00	0,00
Saldo a pagar	**18 467 085,93**	**13 259 988,78**

23.5 — Outras Contas a Pagar – curto prazo

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de "Outras Contas a Pagar", cujo prazo de exigibilidade é igual ou inferior a um ano apresentava a seguinte decomposição:

Contas	Ajustamentos		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações a pagar			4 254,33	74,16
Acrés. Gastos - Remunerações a Liquidar			9 668 149,59	8 946 372,81
Acrés. Gastos - Juros a liquidar e outros gastos financeiros	19 058,03	4 019,72	141 372,69	228 645,63
Acrés. Gastos - Outros acréscimos de gastos	-7 775 251,94	-9 025 077,47	2 362 834,89	3 193 428,96
Credores por subscrições não liberadas			102 844,00	256 287,00
Outros credores-Outros	- 89 902,00	- 75 888,45	2 628 584,54	2 731 616,86
Cauções			3 289 586,27	3 256 165,35
Sindicatos			10 938,37	10 438,95
Saldo a pagar	**-7 846 095,91**	**-9 096 946,20**	**18 208 564,68**	**18 623 029,72**

23.6 — Fornecimentos e Serviços Externos

A conta de fornecimentos e serviços externos (FSE) apresenta o seguinte detalhe, para os anos económicos de 2025 e 2024:

Contas	Consolidado	
	2025	2024
Subcontratos e parcerias	0,00	83 525,79
Electricidade	6 190 560,91	5 617 509,36
Combustíveis	3 772 159,63	4 102 975,23
Água	240 754,16	185 083,60
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	98 417,02	54 217,54
Artigos para oferta	105 437,53	61 644,53
Rendas e alugueres	2 929 996,17	3 055 728,07
Comunicação	697 748,76	640 336,15
Seguros	740 749,63	719 037,79
Deslocações e estadas	76 875,53	60 059,17
Honorários	364 031,95	298 430,07
Contencioso e notariado	60 589,01	82 114,86
Conservação e reparação	4 191 734,95	3 361 057,76
Publicidade e propaganda	354 554,82	424 480,29
Limpeza, higiene e conforto	3 073 855,32	3 167 078,15
Vigilância e segurança	1 724 746,64	1 411 572,29
Trabalhos especializados	4 280 711,69	2 606 799,24
Recolha e Tratamento de resíduos sólidos	9 663 631,58	8 141 353,86
Recolha e tratamento de efluentes	7 555 238,51	7 545 102,21
Encargos de cobrança	1 525 745,89	1 329 205,40
Medicamentos e artigos para a saúde	35 668,23	28 735,49
Material de escritório	12 660,04	7 102,51
Outros materiais diversos de consumo	88 940,97	89 638,48
Material de educação, cultura e recreio	41 628,76	67 783,88
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigo	268,67	632,13
Serviços desportivos	157 887,82	117 398,84
Serviços educação	85 970,28	100 360,88
Anúncios, publicações e assinaturas	119 150,18	81 801,78
Serviços restauração e alojamento	154 854,91	91 999,60
Serviços culturais	1 995 433,53	2 227 162,32
Serviços Sociais	7 285 591,57	7 267 003,58
Outros fornecimentos e serviços	538 542,54	622 871,13
Total	**58 164 137,20**	**53 649 801,98**

23.7 — Gastos com o Pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o montante dos gastos com o pessoal decompõe-se da seguinte forma:

Contas	Consolidado	
	2025	2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	416 532,91	369 205,09
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	319 894,34	346 437,91
Remunerações do pessoal	60 558 308,27	55 523 202,97
Benefícios pós-emprego	14 065,14	27 240,76
Indemnizações	7 850,13	0,00
Encargos sobre remunerações	13 576 019,01	12 414 744,41
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	627 718,62	507 384,10
Outros gastos com o pessoal	182 533,98	351 514,25
Outros encargos sociais	641 913,19	667 892,37
Total	**76 344 835,59**	**70 207 621,86**

23.8 — Transferências e Subsídios Concedidos

Os gastos incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 respeitantes a "Transferências e Subsídios Concedidos" apresentavam a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	2025	2024
Freguesias	6 216 609,05	5 687 915,45
Transferências correntes- Serviços Municipalizados	0,00	0,00
Associações de munícipios	216 306,60	118 249,75
Municípios	43 534,50	0,00
Seviços e fundos autónomos	1 000,00	0,00
Outras transferências correntes	429 802,12	627 364,45
Empresas Locais	0,00	0,00
Administração central - Estado	2 502 265,90	1 302 853,69
Instituições sem fins lucrativos	7 188 983,11	6 110 842,38
Famílias	622 050,92	597 419,37
Subsídios correntes concedidos - Serviços Municipalizados	0,00	0,00
Subsídos correntes - Empresas Locais	0,00	0,00
Transferências de Capital	2 329 284,86	1 936 261,44
	19 549 837,06	**16 380 906,53**

23.9 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

O **Município de Coimbra** apresenta a seguinte informação:

Provisões para processos judiciais:

Foi ajustada a provisão relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica, para efeitos de prestação anual das contas e tendo em conta os critérios definidos pela NCP 15.

O valor do reforço, no montante de 4.269.273,49€, diz respeito aos seguintes processos:

- *Processo n.º 250/25.7BECBR – Autor: Aero Clube de Coimbra. Processo respeitante à impugnação da Deliberação da CMC de 10/03/2025, que aprovou a não renovação do Protocolo celebrado a 19/05/1996. Estimativa de encargos financeiros: 3.853.220,80€;*
- *Processo n.º 2195/23.6T8CBR – Autor: Isabel Supico Pinto da Cunha de Eça e outros. Pagamento de indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 respeitante a um terreno sito em Coselhas, no montante de 387.749,14€;*
- *Processo nº 339/21.1BECBR-A – Autor: Noite e Dia – Vigilância, Lda. – Para este processo foi constituída provisão a 30/06/2025, pelo montante de 28.303,55€, tendo sido utilizada em 17/09/2025, para pagamento da indemnização ao autor.*

Mapa dos Contingentes:

Divulgamos, em anexo, a listagem dos processos judiciais em curso. De acordo com informação jurídica, a probabilidade de o Município ser condenado em algum destes processos é remota ou <= 50%, pelo que, para estas ações, não foram constituídas provisões.

Os **SMTUC** informam o seguinte:

- *Provisões para Impostos, Contribuições e Taxas*

  Desde o ano de 2010 que os Orçamentos Gerais do Estado e os respetivos Decretos-Lei de Execução Orçamental determinam que os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos beneficiários da ADSE deixam de ser faturados pela ADSE, porque as Autarquias e os seus Serviços e Empresas Municipais passam a contribuir diretamente para o SNS.

  A contribuição definida para os SMTUC cifrou-se em € 207.232,00 em 2010 e ascendeu em cada um dos anos seguintes a € 174.108,00, totalizando no final de 2014 o montante de € 903.664,00.

O Município é a entidade responsável por receber dos SMTUC os montantes fixados em cada um dos anos pelos Decretos-Lei de Execução Orçamental, mas tal nunca se concretizou, sem que a própria DGAL tivesse alguma vez reivindicado qualquer verba junto da CMC, pelo que, apenas e de acordo com o princípio da prudência foi criada em 2014 uma provisão para riscos e encargos no valor total de € 903.664,00 e em 2015 foi reforçada pelo valor de € 87.054,00, que corresponde ao 1º semestre do ano.

Em 2025 mantêm-se a provisão para outros riscos e encargos – comparticipação para o Serviço Nacional de Saúde no valor total de € 990.718,00

- *Provisões para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais*

  No final de 2024 a provisão para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais cifrava-se no valor de € 412.861,10 para reconhecimento das responsabilidades futuras com as pensões vitalícias de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que os SMTUC estão obrigados a pagar aos respetivos beneficiários através da Caixa Geral de Aposentações.

  Durante o ano de 2025 foi anulada a provisão no valor de € 28.247,18, que corresponde aos pagamentos efetuados pelos SMTUC à CGA.

  No final de 2025 foi efetuado o cálculo atual das responsabilidades futuras. Este cálculo teve como pressupostos a utilização das tábuas de mortalidade disponíveis para Portugal 2022-2024 emitidas pelo INE e uma taxa de juro de 2,50%.

  Assim, o valor da provisão para reconhecimento das responsabilidades futuras relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ascende a € 439.105,85.

- *Passivos Contingentes*

Os organismos emissores de normas de Contabilidade fazem depender o tipo de tratamento contabilístico do exposto referente às probabilidades de ocorrência de acontecimentos futuros. Assim, consoante se tratem de acontecimentos prováveis, razoavelmente possíveis ou remotos, ser-lhes-á atribuída uma diferente forma de reflexo na informação financeira. Todas as normas convergem na ideia de que os factos contingentes se refletem nas demonstrações financeiras mediante o instrumento preconizado na doutrina contabilística para registo de perdas potenciais - a provisão. No entanto, o reconhecimento da provisão só será possível quando satisfeitas duas condições: estar perante um passivo contingente cuja probabilidade de ocorrência é provável e ser passível de uma estimativa razoável do seu impacto na situação patrimonial e financeira.

Para as situações em que não se possam cumprir os dois requisitos acima descritos, a informação sobre tais contingências será fornecida, não através de uma provisão, mas por

meio da sua divulgação no anexo às demonstrações financeiras, desde que seja pelo menos razoavelmente possível a ocorrência de uma perda no futuro que seja confirmada pelo desenlace de um ou mais eventos futuros incertos.

Os SMTUC divulgam no Q15.2 os passivos contingentes.

A **Águas de Coimbra** considera relevante divulgar a seguinte informação:

Divulgação para cada classe de passivo contingente à data do balanço:

No Relatório & Contas de 2024, no ponto 15.2 – Acontecimentos após a data do balanço foi relatado o seguinte: "No decurso do exercício de 2024, a AC foi objeto de vários procedimentos de inspeção pela Autoridade Tributaria e Aduaneira (AT): um relativo a IRC de 2021, que não teve qualquer proposta de correção, e dois relativos a IVA - exercícios de 2021 e 2022. Os procedimentos de inspeção relativos ao IVA culminaram na liquidação adicional de IVA nos montantes de 2 495 888,27€ com data de pagamento de 27/03/2025 (exercício 2021) e 956 687,93€ (exercício de 2022) ainda em fase de direito de audição relativamente ao Projeto de Relatório de Inspeção. Estas liquidações fundam-se na recusa do direito à dedução do IVA contido nos inputs relacionados com o serviço de saneamento (que incluem o serviço de saneamento adquirido à entidade em alta, Águas do Centro Litoral SA). O IVA do saneamento foi liquidado e entregue pela AC à AT, mas, segundo esta, tal não deveria ter acontecido e, assim, o direito à dedução não poderia ter sido exercido. É esse IVA que foi deduzido (segundo a AT indevidamente, porque se refere à atividade de saneamento) que está na origem nos valores liquidados pela AT. Inconformada (e surpreendida) com esta decisão, com base nas opiniões de fiscalistas consultados e na posição tornada pública pela Senhora Provedora de Justiça (Recomendação n.º 4/ 2024, de 28 de novembro de 2024, dirigida à Senhora Diretora-Geral da AT), a AC está a preparar a sua defesa." Segundo a AT, as atividades de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais são não sujeitas a IVA quando praticadas por autarquias, associações ou empresas locais no exercício de prerrogativas de autoridade, mas sujeitas a IVA à taxa reduzida de 6% quando desenvolvidas por entidades privadas em regime de concessão. Esta diferenciação tem reflexos diretos nas tarifas, na recuperação do imposto suportado e na equidade entre modelos de gestão. A Recomendação da Provedora de Justiça (n.º 4/2024) vem reforçar a necessidade de clarificação normativa e de interpretação uniforme, evitando distorções tarifárias e promovendo maior justiça fiscal entre consumidores.

E nesse sentido, a AC contestou as liquidações adicionais e respetivos juros e espera que a AT venha a reconhecer a liquidação do imposto e consequentemente o direito à dedução.

Assim, relativamente ao IVA de 2021 e após a apresentação de Garantia Bancária, no valor de 3 600 000€, para suspensão dos PEF's (Processos de Execução Fiscal) a AC em 29/05 procedeu

à apresentação de Reclamação Graciosa respeitante às correções / liquidações feitas em sede de IVA, resultantes da OI n.º OI202400165.

No que ao IVA de 2022 diz respeito, também foi apresentada Garantia Bancária, no valor de 1 300 000€, para suspensão dos PEF's, tendo a AC, em 15/09 apresentado Reclamação Graciosa junto do Serviço de Finanças de Coimbra 2 respeitante às correções / liquidações feitas em sede de IVA, resultantes da OI n.º OI202400164.

Após notificação da decisão do indeferimento da Reclamação Graciosa por parte da Autoridade Tributária e mantendo a AC a convicção de que as correções estão feridas de ilegalidade, decidiu contestar a decisão acima proferida, optando por seguir para a via judicial. A mesma foi apresentada no dia 19 de dezembro no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra – Processo n.º 614/25.6BECBR. A administração da AC tem expetativas de que o processo seja decidido em seu favor, não sendo "provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação" - (NCRF 21). Saliente-se que todo o IVA liquidado relativo aos serviços de saneamento (1 480 106€) foi entregue ao Estado, pelo que a administração não se conforma com a posição da AT em recusar o direito à dedução dos inputs associados a estes serviços. Acresce que sendo o IVA um imposto comunitário, recorrendo ao direito comparado, é de destacar que a maioria dos Estados-Membros considera que o saneamento está sujeito a IVA. A ausência de qualquer decisão judicial ou arbitral sobre o tema e o impacto significativo que o desfecho deste processo terá na AC determinam a divulgação de um passivo contingente.

Em 2026 a AC decidiu por uma alteração de procedimento, passar a não liquidar IVA na atividade de saneamento.

Esta decisão não constitui uma aceitação do referido entendimento, mas sim uma medida preventiva destinada a mitigar potenciais contingências fiscais, incluindo liquidações adicionais, juros compensatórios e eventuais penalidades.

Ações em Tribunal:

"Em 31 de dezembro de 2025, pendem sobre a AC, E.M., as seguintes ações em tribunal:

a) *Contraordenação Auto nº 946164886 – EA 220060800*
   Autuante – Guarda Nacional Republicana
   Valor da Coima: 120,00€
b) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. n.º 709/24.3BECBR.*
   Autor: AGEAS Portugal – Companhia de Seguros SA.
   Pedido: 771,62€.

c) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 58/25.0BECBR.*

Autor: Pedro Miguel de Campos Batista.

Pedido: 1 746,00€

De acordo com informação jurídica, a probabilidade da Águas de Coimbra, ser condenada em algum destes processos é muito baixa, deste modo, para estas ações não foram constituídas provisões.

d) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.*

Proc. N.º 675/18.4BECBR. Autor: CONTEC – Construção e Engenharia, S.A.

Pedido: 171 494,95€. Foi constituída provisão para esta ação em 2018.

e) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.*

Proc. n.º 239/23.0BECBR. Autor: Construções Castanheira & Joaquim, Lda.

Pedido: 268 696,64€. Foi constituída imparidade (nota 10 do Anexo).

f) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.*

Proc. n.º 501/24.5BECBR. Autor: Exóticalfazema Lda. Pedido: 30 417,93€.

Foi constituída provisão para esta ação em 2024 e muito embora a autora tenha ampliado o pedido para 76 744,20€ em 2025, a título de indemnização por danos patrimoniais, entendeu-se não reforçar a provisão constituída.

g) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. n.º 171/24.0BECBR. Autor: Sokarocas e Fernando Gonçalves Matado. Pedido: 7 622,22€. Foi constituída provisão para esta ação em 2024.*

Garantias:

A Águas de Coimbra informa ter à sua responsabilidade as garantias bancárias prestadas à Infraestruturas de Portugal, SA, a seguir listadas, as quais totalizam o montante de 4.963.655,00 euros.

Finalidade	Referência	Entidade	Valor
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na EN 111 ao KM 27+883 lado direito - S. Martinho Árvore	962300488028468	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na EN111 ao Km 31+175, lado esquerdo, S.J.Campo	962300488032771	Santander	1 000,00
G.cond. de lic.p/exec.ramal água EN110 ao Km 15+586, Torres do Mondego	962300488032629	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na EN110 km26+976 - Portela Gato - Almalaguês	962300488033917	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo no atravessamento EN111 Km39+102 - Adémia	962300488034118	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Exec Ramal domiciliário na Rua Marginal Mondego, Torres Mondego	962300488035337	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Rua São Lourenço, Taveiro, ER 1-7	2515.003112.493	CGD	25 102,50
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Rua São Lourenço, Taveiro, ER 1-7	2515.003006.393	CGD	9 817,50
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na EN110 KM 26+652, Lado esq Castelo Viegas	962300488036283	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo p/ Ramais domiciliários de Água e Saneamento-Almalaguês	962300488039081	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo p/ Exec Ramal dom. água - Ramo acesso ao IC2-Nó de Fornos-Trouxemil	962300488038553	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na EN111 ao Km27+832, lado drt em S. Martinho Árvore	962300488038552	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo p/ Abert vala-melhoria pressões e reab de condutas e ramal água em várias zonas Fase 2, atrav EN17-Coimbra	962300488036931	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Subs. Caudalimetro da Espertina, Adémia-ZMC Setor Noroeste-EN111, KM38+610, L Esq	962300488039982	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Exec. Dois ramais domic. Água e saneamento-ER 1-7 ao KM9+813-Taveiro	962300488041219	Santander	1 000,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Instalação Rede Nova Pluvial e Remodelação redes água e saneamento-EN 110-2 ao KM 17+616-Palheira	962300488041488	Santander	6 435,00
G.cond.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada - Exec. dois ramais domiciliários de água 6589/23 e 6595/23, em berma pavimentada-EN 111 ao Km 30+442 e ao KM 30,466, lado esquerdo, S. Silvestre	962300488042005	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada para rede de drenagem de águas residuais na Murtinheira-Antanhol por perfuração dirigida IC2 ao km 183+240, Antanhol	962300488042789	Santander	3 300,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada: execução de um ramal domiciliário de água-ER 1-7 ao KM 8+771, lado Drt, em Taveiro (Rua S. Lourenço-Reveles)	962300488043320	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada: execução de dois ramais domiciliários de água -ER 1-7 ao Km 10+333 e ao Km 10+351, Ld Esq., em Taveiro (Rua Eng. Araújo Vieira, 450 e 452)	962300488043322	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da Estrada: Execução de um ramal de ligação de água-EN17 ao Km 10+774, lado direito	962300488044119	Santander	1 000,00
Melhoria da gestão de pressões e da setorização da rede , e reabilitação de condutas e ramais de água em várias zonas do concelho de Coimbra-Fase 3-ER110, Km 18+861	962300488046057	Santander	1 000,00
Melhoria da gestão de pressões e da setorização da rede , e reabilitação de condutas e ramais de água em várias zonas do concelho de Coimbra-Fase 3-IC2 ao Km 183+300	962300488046250	Santander	1 000,00
Suspensão dos Processos Executivos de cobrança coerciva - Inspeção OI202400165 - ano de 2021	962300488046933	Santander	3 600 000,00
Suspensão dos Processos Executivos de cobrança coerciva - Inspeção OI202400164 - ano de 2022	962300488047741	Santander	1 300 000,00
		Total	4 963 655,00

No que se refere ao **Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A.,** informa-se na nota 30 do anexo às demonstrações financeiras individuais, o seguinte:

*"**Contencioso Tributário IVA***

Em 6 de julho de 2011, a sociedade iParque solicitou um pedido de informação vinculativa, no sentido de obter a aprovação para a dedução prévia do IVA relativo às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase. Com o parecer favorável por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a sociedade efetuou um reembolso de 690.242,50 €. Este reembolso foi alvo de uma ação inspetiva por parte da AT, sem qualquer correção.

Este procedimento foi acompanhado por uma empresa especializada (a KPMG).

Em outubro de 2016, o iParque foi objeto de uma nova ação inspetiva por parte da AT, relacionada novamente com o IVA deduzido referente às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase.

No dia 23 de janeiro de 2018, a iParque foi notificada do relatório de inspeção tributária, no qual esta indica que a sociedade iParque procedeu à dedução indevida de IVA no montante de 593.608,55 €. Tendo em conta a decisão tomada em 2011 pela AT, a consultoria jurídica refuta por completo esta decisão, indicando que no caso em concreto não existe matéria de facto para tal.

Em 27 de julho de 2019 foi apresentada a Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra contra a liquidação adicional de IVA e juros compensatórios resultante da supra mencionada ação inspetiva.
Tais liquidações não foram pagas tendo sido instaurados os processos de execução fiscal n.º 3050202401045016 e 3050202401045024, os quais encontram-se suspensos mediante a constituição de uma garantia real na modalidade de hipoteca voluntária incidente sobre o Lote 18 do Iparque.

Em janeiro de 2019 foi proferida a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa, tendo sido apresentada Impugnação Judicial contra a indicada decisão, bem como contra as liquidações de IVA que manteve, a qual encontra-se a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º Processo n.º 322/19.7BECBR.

Reclamação Graciosa apresentada contra as seguintes liquidações em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra:

TRIBUTO	PERÍODO	LIQUIDAÇÃO N.º	DATA	VALOR A PAGAR
IVA	202306T	2023 047062464	21/09/2023	2 261,67 €
IVA	202306T	2023 047097357	25/09/2023	7 141,97 €

TOTAL	9 403,64 €

Em 2024 foi apresentado o Recurso Hierárquico contra a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa identificada na alínea antecedente.

Contencioso tributário IRC:

No exercício de 2019 foi vendido à Olympus 2 lotes de terrenos, em que o Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi superior ao Valor de Venda (VV). A Administração não concorda com a tributação resultante do acréscimo de IRC referente ao 2019, no montante resultante da diferença positiva de: VPT- VV aplicando a taxa de IRC.
Em final de janeiro de 2020, foi desencadeado um procedimento de prova de preço efetivo de venda dos referidos lotes, no âmbito do qual foi concedido o levantamento do sigilo bancário da empresa e dos Administradores em funções à data do procedimento atrás referido.
A AT requereu ainda a autorização de levantamento do sigilo bancário do Administrador, à data da venda dos lotes, Eng. António Manuel Cristóvão Santana e Silva, o qual manifestou a sua oposição alegando que havia renunciado às funções de administrador da empresa em janeiro de 2020.
Face à referida recusa a AT tributou a venda dos lotes pelo VPT originando a liquidação adicional de IRC no valor de 172.933,22€ a qual encontra-se a ser contestada através de Impugnação Judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 143/22.0BECBR.

Impugnação Judicial, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 155/24.9BECBR, apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310022999, de 8/02/2024, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 244.311,78 €, a qual foi anulada parcialmente em sede de Reclamação Graciosa tendo dado origem à liquidação corretiva de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310000616, de 22/01/2025, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 5.567,59 €, valor este que se encontra em contestação;

Reclamação Graciosa apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310028806, de 26/10/2024, respeitante ao exercício de 2021, com o valor a pagar de 248.285,40 €, em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra."

Nota 24 – Demonstrações orçamentais consolidadas

24.1 – Conciliação de caixa e seus equivalentes com o saldo de gerência em 31.12.2025

Uma vez que o perímetro de consolidação orçamental é mais restrito do que o perímetro de consolidação financeira, não incluindo todas as entidades, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponde ao saldo de gerência apurado nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Dando cumprimento à recomendação constante na FAQ 18 divulgada pela Comissão de Normalização Contabilística, apresenta-se conciliação entre o saldo de caixa e seus equivalentes relativo ao perímetro de controlo e o saldo de gerência relativo ao perímetro orçamental, que não inclui a entidade AC, Águas de Coimbra, EM.

Conciliação de caixa e seus equivalentes com saldo de gerência		
Caixa e seus equivalentes consolidados em 31/12/2025		20 912 100,49
Caixa e seus equivalentes de entidades excluídas do perímetro orçamental		
Águas de Coimbra EM	-	2 397 349,82
Eliminações a caixa e seus equivalentes referentes a operações com entidades excluídas do perímetro orçamental	+	22 072,40
Saldo de gerência consolidado em 31/12/2025		18 536 823,07

Nota 25 – Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas deste Município, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

PROCESSO E-REDES

E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, S.A.

Ativos em uso pelas concessões de distribuição em baixa tensão

Informação disponibilizada no âmbito do artigo n.º 285 do Decreto-Lei n.º 15/2022

Informação Contabilística com referência a 31/12/2024

Unid.: euro

Rúbricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Imobilizado Tangível Regulado	**0**	**0**	**0**
Imobilizado Intangível Regulado	**58 678 587**	**42 606 791**	**16 071 796**
Imobilizado Intangível Regulado aceite	**49 586 585**	**35 563 383**	**14 023 202**
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	**9 092 002**	**7 043 408**	**2 048 594**
Específico em BT	**58 678 587**	**42 606 791**	**16 071 796**
Postos Transformação e Seccionamento	15 907 040	11 844 069	4 062 971
Redes aéreas	9 040 150	5 884 396	3 155 755
Redes subterrâneas	8 174 326	5 449 137	2 725 188
Chegadas aéreas	3 438 264	3 269 990	168 274
Chegadas subterrâneas	2 289 140	1 909 580	379 561
Contadores e acessórios	7 175 011	6 832 293	342 718
Contadores	4 429 515	4 372 179	57 336
Outro equipamento	2 745 495	2 460 114	285 382
Equipamentos Acessórios e Outros	0	0	0
Iluminação pública	7 990 917	4 744 846	3 246 071
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2014)	1 313	1 313	0
Outras Funcionalidades	1 252	1 252	0
Função Medição	61	61	0
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	4 662 425	2 671 167	1 991 258
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	0	0	0
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0	0	0
Redes Aéreas (não aceite)	0	0	0
Redes Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
Chegadas Aéreas (não aceite)	0	0	0
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
Outro equipamento de medição (não aceite)	0	0	0
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0	0	0
Iluminação pública (não aceite)	0	0	0

Total Específico em BT aceite	**49 586 585**	**35 563 383**	**14 023 202**
Total Específico em BT não aceite	**9 092 002**	**7 043 408**	**2 048 594**
Não Específico em BT aceite	**0**	**0**	**0**
Não Específico em BT Não aceite	**0**	**0**	**0**
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	**58 678 587**	**42 606 791**	**16 071 796**
Imobilizado Tangível não regulado	**0**	**0**	**0**
Imobilizado Tangível não regulado	**0**	**0**	**0**
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	58 678 587	42 606 791	16 071 796

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO - 31.12.2025

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	AA	Obras municipais	Peticiona a resolução judicial do contrato de empreitada "Centro de Convenções -Convento de S. Francisco" e pagamento de indemnização	Ação Adm. Comum	134/14.4BECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	€ 8 210 074,00	€ 8 210 074,00		€ 15 125 883,00	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2014	AA	Obras municipais	Peticiona a anulação da rescisão de contrato e indemnização por execução ilegal das garantias bancárias	Ação Adm. Especial	441/14.6BECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	€ 2 137 577,87	€ 2 137 577,87		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2014	AA	Urbanismo	Pagamento de danos patrimoniais decorrentes da prática de atos administrativos - deferimento do PIP apresentado pela IKEA; decisão de abandono da EU do planalto de Stª. Clara e ilegalidade da omissão de deteção atempada da mancha de sobreiros existentes	Ação Adm. Comum	736/14.9BECBR	Autor: LUSIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário	Réu	€ 7 107 152,15	€ 25 125 102,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2019	AA	Organização e funcionamento adm. pb.	Pedido de pagamento de indemnização - Clube Futebol União de Coimbra - protocolo com a CMC onde permuta um terreno que incluía o Campo de Jogos da Arregaça e recebia um terreno na zona da Arregaça	Ação Adm.	510/19.6BECBR	Autor: Mário Ferreira e Amadeu - Investimento Imobiliários, Lda.	Réu	€ 2 082 934,00	€ 2 082 934,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
	AA	Organização e funcionamento adm. pb.	Pedido de pagamento de indemnização - Clube Futebol União de Coimbra - protocolo com a CMC onde permuta um terreno que incluía o Campo de Jogos da Arregaça e recebia um terreno na zona da Arregaça		510/19.6BECBR-S2	Autor: Mário Ferreira e Amadeu - Investimento Imobiliários, Lda.	Recorrido	€ -	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	AA	Expropriação	Pedido de indemnização pela apropriação indevida de terrenos. O Município através de aprovação municipal fez a cedência para o domínio público municipal - para execução da Circular Interna - de parcelas propriedade do autor, à época, Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.ª., por contrapartida da bonificação das áreas a construir no loteamento " Urbanização Colinas de Vale Meão", acordo que nunca se concretizou uma vez que a Câmara Municipal nunca chegou a emitir o alvará que garantia o domínio sobre aquelas parcelas e terrenos.	Ação de Processo Comum	4208/20.4T8CBR (passou a ser o 464/23.4BECBR)	Autor: Apícula - Investimentos, S.A.	Réu	€ 3 600 000,00	€ 3 600 000,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	AA	Financeiro	Pedido de condenação de quantia certa e de responsabilidade civil - O Autor exerceu funções de Diretor da DMAT, entre 06/01/2010 e 04/04/2013, durante esse período o DIAP imputou-lhe dois crimes (prática de abuso de poder em autoria material e de um crime de prevaricação em coautoria material), pelo quais foi julgado e absolvido. Para sua defesa teve de contratar um advogado, pois o município não lhe permitiu ser defendido por um mandatário do Município, pelo que, solicita o ressarcimento das despesas tidas com o processo de defesa	Ação Adm.	543/20.0BECBR	Autor: António José de Magalhães Cardoso	Réu	€ 22 424,90	€ 22 424,90		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2021	AA	Obras municipais	"Desassoreamento da Albufeira do Açude-ponte de Coimbra" - Peticiona-se o direito a uma compensação/ indemnização por sobrecustos havidos com a empreitada	Ação Adm.	288/21.3BECBR	Autor: Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA.	Réu	€ 2 786 985,00	€ 2 786 985,00		€ 99 599,24	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	AA	Responsabilidade Civil	Pedido de indemnização (queda na ponte pedonal entre o Alma Shopping e o Pavilhão Multidesportos Mário Mexia no dia 18/06/2019)	Ação Adm.	566/21.1BECBR	Autor: Isaura da Assunção Batista	Réu	€ 5 283,60	€ 5 283,60		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	AA	Recursos humanos	Solicita o pagamento de trabalho suplementar no dia de folga em que foi convocado para o dia da celebração do 241.º aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores	Ação Adm.	10/23.0BECBR	Autor: Jaime Filipe Almeida Correia	Réu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	AA	Financeiro	Pagamentos de faturas em falta no âmbito da empreitada PEDU - Caminhos Pedonais Cruz de Celas - Boiça/Arregaça e Loios - Lote 1	Ação Adm.	448/23.2BECBR	Autor: Engiperfil, Lda	Réu	€ 55 544,95	€ 55 544,95		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	AA	Recursos humanos	Impugnação do despacho do Presidente da CM de 06.09.2023	Ação Adm.	557/23.8BECBR	Autor: STAL (em representação de João Carlos da Gama Dias Pacheco)	Réu	€ 30 001,00	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos humanos	Impugnação da decisão do Presidente da Câmara Municipal que determinou a reposição do montante ilíquido de €2.035,67.	Ação Adm.	128/24.1BECBR	Autor: Joana Filipa Lopes da Silva Santos Veiga Oliveira	Réu	€ 5 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Contratação Pública	Anulação do ato impugnado (cessação do Contrato n.º 69/2023, através do qual o Autor foi contratado para o lugar de Programador do Convento S. Francisco) e reestabelecimento da situação com os pagamentos remuneratórios em falta	Ação Adm.	217/24.2BECBR	Autor: Luís Vieira de Andrade Rodrigues	Réu	€ 30 000,01	€ 9 760,64		€ 600 000,00	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	485/24.0BECBR	Autor: Paulo José Dias Serra (Bombeiro)	Réu	€ 8 212,58	€ 8 212,58		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	484/24.1BECBR	Autor: Filipe Manuel Gomes da Silva (Bombeiro)	Réu	€ 8 212,58	€ 8 212,58		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	505/24.8BECBR	Autor: Hélio António Dias Ferreira (Bombeiro)	Réu	€ 6 244,13	€ 6 244,13		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	506/24.6BECBR	Autor: José Carlos Ventura Santos (Bombeiro)	Réu	€ 12 818,88	€ 12 818,88		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	504/24.0BECBR	Autor Dino José Correia Caetanos (Bombeiro)	Réu	€ 7 223,04	€ 7 223,04		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	481/24.7BECBR	Autor: Pedro Miguel Rodrigues Carvalho e Outros (Bombeiros)	Réu	€ 151 014,40	€ 151 014,40		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita o pagamento de trabalho realizado em dia feriado e dias de descanso compensatórios não gozados.	Ação Adm.	575/24.9BECBR	Autor: Pedro Miguel Rodrigues Carvalho e Outros (Bombeiros)	Réu	€ 8 112,23	€ 8 112,23		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Responsabilidade civil	Solicita ser ressarcida - de forma solidária - do valor de €771,62, acrescida de juros, para fazer face ao pagamento respeitante à reparação de danos na viatura em virtude de um acidente que ocorreu no dia 05/04/2022, devido à má sinalização da grelha da sargeta dos trabalhos existentes na Rua de São Frutuoso.	Ação Adm.	709/24.3BECBR	Autor: AGEAS Portugal	Réu (e Águas de Coimbra EM)	€ 771,62	€ 771,62		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Urbanismo	Pedido de nulidade de ato de licenciamento e consequente nulidade do ato de emissão do alvará / Pedido de condenação à abstenção de todos os atos, condutas, comportamentos, que impliquem qualquer trabalho ou operação material ou jurídica relacionados com a construção de edifício para a exploração da suinicultura.	Ação Adm.	5/25.9BECBR	Autores: Tiago Emanuel Rodrigues Laranjeira, Marina Sofia Pardal Dias, Alberto Alves Salgado, Licínia de Seiça Pereira Alves Salgado	Réu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Responsabilidade Civil	Solicita ser ressarcida do valor do prejuízo causado pela queda de uma árvore Junto ao Centro Hípico de Coimbra no seu veículo automóvel - 08-DX-82, marca MITSUBISHI	Ação Adm.	88/25.1BECBR	Autor: Elisabete Margarida Sousa Cortez Serra	Réu	€ 21 660,00	€ 21 660,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Responsabilidade Civil	Solicita ser ressarcida do valor do prejuízo causado pela queda no passeio na Avenida Mendes Silva junto ao Centro Comercial Coimbra Shopping	Ação Adm.	129/25.2BECBR	Autor: Maria Olívia Gonçalves	Réu	€ 7 779,77	€ 7 779,77		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Organização e funcionamento adm. pb.	Solicita a impugnação da Deliberação da CMC de 10/03/2025 que aprovou a não renovação do Protocolo celebrado a 19/05/1996 com o Aero Clube de Coimbra, subsidiariamente, caso assim não se entenda, o Município deverá ser condenado a pagar uma indeminização	Ação Adm.	250/25.7BECBR	Autor: AERO CLUBE DE COIMBRA	Réu	€ 30 000,01		€ 3 853 220,80	€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Recursos Humanos	Solicita a condenação do Município a contabilizar os pontos do Autor relativamente às avaliações de serviço obtidas enquanto ex-militar nos anos em que desempenhou funções nas Forças Armadas, para efeitos de atribuição de posição / reposicionamento remuneratório no âmbito do SIADAP - Pedido de condenação pagamento das diferentes entre o que auferiu mensalmente e o que deveria ter auferido, desde 1/1/2021, acrescido de juros de mora	Ação Adm.	262/25.0BECBR	Autor: Hugo Daniel Dias Nunes	Réu	€ 5 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2025	AA	Recursos humanos	Reconhecer a sua situação de mobilidade desde maio de 2020 e proceder ao pagamento das diferenças remuneratórias	Ação Adm.	305/25.8BECBR	Autor: Carlos Alberto da Costa Pereira Simões Ferreira	Réu	€ 3 046,69	€ 3 046,69		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Recursos humanos	Reconhecer a sua situação de mobilidade desde outubro de 2020 e proceder ao pagamento das diferenças remuneratórias	Ação Adm.	304/25.0BECBR	Autor: Carlos Manuel Amado Tomás	Réu	€ 3 065,80	€ 3 065,80			Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Recursos humanos	Reconhecer a sua situação de mobilidade desde maio de 2020 e proceder ao pagamento das diferenças remuneratórias	Ação Adm.	303/25.1BECBR	Autor: Jorge Humberto Fachada Correia	Réu	€ 3 151,54	€ 3 151,54			Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Património	Pedido de reconhecimento de propriedade sobre um parcela de terreno e consequente pedido de correção da georreferenciação do seu alegado bem do domínio municipal no BUPI, por forma a que dele seja retirado a parcela de terreno correspondente ao prédio da herança supra identificado.	Ação Cível	3984/25.2T8CBR	Autoras: Maria Fernanda de Sousa Santos e Maria da Conceição Carvalho de Sousa na qualidade de herdeiras de Júlio Lobo do Santos	Réu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA	Responsabilidade Civil	Pedido de indemnização por danos ocorridos no veículo com a matrícula - BA-83-OM. No dia 04/06/2024, o autor quando circulava na Rua Couraça dos Apóstolos foi vítima de um acidente de trânsito devido ao facto de uma laje em pedra estar solta no pavimento da via pública.	Ação Adm.	571/25.9BECBR	Autor: Condigna - Contabilidade Serviços, LDA	Réu	€ 908,03	€ 908,03		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	AA - SMTUC	Recursos Humanos	Após alteração de posição remuneratória - por aplicação da opção gestionaria - foram retirados todos os pontos. Os Autores solicitam manter os pontos, para efeitos de futura alteração da posição remuneratória	Ação Adm.	657/24.7BECBR	Autores: António Manuel Correia Antunes / Carlos Pedro Sequeira Sobreiro / Gonçalo José Dinis Ferreira / José Luis de oliveira Jácome / Nuno Alexandre Matias Góis / Ricardo José Vieira Duarte / Sancho Cristóvão Marques Antunes / Sérgio André Lopes Tanoeiro	Réu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Disposição da carga no veículo automóvel de forma a poder cair sobre a via pública, estando a mesma a oscilar, tornando perigoso o seu transporte, podendo provocar a projeção de detritos na estrada. O veículo fazia o transporte de monos.	Processo de CO	CO n.º 933131984	Autor: GNR	Arguido	€ -	€ 600,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por danos ocorridos no veículo(motociclo de passageiros), com a matrícula - 46-PB-01 - e no autor, devido à queda de ramo de uma árvore na Avenida Fernão Magalhães, no dia 15/09/2017, o qual provocou um despiste e colidiu contra um poste.	Ação Adm.	409/20.3BECBR (apenso ao proc. 235/20.0BECBR)	Autor: Alexandre Miguel Areosa Carvalho Antunes da Cunha	Réu e outros	€ 1 989 757,89	€ 1 989 757,89		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade civil	Acidente de trabalho de Alexandre Miguel Areosa de Carvalho Antunes da Cunha - a Autora peticiona o pagamento de indemnização já despendidas com o acidente, dado que o mesmo foi causado pela queda da ramada de uma árvore, sendo que compete ao Município fiscalizar e vigiar as condições do parque arbóreo municipal, tendo sido violado tal obrigação	Ação Adm.	235/20.0BECBR (tem como apenso o proc. 409/20.3BECBR)	Autora: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Réu	€ 11 117,48	€ 11 117,48			Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Maria João Robalo dos Santos Bastos encontrava-se a exercer funções na entidade - A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra e foi vítima de um acidente de trabalho. A Autora alega que o Município, que tem com aquela entidade um protocolo, não assegurou condições de segurança e saúde dos trabalhadores.	Processo de CO	092000734 (referência: 092000890) Acidente de Trabalho (Fase Conciliatória) 4841/19.7T8CBR Sinistrado: Maria João Robalo Santos Bastos Entidade Patronal: Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra Recurso Contraordenação - Processo n.º 39/25.3T8CBR	Autor: ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Arguido	€ -	€ 27 000,00			Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Parque Infantil Montes Claros - falta de sinalização	Processo de CO	NUI/CO/0011621 - UOIU - CBR 205627/2022	Autor: ASAE	Réu	€ 8 000,00	€ 8 000,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2022	ATM	Taxas	Devolução da taxa referente à instalação de atividades - posto de abastecimento de combustíveis e armazenamento de combustíveis, por tal liquidação estar ferida de ilegalidade.	Impugnação	341/22.6BECBR	Autor: Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	Réu e outros	€ 139 188,66	€ 139 188,66		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2022	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação por não disponiblização de informações à Comissão Nacional De Proteção de Dados quanto à nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados do Município, nem a sua publicação do sítio institucional entre outras	Processo de CO	AVG/2022/1690 Processo n.º 521/23.7BECBR - Recurso de Contra-ordenação	Autor: CNPD	Réu	€ -	€ 50 000,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação GNR contra o Município (trabalhador Fernando Miguel Martins Gonçalves) que circulava na via pública, com o veículo - matrícula 22-90-QD —, com a carga mal acondicionada provocando a projeção de detritos na via pública	Processo de CO	289859298	Autor: GNR	Réu	€ 600,00	€ 600,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2023	ATM	Expropriação	Pagamento de indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra	Expropriação-Incidente	2195/23.6T8CBR	Expropriados: Isabel Supico Pinto da Cunha de Eça e outros	Expropriante	€ 573 657,72		€ 387 749,14		Alta	>50%	sim	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Escola Básica 2, 3 Rainha Santa Isabel, sito no Ponte Eiras - falhas de higiene e segurança na cantina da escola	Processo de CO	00114/23.4EACBR	Autor: ASAE	Réu	€ -	€ 4 000,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Escola Secundária D. Dinis, sito na Rua Adriano Lucas - falhas de higiene e segurança na cozinha da escola	Processo CO	NUI/CO/001439/23.9EACBR	Autor: ASAE	Réu	€ -	€ 8 000,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2024	ATM	Habitação	Solicita ser declarada arrendatária do imóvel, sito no Bairro da Fonte do Castanheiro, do qual tem um contrato de arrendamento com o Município e a realização de obras urgentes no locado.	Ação Adm.	68/24.4BECBR	Autora: Cidália de Jesus Silva	Réu	€ 30 500,00	€ 5 500,00		€ -	Média	<ou=50%	Não	Sim
2013	BM	Contratação pública	Pedido de indemnização (rompimento de relação contratual - parque de estacionamento Praça da República)	Ação Adm. Comum	467/13.7BECBR	Autor: Bragaparques — Estacionamentos, SA	Réu	€ 1 000 000,00	€ 500 000,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	BM	Responsabilidade contraordenacional	Veículo de matrícula 75-QG-18 que se encontrava a transitar com excesso de carga, conduzido por um trabalhador do Município	Processo de CO	CO n.º 200007152070	Autor: IMT	Réu	€ -	€ 1 250,00		€ -	Baixa	Remota	Não	Sim
2022	BM	Responsabilidade civil	Anulação do ato adminstrativo de Vereadora de 07/07/2022, de não devolução da caução e acionamento do seguro de responsabilidade civil que a autora contratou, por considerar que a autora provocou danos na pista de atletismo e no sistema de drenagem - Concerto Andrea Bocelli	Ação Adm.	419/22.6BECBR	Autora: MOT Espetáculos e Entretenimento, Lda	Réu	€ 49 131,98	€ 29 963,00		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	BM	Recursos humanos	Pede a nulidade do Despacho n.º 19/PR/2022, que fez cessar antecipadamente a sua comissão de serviço e condenação ao pagamento de danos patrimoniais e não patrimoniais	Ação Adm.	304/22.1BECBR	Autora: Rosa Maria de Almeida Oliveira Santos	Réu (contrainteressada: Ana Maria Reis Fonseca Pimentel)	€ 30 011,53	€ 30 011,53		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	BM	Financeiro	Devolução de créditos respeitantes a diversas empreitadas que realizou; declarar ilegal a conduta do Município que rejeitou a entrega dos créditos à Autora que impediu a compensação aquando da realização da escritura pública respeitante ao lote 13 - Parque Industrial de Eiras - e que ainda não foi celebrada.	Ação Adm.	33/23.9BECBR	Autor: Renovalar e Manutenção de Imobiliário Unipessoal, Lda.ª.	Réu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	BM	Recursos Humanos	Anulação da decisão de pena de multa aplicada ao trabalhador/Autor em processo disciplinar. Na ação é alegada a prescrição do procedimento e restituição do valor da multa (154,39€) ilegalmente descontada no vencimento do trabalhador.	Ação Adm.	422/23.9BECBR	Autor: Pedro Miguel de Vasconcelos Leandro	Réu	€ 30 000,01		€ 154,39	€ -	Alta	> a 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	BM	Urbanismo	Pedido de indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestuturas municipais)	Ação Adm.	459/23.8BECBR	Autor: INVEFOZ - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Réu	€ 14 676 506,17		€ 14 676 506,17	€ -	Alta	> a 50%	Não	Sim
2024	BM	Financeiro	Solicita pagamento respeitante a 85% da receita da bilheteira por realização de Espetáculo no Convento São Francisco - Zeca Baleiro - Na Ponta da Língua. Autora foi contratada pela Associação Portugal Brasil 200 anos	Ação Adm.	376/24.4BECBR	Autor; UAU - Produção de Espetáculos, Lda	Réu	€ 8 093,61	€ 8 093,61		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	BM	Financeiro	Anulação do ato proferido pelo Diretor do DEP, que indeferiu a reclamação sobre a retenção de pagamentos para reforço de caução em sede de trabalhos prestados ao abrigo do instituto da revisão de preços no âmbito da Empreitada de Conservação Corrente da Rede Viária e condenação ao pagamento das quantias indevidamente retidas a esse título	Ação Adm.	169/24.9BECBR	Autor: Prioridade - Construção de Vias de Comunicação, S.A.	Réu	€ 68 667,95	€ 68 667,95		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	BM	Recursos Humanos	Solicita o pagamento de trabalho suplementar respeitante aos meses de dezembro de 2023 a julho de 2024	Ação Adm.	479/24.5BECBR	Autor: João Guilherme Lopes Patriarca	Réu	€ 1 125,56	€ 1 125,56		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 5/06/2024 do Presidente da CMC, que determinou a resolução sancionatória do contrato e posse administrativa do imóvel onde decorre a Empreitada de Reabilitação- sito na Rua do Arco do Ivo e devolução do valor das cauções.	Ação Adm.	498/24.1BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	€ 119 661,43	€ 14 676,43		€ -	Baixa	Remota	Não	Sim
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 26/06/2024 do Presidente da CMC, que determinou a resolução sancionatória do contrato e posse administrativa dos imóveis correspondentes a 19 Habitações Municipais onde decorre a Empreitada de Reabilitação - Bairro da Rosa, Bairro do Ingote, Bairro do Ex- Igaphe e Urbanização Ferreira Jorge - e devolução do valor das cauções e montantes a título de revisão extraordinária de preços e de por trabalhos não realizados que foram suprimidos pelo dono da obra.	Ação Adm.	567/24.8BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	€ 143 052,78	€ 143 052,78		€ -	Baixa	Remota	Não	Sim
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 08/07/2024 do Presidente da CMC, que determinou a resolução sancionatória do contrato e posse administrativa do Edificado de Carácter Social dos Lotes n.ºs 11, 14,16,18 e 26, onde decorre a Empreitada de Reabilitação - Bairro do Ingote - devolução do valor das cauções e montantes a título de revisão extraordinária de preços e de por trabalhos não realizados que foram suprimidos pelo dono da obra.	Ação Adm.	615/24.1BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	€ 245 173,60	€ 245 173,60		€ -	Baixa	Remota	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros		Valores peticionados pelo Município	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2025	BM	Contratação pública	Contrato de Gestão de Eficiência Energética - Sistema de Iluminação Público - Solicita anulação do ato administrativo de adjudicação, por vícios de violação do dever de exclusão das propostas das contrainteressadas. Condenação à pratica de todos os atos administrativos necessários à reordenação das propostas apresentadas, reordenando a propostas apresentadas, ordenando a proposta das autoras em primeiro lugar, proferindo o ato de adjudicação em seu favor.	Processo de contencioso pré-contratual	78/25.4BECBR	Autor: I-SETE-INOVAÇÕES Económicas e Tecnológicas Ecológicas, LDA	Réu: Município - Contrainteressado - BrightCity S.A.	€ 11 612 966,79	€ -		€ -	Media	< ou = 50%	Não	Sim
2025	BM	Recursos Humanos	Trabalhadores das Piscinas Municipais solicitam pagamento de abono para falhas com efeitos retroaticos	Ação Adm.	106/25.3BECBR	Autor: STAL (em representação de trabalhadores das Piscinas Municipais)	Réu	€ 117 430,56	€ 117 430,56		€ -	Média	<=50%	Não	Sim
2025	BM	Recursos Humanos	Solicita o pagamento de diferenças salariais e demais abonos entre a categoria de detém -Subchefe Principal de Bombeiro Sapador - e o exercício de funções de Chefe de Núcleo de Operações e de Assistência, para o qual foi determinado através da Ordem de Serviço n.-º 112, de 25/06/2024.	Ação Adm.	347/25.3BECBR	Autor: João Guilherme Lopes Patriarca	Réu	€ 1 689,49	€ 1 689,49		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	BM	Urbanismo	Impugnação do ato administrativo para pagmento de taxas de licenciamento e condenação do Município a isentar o impugnante do pagamento das taxas exigidas pelo licenciamento da reabilitação do Campo Municipal da Arregaça e das Piscinas Municipais de Celas	Ação Adm.	370/25.8BECBR	Autor: Bom Pulso Ginásio de Manutenção e Reabilitação, Lda	Réu	€ 229 968,66	€ -		€ 229 968,66	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2025	BM	Urbanismo	Solicita a anulação do despacho de oposição à comunicação prévia com prazo ou substituição por o único que a lei especial permite.	Ação Adm.	507/25.7BECBR	Autor: PTVM - Consultoria e Serviços, LDA	Reu	€ 30 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2011	BM - SMTUC	Processo crime	Processo inquérito administrativo - auditoria contas dos SMTUC - DIAP - Crimes de peculato, branqueamento e recetação - pedido indemnização civil	Processo crime	212/11.1JACBR	Réu: Trabalhadores dos SMTUC (Miguel Nobre e Rita Joana Cardoso)	Autor	€ -	€ -		€ 121 891,60	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2019	BM - SMTUC	Recursos humanos	Nulidade do regulamento de procedimentos básicos de Agente Único - Prestação de contas dos tripulantes em vigor nos SMTUC Anulação da decisão disciplinar ínsita nos atos administrativos consubstanciados na Deliberação de 04/06/2019	Ação Adm.	605/19.6BECBR	Autor: José Maria de Almeida Antunes	Réu	€ 5 000,01	€ -		€ -	Média	< ou = 50%	Não	Sim
								€ 57 621500,74	€ 47 682806,79	€ 18 917 630,50	€ 16177342,50				

Legenda: AA- Albuquerque & Associados; ATM - Ana Teresa Marques; ATM (SMTUC) - Ana Teresa Marques (SMTUC); ATM (DL) - Ana Teresa Marques (Diamantino Lopes); BM - Bruno Martelo; BM (SMTUC) - Bruno Martelo (SMTUC)



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA